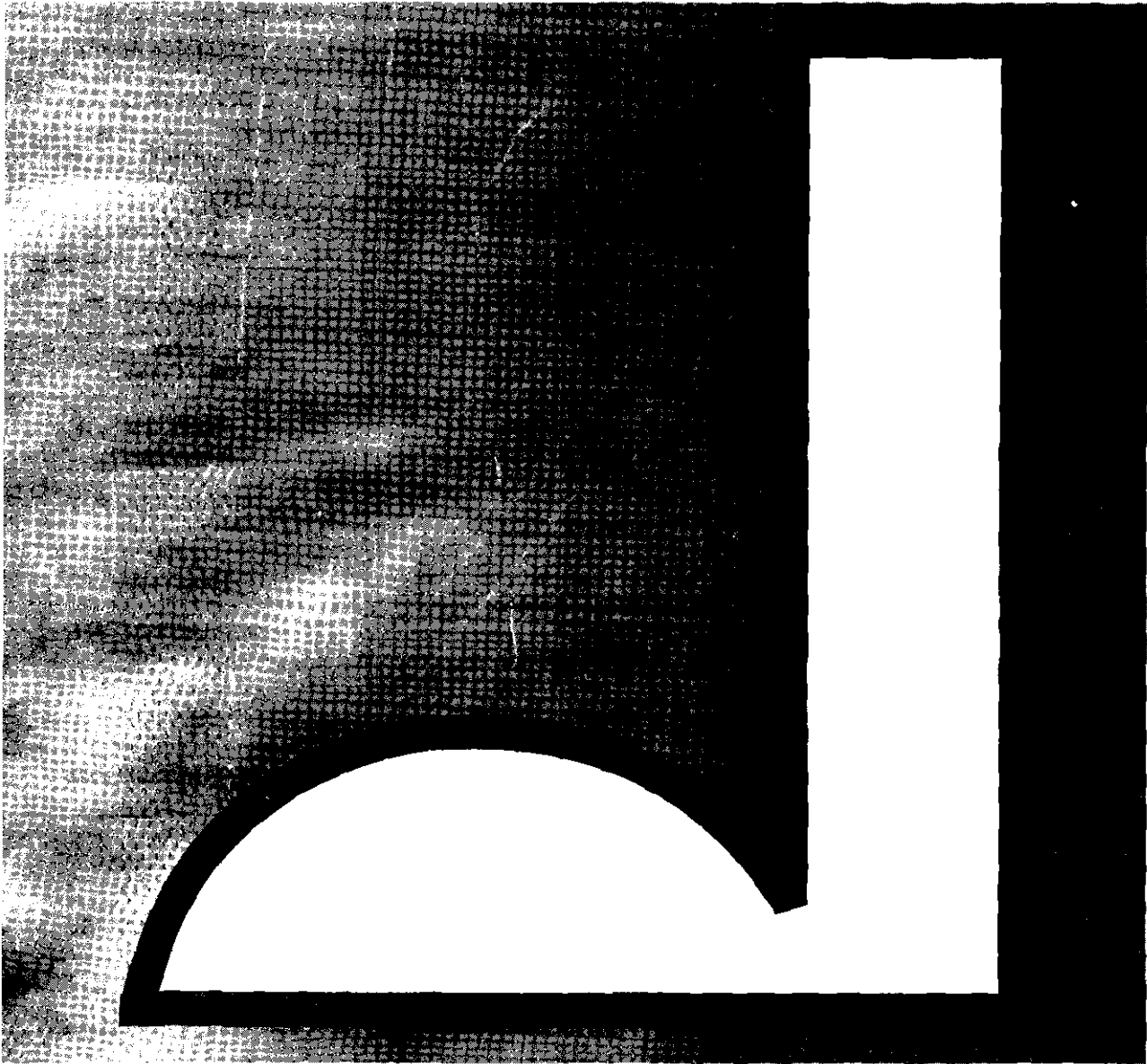




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

MESA**Presidente**

José Samey – PMDB – AP

1º Vice-Presidente

Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL

2º Vice-Presidente

Júlio Campos – PFL – MT

1º Secretário

Odacir Soares – PFL – RO

2º Secretário

Renan Calheiros – PMDB – AL

3º Secretário

Levy Dias – PPB – MS

4º Secretário

Emandes Amorim – PMDB – RO

Suplentes de Secretário

Antonio Carlos Valadares – PSB – SE

José Eduardo Dutra – PT – SE

Luiz Alberto de Oliveira – PTB – PR

Ney Suassuna – PMDB – PB

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma – PSL – SP

Corregedores Substitutos

(Eleitos em 16-3-95)

1º) Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º) Senador Joel de Hollanda – PFL – PE

3º) Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Ornelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – PT – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

Luiz Alberto de Oliveira – PTB – PR

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Ronaldo Cunha Lima

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvan Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Joel de Hollanda

Romero Jucá

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PT**Líder**

José Eduardo Dutra

Vice-Líder

Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

Vice-Líder

Arlindo Porto

LIDERANÇA DO PDT**Líder**

Júnia Marise

LIDERANÇA DO PPS**Líder**

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

Ademir Andrade

LIDERANÇA DO PSL**Líder**

Romeu Tuma

EXPEDIENTE

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral do Senado Federal

CLAUDIONOR MOURA NUNES

Diretor Executivo do Cegraf

JÚLIO WERNER PEDROSA

Diretor Industrial do Cegraf

RAIMUNDO CARREIRO SILVA

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

MANOEL MENDES ROCHA

Diretor da Subsecretaria de Ata

DENISE ORTEGA DE BAERE

Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Impresso sob a responsabilidade da
Presidência do Senado Federal
(Art. 48, nº 31 RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 9ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 1º DE MARÇO DE 1996

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Pareceres

Referentes às seguintes matérias:

Projeto de Decreto Legislativo nº 153, de 1995 (nº 124, de 1995, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Tratado sobre Extradicação, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália, concluído em Hamburgo, em 22 de agosto de 1994. 03323

Projeto de Decreto Legislativo nº 160, de 1995 (nº 187, de 1995, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Namíbia, em 7 de março de 1995. 03324

Projeto de Decreto Legislativo nº 190, de 1995 (nº 199, de 1995, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo para a Pesquisa em Mudanças Globais acerca da Sede do Instituto Interamericano, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Instituto Interamericano para Pesquisa em Mudanças Globais, no Rio de Janeiro, em 28 de abril de 1995... 03325

1.2.2 – Comunicação da Presidência

Recebimento da Mensagem nº 128, de 1996 (nº 161/96, na origem), de 28 de fevereiro de 1996, do Senhor Presidente da República, referente ao demonstrativo das emissões do real relativo ao mês de janeiro de 1996, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas. 03326

1.2.3 – Discursos do Expediente

SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA – Nota publicada no *Jornal do Brasil*, sobre a disputa de cargos públicos por integrantes da bancada governista, com eventual ameaça de rompimento na votação de matérias de interesse do governo. 03326

SENADOR FREITAS NETO – Operação de crédito ao Banespa. Trabalho elaborado pela Fundação Getúlio Vargas, ressaltando os desafios de desenvolvimento entre as diversas unidades da federação. Necessidade de programa de ação governamental que carree recursos para as regiões mais pobres do País. 03326

SENADOR VALMIR CAMPELO – Debate da proposta em andamento no Congresso Nacional, referente à descriminalização do uso da maconha. 03329

SENADOR JOSÉ EDUARDO DUTRA, como Líder – Nota divulgada pelo Diretório Nacional do PT à imprensa nacional, sobre o escândalo do Banco Nacional, com gestões visando à imediata abertura de Comissão Mista Parlamentar de Inquérito. 03332

SENADOR OSMAR DIAS – Apelo ao governo para a revisão da política de preços da safra agrícola de inverno deste ano. Quebra da produção nacional. 03333

SENADOR EDISON LOBÃO, como Líder – Projeto de lei de sua autoria, que formalizará junto à Mesa, visando a criação do Programa de Incentivos às Energias Renováveis – PIER. 03338

1.2.4 – Leitura de Projeto

Projeto de Lei do Senado nº 27, de 1996, de autoria do Senador Edison Lobão, que cria o Programa de Incentivos a Energias Renováveis (PIER), e dá outras providências. 03339

1.2.5 – Requerimentos

Nº 162, de 1996, de autoria do Senador Ademir Andrade, solicitando ao Ministro da Fazenda informações que menciona. 03344

Nº 163, de 1996, de autoria do Senador João Rocha, solicitando ao Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento informações que menciona. 03344

1.2.6 – Discursos do Expediente (cont.)

SENADOR JOSÉ ROBERTO ARRUDA, como Líder – Críticas da imprensa ao desempenho do Poder Legislativo. Elogios de S. Exª à atuação do Congresso Nacional e do Senado Federal, na discussão e apreciação de matérias de alta relevância para a vida nacional. 03345

SENADOR ADEMIR ANDRADE – Decepção de S. Exª com a subserviência do Congresso Nacional na votação de matérias de interesse do Governo Federal. Escassos recursos do Orçamento da União destinados às obras e projetos executados no Estado do Pará. 03346

SENADOR NEY SUASSUNA, como Líder – Artigos publicados por notáveis articulistas da imprensa nacional, no dia de hoje, sobre o sistema financeiro. 03352

1.3 – ORDEM DO DIA

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1994 (nº 3.417/92, na Casa de origem), que dispõe sobre direitos do cônjuge sobrevivente e dos herdeiros necessários na sucessão. **Aprovado**, em turno suplementar. **A Câmara dos Deputados**.....

03352

Projeto de Lei da Câmara nº 161, de 1993 (nº 3.059/92, na Casa de origem), que torna obrigatório o uso de tarja com expressão que ressalte a importância do aleitamento materno nas embalagens e propagandas dos produtos utilizados no aleitamento artificial. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.....

03353

Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1995 (nº 3.970/89, na Casa de origem), que dispõe sobre a participação das partes interessadas nas reuniões de órgãos colegiados da administração pública direta. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.....

03353

Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1995 (nº 3.991/89, na Casa de origem), que acrescenta dispositivos ao art. 791 da Consolidação das Leis do Trabalho. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.....

03354

Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 1995 (nº 4.039/93, na Casa de origem), que altera a redação do § 4º do art. 24 de Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.....

03354

Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1996 (nº 48/95, na Câmara dos Deputados), que dá nova redação ao inciso II do artigo 192 da Constituição Federal. (Quarto dia de discussão.) **Não houve oradores no 4º dia de discussão, em 1º turno**.....

03354

Projeto de Resolução nº 73, de 1995, de iniciativa da Comissão Diretora, que regulamenta o credenciamento de profissionais da área de comunicação social; dispõe sobre o Comitê de Imprensa do Senado Federal e dá outras providências. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.....

03354

Parecer nº 330, de 1993, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Consulta nº 1, de 1993, do Presidente do Senado Federal, concluindo pela remessa e utilização de documentos sigilosos por comissão parlamentar de inquérito diversa da solicitante, em vista do interesse público. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.....

03354

Parecer nº 732, de 1995, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o processo Diversos nº 24, de 1994, do Senador Gilberto Miranda, solicitando seja formulada consulta por aquela Comissão ao Plenário do Tribunal de

Contas da União sobre o alcance da incompatibilidade do art. 54, II, a, da Constituição da República, visando o reexame da Decisão nº 558/93-TCU-Plenário, concluindo pelo descabimento da consulta. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.....

033

1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR ROMERO JUCÁ – Decisão da Justiça Federal, acatando solicitação da Procuradoria-Geral da República, em proibir a venda de disco da banda "Pipoquinha de Normandia".....

033

SENADOR BERNARDO CABRAL – Comemorações do centenário do Teatro Amazonas. Lançamento do 4º volume da obra do Prof. Mário Ipiranga Monteiro.....

033

SENADOR JOSÉ ALVES – Gravidade do escândalo do Banco Nacional.....

033

SENADOR TEOTONIO VILELA FILHO – Sucesso do Plano Real, comprovado pelos baixos índices de inflação nos últimos meses. Apelo ao Congresso Nacional para que realize as reformas estruturais necessárias na administração brasileira.....

033

SENADOR MAURO MIRANDA – Premência da reforma do Estado, destacando a área administrativa como uma questão emergencial. Medidas adotadas pelo Governador de Goiás, Maguito Vilela, para a contenção do déficit público e a correção dos vícios administrativos.....

033

SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Projeto São José, elaborado e desenvolvido pelo governo do Ceará, destinado a apoiar as comunidades carentes daquele estado.....

033

SENADORA BENEDITA DA SILVA – Aniversário, na data de hoje, da cidade do Rio de Janeiro.....

033

1.3.2 – Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

Resenha das matérias apreciadas pelo Senado Federal, no período de 15 a 29 de fevereiro de 1996 (art. 269, II, do Regimento Interno).....

033

Correspondências expedidas.....

033

3 – ATOS DO DIRETOR EXECUTIVO DO PRODASEN

Nºs 18 e 19, de 1996.....

033

4 – MESA DIRETORA

5 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

6 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

7 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

10 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 9ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 1º de março de 1996

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura

Presidência dos Srs. Teotônio Vilela Filho, Ney Suassuna e Emília Fernandes

ÀS 9 HORAS, COMPARECERAM OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade - Edison Lobão - Epitácio Cafeteira - Freitas Neto - José Eduardo Dutra - José Roberto Arruda - Ney Suassuna - Osmar Dias - Teotônio Vilela Filho - Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - A lista de presença acusa o comparecimento de 10 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário, em exercício, Sr. Ney Suassuna, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

PARECERES Nº 73 a 75, DE 1996

PARECER Nº 73, DE 1996

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 153, de 1995 (Projeto de Decreto Legislativo nº 124, de 1995, na Casa de origem), que Aprova o texto do Tratado sobre Extradicação, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália, concluído em Camberra, em 22 de agosto de 1994.

Relatora: Senadora Emília Fernandes

I – Relatório

Com base no disposto do artigo 49, inciso I, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem nº 1.203, de 26 de dezembro de 1994 (fls. 4), submete à consideração dos Membros do Congresso Nacional o texto do Tratado sobre Extradicação, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália, feito em Camberra, em 22 de agosto de 1994.

2. Quando da sua regular tramitação na Câmara dos Deputados, a matéria obteve aprovação unân-

nime das suas Comissões de Defesa Nacional, de Justiça e de Redação e de Relações Exteriores. Ainda na Câmara Baixa, a matéria foi discutida em Plenário, em turno único, e ali aprovada, o mesmo ocorrendo com a sua redação final. Chega, então, o PDL ao Senado Federal (fls. 25), já com o nº 153/95, para exame e emissão do competente parecer.

É o relatório

II – Voto do Relator

3. O projeto de decreto legislativo em apreciação objetiva inserir no contexto legal pátrio o produto final de um espectro de medidas para uma integração mais estreita e efetiva entre o Brasil e a Austrália, no concenente à prevenção e à repressão aos atos criminosos praticados por nacionais de ambos os países. O instrumento penal medular proposto para tal fim é a extradição, desde que as legislações penais de ambos os países consagrem para o fato criminoso pena privativa da liberdade cuja duração seja de pelo menos um ano, ou pena mais grave (Artigo 2.1). Ressalte-se, ainda, o exposto no artigo 3, ao listar as hipóteses de denegação obrigatória da extradição. Tais hipóteses alcançam, com inteira procedência, situações específicas, a saber:

- predominância de competência;
- preexistência de julgamento definitivo pela Parte requerida;
- ocorrência dos benefícios da anistia ou do perdão;
- pré-existência de prescrição do crime, conforme legislação da Parte requerida;
- julgamento ou sentenciamento por Tribunal de exceção;
- crimes puramente militares;
- crimes puramente políticos;
- assassinato ou tentativa de assassinato contra Chefe de Estado; e
- julgamento ou punição por motivo de raça, religião, nacionalidade ou opinião política.

4. O **modus faciendi** do pedido de extradição ocupa todo o Artigo 7, como detalhamento que a es-

pécie requer, dada a sua importância dentro do Tratado. O Artigo 11 prevê, com total procedência, a solicitação de prisão preventiva da pessoa reclamada, nos casos de urgência, enquanto o Artigo 12 exige, no caso de recusa total ou parcial da solicitação de extradição, a apresentação das razões condizentes. Igualmente importante é a regra contida no Artigo 17.1 (Entrega de Bens), ao determinar que

"Na medida em que seja permitido pela lei da Parte requerida, e ressalvados os direitos de terceiros, que serão devidamente respeitados, todos os bens encontrados no território da Parte requerida que tenham sido adquiridos com o produto do crime ou que possam ser requeridos para fins de prova serão, se a Parte requerente assim solicitar, entregues, se a extradição for concedida."

5. Outra regra particularmente notada no presente tratado é a exposta no Artigo 19 – concurso de Pedidos. A hipótese legal é perfeitamente materializável quando "dois ou mais Estados solicitam a extradição da mesma pessoa, seja pelo mesmo crime ou por crimes diversos". Neste caso, cabe à Parte requerida determinar "a qual daqueles Estados a pessoa deverá ser extraditada e lhes comunicará sua decisão".

6. Finalmente, a regra do Artigo 20 adverte que:

"Nada neste Tratado prejudica quaisquer obrigações que tenham sido, ou que no futuro venham a ser assumidas pelas Partes Contratantes, ao abrigo de qualquer Convenção multilateral."

7. Seja lembrado, por outro lado, que a multiplicidade de sistemas de repressão de delitos em nível mundial conduz, necessariamente à cooperação internacional voltada para a espécie. Insere-se aí a ciência do Direito Penal Internacional, ou seja o ramo do Direito Penal que determina a competência do Estado na ordem internacional para a repressão dos delitos bem como regulamenta a cooperação entre os Estados em matéria Penal, na lição de Celso de Albuquerque Mello.

8. É bom que se recorde, igualmente, que o ato internacional sob exame, ao tratar sobre extradição entre os dois países, com o objetivo de prevenir e de reprimir a atividade criminosa, elege o instituto de maior interesse, hoje, em matéria de Direito Penal Internacional. As razões são muitas: a união internacional contra o crime, o dever moral em nível internacional e a punição como justiça, dentre outras. Em

consequência, a extradição conduz, quase sempre, à punição de criminosos que fogem para o exterior na esperança de se livrarem de um castigo certo.

9. Finalmente, no que concerne à parte adjetiva do Tratado – preservação de obrigações multilaterais, denúncia e aplicação –, tais aspectos, a nosso ver, estão dentro dos ditames normais, proporcionados pela teoria e pela prática na elaboração dos atos internacionais em geral.

10. Por todo o exposto, somos pela aprovação integral do texto do Projeto de Decreto Legislativo nº 153, de 1995 que Aprova o texto do Tratado sobre Extradição, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália, concluído em Camberra, em 22 de agosto de 1994.

É o parecer. s.m.j.

Sala das Sessões, 1º de março de 1996. – Antônio Carlos Magalhães, Presidente – Emília Fernandes, Relatora – Lúdio Coelho – Romeu Tuma – Artur da Távola – José Agripino – Casildo Maldaner – Bernardo Cabral – Benedita da Silva – Joel de Hollanda – José Alves – Pedro Piva.

PARECER Nº 74, DE 1996

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 160, de 1995 (nº 187, de 1995, na Casa de origem) que Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Namíbia, em 7 de março de 1995.

Relatora: Senadora Benedita da Silva

De acordo com o art. 49, inciso I, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República submeteu à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Namíbia, em 7 de março de 1995.

Trata-se de documento bilateral rotineiro que o Brasil tem firmado com parceiros de todos os continentes, com vistas a promover e fomentar o progresso técnico e as vantagens recíprocas da cooperação em áreas de interesse comum.

Pelo documento em epígrafe, as partes contratantes se comprometem a elaborar e executar, de comum acordo, programas e projetos de cooperação técnica, que envolverão instituições públicas e privadas, bem como universidades, institutos de pesquisa e organizações não governamentais.

Sempre que julgarem conveniente, as partes poderão solicitar a participação de organismos internacionais nos programas e projetos idealizados.

A cooperação entre os dois países dar-se-á por intercâmbio de técnicos, especialistas, informações e documentos e favorecerá a realização conjunta de estudos e trabalhos de pesquisa com vistas ao desenvolvimento e à modernização institucional.

A avaliação dos resultados dos programas, a análise dos projetos e a identificação de áreas prioritárias ficarão a cargo de uma comissão mista Brasil-Namíbia.

As cláusulas do acordo respeitam as disposições legais vigentes nos países contratantes e estipulam certas isenções de tributos e facilidades para vistos de entrada, como em todos os documentos bilaterais de cooperação.

A especificidade do acordo analisado reside no fato auspicioso de vincular o nosso País a uma jovem república africana que logrou reconhecimento e status de sujeito de direito internacional graças, sobretudo, ao esforço da Organização das Nações Unidas, desde a sua criação.

É, portanto, altamente aconselhável que nos unamos a tantos outros países que apóiam a Namíbia na luta pela consolidação de sua independência e de sua opção pela via democrática.

Nosso voto, portanto, é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 160, de 1995.

Sala da Comissão, 29 de fevereiro de 1996. –
Antônio Carlos Magalhães, Presidente – **Benedita da Silva**, Relatora – **Lúdio Coelho** – **Romeu Tuma** – **José Agripino** – **Joel de Hollanda** – **Artur da Távola** – **Casildo Maldaner** – **Bernardo Cabral** – **José Alves** – **Pedro Piva**.

PARECER Nº 75, DE 1996

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 190, de 1995 (nº 199, de 1995, na Casa de origem), que Aprova o texto do Acordo para a Pesquisa em Mudanças Globais acerca da Sede do Instituto Interamericano, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Instituto Interamericano para Pesquisa em Mudanças Globais, no Rio de Janeiro, em 28 de abril de 1995.

Relator: Senador José Agripino

I – Relatório

Com base no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República, por via da Mensagem nº 736, de 3 de julho de

1995 (fls. 04, e), submeteu à consideração dos membros do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Instituto Interamericano para Pesquisa em Mudanças Globais acerca da Sede do IAI.

2. Quando da sua regular tramitação na Câmara dos Deputados, a matéria obteve aprovação unânime das suas Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e de Constituição e Justiça e de Redação, esta com parecer do ilustre Deputado Adilson Mota, em substituição. Ainda naquela Casa, a matéria foi discutida em plenário, em turno único, e ali aprovada, o mesmo ocorrendo com a sua redação final. Chega, então, o PDL ao Senado Federal (fls. 24), para exame e emissão do competente parecer.

É o relatório.

II – Voto do Relator

3. O Instituto Interamericano para Pesquisa em Mudanças Globais foi criado em 1992, com o objetivo precípuo de estabelecer, a nível regional, uma rede de cooperação interamericana, voltada para os trabalhos de pesquisa em meio ambiente, particularmente sobre variações climáticas. Conforme relata o Sr. Ministro das Relações Exteriores em sua Exposição de Motivos nº 347, de 26 de junho de 1995 (fls. 17),

"A I Reunião da Conferência das Partes do IAI, realizada em setembro de 1994, na Cidade do México, elegeu o Brasil como sede do referido organismo, a localizar-se no **campus** do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), em São José dos Campos. Essa eleição demonstra o reconhecimento internacional dos compromissos brasileiros no campo ambiental, bem como da capacitação científica e tecnológica nacional."

4. Efetivamente, o ato internacional em evidência houve por bem credenciar o Brasil para sediar pesquisas numa área em que o nosso País tem dado provas cabais de alta tecnologia e competência profissionais, reconhecidas em todo o mundo. Ademais, o aval ao presente Acordo dado pelo Professor José Israel Vargas, como lembrado pelo Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores em sua exposição de motivos (fls. 17), já constitui, por si, uma garantia à operosidade e ao bom funcionamento dos princípios constantes do Acordo em evidência.

5. Extremamente minudente, o Acordo define, no seu artigo I, termos e expressões utilizadas ao

longo do seu texto, com o claro objetivo de aclarar possíveis dúvidas de interpretação. Os demais artigos desnecessitam maiores explicações, dada a clareza de sentido dos mesmos.

6. No que concerne à parte adjetiva do Acordo – solução de controvérsias, emendas, entrada em vigor e expiração de prazo do próprio Acordo, data de feitura e idiomas utilizados –, estão de conformidade com a praxe utilizada na confecção de atos internacionais da espécie.

7. Por todo o exposto, somos pela aprovação do texto integral do Acordo para Pesquisa em Mudanças Globais acerca da Sede do Instituto Interamericano, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Instituto Interamericano para Pesquisa em Mudanças Globais, no Rio de Janeiro, em 28 de abril de 1995, na forma do Projeto de Decreto Legislativo em evidência.

É o parecer.

Sala da Comissão, 29 de fevereiro de 1996. – **Antônio Carlos Magalhães**, Presidente – **José Agripino**, Relator – **Casildo Maldaner** – **Romeu Tuma** – **Benedita da Silva** – **Artur da Távola** – **Lúdio Coelho** – **Emília Fernandes** – **Bernardo Cabral** – **José Alves** – **Pedro Piva**.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - O expediente lido vai à publicação.

A Presidência recebeu a Mensagem nº 128, de 1996 (nº 161/96, na origem), de 28 de fevereiro último, referente ao demonstrativo das emissões do real relativo ao mês de janeiro de 1996, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - Tem a palavra o Senador Epitácio Cafeteira para uma comunicação inadiável.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PPB-MA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ao receber hoje na minha residência a mídia impressa, encontrei, no **Jornal do Brasil**, uma nota que vale a pena destacar, porque comprova que o fisiologismo continua existindo.

O Presidente da Casa em exercício hoje, o nobre Senador Teotônio Vilela Filho, é do PSDB e, portanto, do Partido do Presidente da República. A notícia que passo a ler se refere ao PSDB:

"A Bancada governista ameaça novamente o Palácio do Planalto com uma rebe-

lão em mais uma votação importante: a da reforma da Previdência. Depois do PSDB do Ceará reclamar por cargo regionais, agora é o PFL do Maranhão, com sete Deputados, que se mobiliza para retirar-se do plenário no dia 6, caso o Ministro das Comunicações, Sérgio Motta, nomeie um tucano para o cargo, em prejuízo do apadrinhado do PFL."

Ora, Sr. Presidente, essa notícia pode ser destacada por mim porque sei, Sr. Presidente, que todos os cargos do Maranhão estão nas mãos do PFL. O PSDB, que é o Partido do Presidente da República, não tem nenhum cargo. Na hora em que o Presidente ameaça nomear um tucano no Maranhão, o PFL promete represálias.

Ora, o Partido do Presidente da República é o PSDB, e o PFL maranhense, que tem todos os cargos, não aceita que nomeiem um tucano. Isso é uma demonstração de que o PFL está interferindo no que não lhe pertence, apresentando-se como dono do alheio.

Parece-me que os cargos estão sendo disputados da maneira mais incoerente possível. No Ceará, são os tucanos que prometem represálias porque não nomeiam um tucano para o Ceará. No Maranhão, ocorre o contrário. O "dono" do Presidente é o PFL. Se for para nomear um tucano, o PFL rompe.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, tudo isso é triste. Entrar no plenário e votar é dever do parlamentar. Ele deve votar não pelos cargos que recebe mas pelos projetos que lhe são apresentados. Notícias como essas constroem não apenas o povo, mas também, e principalmente, os políticos que exercem suas funções na vida pública sem usar, sem aceitar o fisiologismo.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Freitas Neto.

S. Exª dispõe de 20 minutos.

O SR. FREITAS NETO (PFL-PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, o Senado será nos próximos dias chamado a pronunciar-se sobre a operação de salvamento do Banco do Estado de São Paulo, o Banespa. Trata-se de uma questão extremamente relevante. Em primeiro lugar, pelo volume de recursos envolvidos, cerca de R\$15 bilhões, dos quais a metade proveniente de créditos federais. Em segundo lugar, pelos rumos que imprime à discussão em torno das instituições financeiras nacionais.

Procurou-se dar uma feição regionalista ao debate em torno do socorro ao Banespa. É falso. To-

dos nós desejamos a prosperidade de São Paulo. Ela significa também a prosperidade do Brasil. Inexiste no Senado Federal, podemos afirmar, qualquer intenção de prejudicar a primeira economia do País. Até mesmo em função do peso de São Paulo no Produto Nacional Bruto, as vicissitudes por que passar a economia paulista certamente repercutirão nos demais Estados.

O verdadeiro problema se coloca de outra forma. O socorro ao Banespa na verdade significa socorro ao Governo do Estado de São Paulo. As dificuldades do Banespa seriam em tese semelhantes às dificuldades de qualquer outro banco de grande porte no momento em que perde as receitas decorrentes da inflação. A estabilização da economia desencadeou esse processo, e os resultados podem ser vistos nas estimativas do IBGE, que mostraram um declínio na participação do setor financeiro no Produto Interno Bruto do País. O Banespa só se distingue dos demais por ter um volume substancial de seus créditos absorvidos por um só devedor, o próprio governo paulista.

Nessas condições, o auxílio ao Banespa representa mais do que o socorro a um banco apenas. O efeito real dessa operação é permitir que o Estado de São Paulo recupere suas condições normais de gestão.

Nada temos contra isso. Pelo contrário, insisto, a saúde financeira de São Paulo só beneficia o Brasil como um todo. Desejamos, porém, algo além disso. Pretendemos que os demais Estados mostrem a mesma prosperidade de São Paulo e, na medida em que isso será obviamente impossível a curto prazo, que ao menos encontrem no Governo Federal o mesmo empenho em proporcionar condições para que se desenvolvam.

Não é o que vem ocorrendo. A Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas concluiu há pouco um trabalho revelador, conduzido pelo seu Programa de Estudos dos Estados e Municípios. Demonstra essa pesquisa que, uma vez mais, no decorrer do ano passado, acentuaram-se os desníveis de desenvolvimento entre as diversas Unidades da Federação.

De acordo com a Fundação Getúlio Vargas, no decorrer de 1995 a maioria dos Estados do Sudeste apresentou crescimento superior à média nacional. Estão nesse caso os Estados de Minas Gerais, com 4,73%; de São Paulo, com 5,18%; do Rio de Janeiro, com 5,22%; e do Espírito Santo, com 7,99%. Com isso, a Região Sudeste, que já detinha 62,6% do produto interno, passou a 63%.

Já a maioria dos Estados nordestinos, embora mostrando crescimento real, desenvolveu-se abaixo

da média nacional. É o caso da Bahia, cuja economia cresceu apenas 0,8%; do Piauí, com 1,93%; do Maranhão, com 2,87%; e também de Sergipe, Alagoas e Paraíba. O Rio Grande do Norte ficou próximo à média.

O Nordeste manteve a sua participação no produto interno, 12,6%, mas isso se deveu exclusivamente ao comportamento da economia de dois Estados: Ceará e Pernambuco. Mesmo assim, como aponta a própria Fundação Getúlio Vargas, o crescimento pernambucano significa antes de mais nada a recuperação de perdas passadas, pois nos últimos cinco anos o Estado atravessou uma crise de grandes proporções.

Embora a metodologia dessa pesquisa tenha sofrido críticas recentes no meio acadêmico, ela, em qualquer hipótese, nos fornece valiosos dados para a reflexão. Mostra a Fundação Getúlio Vargas que a economia brasileira prossegue em seu processo de concentração regional da renda, acentuando-se nela a participação do Sudeste. Revela também que dentro de cada região o crescimento se dá de forma extremamente desigual.

O Sr. Epitácio Cafeteira - Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. FREITAS NETO - Concedo, com todo o prazer, o aparte ao Senador Epitácio Cafeteira.

O Sr. Epitácio Cafeteira - Nobre Senador Freitas Neto, as dificuldades do Norte e do Nordeste decorrentes de disparidades regionais cada vez mais se acentuam. Veja V. Exª que, enquanto criticavam a Sudene, a ponte Rio-Niterói custou 16 orçamentos/ano da Sudene. Os investimentos no Norte e no Nordeste sempre foram feitos de forma muito parcimoniosa. Eu diria que a avareza da União com a nossa Região é muito grande. E, após a implantação do Mercosul, ficamos relegados a um plano muito secundário, até porque os nossos produtos, para chegarem aos centros consumidores do Sul, têm um preço de transporte muito maior do que os que vêm da Argentina e de outros países do Hemisfério Sul. Acho, então, que temos que nos unir, que conversar, que discutir as nossas prioridades. Nós, que formamos uma Bancada muito grande neste Senado, temos que estar juntos para levar ao Governo não solicitações individuais de quem quer que seja, mas de uma região sofrida, cujo desenvolvimento se faz necessário para que o povo possa ter oportunidade de vida. O Nordeste, o Norte e o Centro-Oeste, que representam a maioria absoluta nesta Casa, devem se reunir, procurar uma forma apartidária de atuação e levar as soluções desejadas para essas regiões.

Quanto ao problema de São Paulo, que V. Ex^a muito bem acentuou, eu diria que o Governador não está querendo priorizar o Estado, neste caso. Para ele seria muito simples deixar que o Governo Federal tomasse conta do Banespa, que ninguém vai comprar, em face do débito que têm com ele as estatais e o Estado, e ele terminaria por ficar em poder do Governo. Assim, o Governo Federal e o Governo do Estado diriam que a dívida se somaria àquela outra que já têm, e que eles iriam pagá-la a longo prazo. Isso sem que o Governador Mário Covas abrisse mão de patrimônios - de que está abrindo mão - para solucionar problemas do Banespa. Parabéns a V. Ex^a que, com muita propriedade, retrata o que é a nossa Região, as dificuldades por que passamos, o que nunca é demais acentuar a cada dia nesta Casa.

O SR. FREITAS NETO - Senador Epitácio Cafeteira, muito obrigado a V. Ex^a. Com muita satisfação incorporo o aparte de V. Ex^a ao meu pronunciamento, enfatizando que tenho marcado a minha presença nesta Casa, desde que assumi o meu mandato, há um ano, exatamente por essa preocupação, pelo fato de ter governado um Estado pobre da Região Nordeste, por ter sido prefeito da Capital do meu Estado, representante político na Assembléia e na Câmara dos Deputados, por ter passado também por direções de empresas públicas e por Secretaria do Estado e conhecer, bastante, a realidade do Piauí e, extrapolando-a, a realidade do Nordeste.

O Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, faz uma política de globalização da economia - e está certo Sua Excelência ao inserir o País no contexto internacional -, mas é preciso que nós, do Nordeste, das regiões pobres, como o Centro-Oeste, como o Norte do Brasil, tenhamos políticas compensatórias, para que possamos ser beneficiários de nova realidade que se projete. Porque esse estudo da Fundação Getúlio Vargas, ao qual nos referimos, como outros, como qualquer levantamento que se fizer, mostrará o agravamento das disparidades entre o Brasil pobre e o Brasil rico. E o Presidente Fernando Henrique Cardoso, naturalmente, não pode marcar a sua gestão com essa característica.

O que reclamamos, portanto, é uma ação federal que conduza à inversão desse processo injusto e desagregador. O atual Governo, eleito com o nosso apoio e responsável por um trabalho de estatização econômica que até o momento obteve pleno êxito, não apresentou até agora qualquer política de desenvolvimento regional. Embora conte com uma importante Secretaria destinada exclusivamente a essa

missão, ainda deve ao País e às suas áreas mais pobres um programa destinado à redução dos desequilíbrios regionais.

O sistema financeiro nacional vem apresentando sérios desequilíbrios, parte em decorrência natural da estabilização econômica, parte em função da demora em se adaptar aos novos tempos e parte devido a procedimentos rigorosamente criminosos dos dirigentes de algumas instituições do setor. Para socorrer os bancos em perigo soube-se produzir de imediato um programa. Materializou-se, como por milagre, o Proer em medida provisória, que agora examinamos no Congresso Nacional.

Para isso houve recursos. Até agora, diga-se de passagem, sequer se sabe qual o volume exato de recursos que se exigirá para o socorro aos bancos. O Deputado Delfim Netto, ex-Ministro da Fazenda e do Planejamento, calcula esse desembolso em perto de R\$10 bilhões. Há, como sabe o próprio Deputado, quem diga ser otimista esse cálculo, uma vez que apenas o Banco Nacional poderá deixar na praça um rombo de R\$7,5 bilhões, segundo cálculos de técnicos que a imprensa publicou. Mesmo que se fique com o cálculo talvez conservador de R\$10 bilhões, teremos aí seis vezes o custo do Sivam, que tanta polêmica provocou, ou oito vezes todo o orçamento de meu Estado, o Piauí.

Não importa se esses recursos vêm desta ou daquela fonte. Importa, isso sim, que estão mudando de mãos. E não estão se dirigindo para quem mais necessita deles.

Precisamos de um programa de ação que carree recursos para as regiões mais pobres, até como cumprimento de determinação constitucional. Deverá esse programa, em especial, rever os atuais padrões de gestão da política de desenvolvimento, estabelecer um modelo de descentralização industrial e prover a infra-estrutura indispensável para que se viabilizem os investimentos privados necessários à transformação dessas regiões.

O Nordeste tem dado seguidas demonstrações de que reúne condições para responder aos estímulos que lhe são dados. Esses estímulos - e aí nos referimos principalmente a obras de infra-estrutura - proporcionaram, na maioria dos casos, retorno rápido e significativo.

O Sr. Ney Suassuna - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O Sr. FREITAS NETO - Pois não, nobre Senador Ney Suassuna, com todo prazer.

O Sr. Ney Suassuna - Eu queria parabenizar V. Ex^a pelo discurso que está fazendo e pela ponde-

ração com que está abordando o assunto. Realmente, não queremos que São Paulo não progrida, queremos igualdade e justiça, e mostrar que o Nordeste não é problema, o Nordeste pode vir a ser solução, principalmente na fruticultura e em uma série de setores que, se receberem um pouquinho de investimento, responderão com uma velocidade enorme. O turismo, por exemplo, pode vir a ser a grande fonte de riqueza deste País. Não é possível que um país com 150 milhões de habitantes, um país com a extensão que o Brasil tem, receba menos turistas do que o Uruguai, que é um país minúsculo. Por essa razão, parabeno V. Ex^a e vamos, com toda a certeza, clamar, cada vez mais, por investimentos no Nordeste. Na minha Paraíba, por exemplo, há 30 anos não temos um investimento federal. Vamos querer, com toda a certeza, que também os outros se desenvolvam, mas queremos equilíbrio e justiça para a nossa Região. Parabéns, Senador!

O SR. FREITAS NETO - Agradeço a V. Ex^a, Senador Ney Suassuna. Incorporo também, com prazer, o aparte de V. Ex^a ao meu discurso. E V. Ex^a, que representa - e muito bem, por lutar com afinco e com interesse - o Nordeste, e especialmente a Paraíba, aqui nesta Casa, sabe, como eu sei, o que significam os nossos problemas, porque a Paraíba tem uma situação financeira, econômica e social mais ou menos semelhante à do Piauí. Acompanho esse quadro desde quando governei o Piauí e Ronaldo Cunha Lima governou a Paraíba, e sabemos, por exemplo, da dificuldade que tivemos para reabrir o Banco da Paraíba e o Banco do Estado do Piauí, com sacrifícios dos Estados e do povo piauiense e do povo paraibano, e de outras lutas que travamos juntos.

Infelizmente, desde a década de 50, têm sido escassos os verdadeiros incentivos dados ao Nordeste, em particular se comparados aos que se destinaram a outras regiões.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, problemas de gestão nos bancos oficiais não constituem propriamente novidade. Ao assumir o governo do Piauí, em 1991, encontrei fechado, como acabei de dizer, o Banco do Estado. Conseguimos reabri-lo após enorme esforço, com aproximadamente três anos de luta. Precisamos proceder a um enxugamento significativo. De mais de 50 agências, o Banco do Estado do Piauí reabriu apenas cinco. Tinha perto de 1.300 funcionários e restaram 300.

Não se tem ainda notícia de que o Banespa passe por um processo semelhante, por doloroso que seja. De qualquer forma, trata-se aí de um ajus-

te bancário, nem importando tanto que se refira a uma instituição pública ou particular.

A verdadeira importância do caso Banespa reside na demonstração de que uma vez mais se está dando a uma instituição financeira o tratamento que não se dispensa a outros setores da economia, inclusive setores produtivos, assim como se está dando a uma região do País a atenção que não se confere às demais.

Não reclamamos o fechamento do Banespa como não desejamos que se interrompa o processo de desenvolvimento da economia paulista. Cobramos apenas equidade. Aliás, queremos que, por equidade, se entenda algo mais do que a distribuição igualitária das ações da União. Queremos que se voltem prioritariamente para as regiões que delas mais necessitam, no processo que nós chamamos de "discriminação às avessas".

Quem mais precisa do respaldo do Governo Federal é a parcela mais carente do território nacional. É a gente pobre que nasce e vive nessas regiões pobres.

O Governo Federal pode, portanto, propor que se destinem recursos às áreas ricas do País para salvar o Banespa ou para outras finalidades. Para fazer isso, porém, precisa também delinear uma política de desenvolvimento regional e assegurar recursos aos programas que, nela inseridos, venham a proporcionar no futuro uma vida melhor às populações carentes de nosso País.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá. (Pausa.) Concedo a palavra ao Senador Valmir Campelo. S. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB-DF. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, vive a Nação um momento de intensos debates: Projeto SIVAM, reforma da Previdência Social, Lei de Patentes - que foi votada ontem -, e drogas. É sobre drogas que desejo manifestar-me, em particular em face da proposta, em andamento no Congresso Nacional, de descriminação do uso da maconha.

Vozes se levantam. Ideologias e visões de mundo são expostas. Autoridades, pais de família, jovens e especialistas expressam suas opiniões e convicções.

Há argumentos contra a descriminação. Há argumentos a favor. Há os que são contra, com fundamento na dura experiência de eventos que machu-

caram profunda e cruelmente, e existem os que são a favor, tecendo louvores à liberdade pessoal e ao livre arbítrio nas opções. E há os que afirmam que, hoje, "droga é normal".

Estou convicto da gravidade da questão das drogas e também da necessidade de enfrentamento desse problema por meio de informação, de diálogo e de análises objetivas que levem em conta o público e as consequências que o consumo cria para as pessoas, as famílias e a sociedade.

O Sr. Ramez Tebet - Senador Valmir Campe-
lo, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. VALMIR CAMPELO - Ouço, com muito
prazer, V. Ex^a.

O Sr. Ramez Tebet - Creio até que estou sen-
do um pouco inoportuno.

O SR. VALMIR CAMPELO - Absolutamente!

O Sr. Ramez Tebet - V. Ex^a mal inicia o seu
pronunciamento e já quero aproveitar esta oportuni-
dade para cumprimentá-lo. Peço desculpas a V. Ex^a,
mas devo tomar um avião daqui a pouco. Ainda on-
tem, eu pensava e meditava muito sobre o tema que
V. Ex^a está abordando. Realmente, esse assunto
está causando preocupações às famílias brasileiras
e do mundo inteiro. O problema das drogas está dis-
seminado no mundo, e o Brasil, como um País
emergente, um País de jovens, precisa realmente
discutir esse assunto e lutar para encontrar meios de
salvar a nossa juventude e as nossas famílias. Nem
sei em que direção V. Ex^a está levando o seu discur-
so, mas permita-me apenas cumprimentá-lo por tra-
zer esse assunto a debate no Senado da República.
Isso sim é importante. Não há nada mais importante
na vida de um cidadão do que a sua família; não há
nada mais importante na nossa vida do que os nos-
sos filhos. E hoje são poucas as famílias brasileiras
que não têm um triste e lamentável problema refe-
rente a alguém que esteja envolvido, como viciado,
traficante ou de qualquer outra forma, com o proble-
ma das drogas. Quero manifestar logo o meu ponto
de vista - não sei se o farei na direção do de V. Ex^a.
Causa-me espécie perceber que, quando esse as-
sunto está sendo debatido, há segmentos da socie-
dade brasileira que querem inclusive a liberação da-
quilo que precisamos combater. Pedi um aparte para
cumprimentar V. Ex^a e para já deixar firmado o meu
ponto de vista, que é contrário à liberação do uso de
drogas neste País. Avalio que temos de adotar me-
didas sérias para que esse problema seja contido, e
não alaistrado, como vemos acontecer hoje no Bra-
sil. Estou de regresso ao meu Estado, Senador Val-
mir Campelo, mas V. Ex^a terá o galardão de ter ini-

ciado aqui, no Senado da República, esse debate.
Quero ser parceiro de V. Ex^a na luta para que essa
questão seja realmente combatida com eficiência no
nosso País, porque tenho certeza de que estaremos
todos, se assim procedermos, contribuindo para
uma Pátria melhor e para uma boa qualidade de
vida aos nossos filhos. Muito obrigado pela atenção
de V. Ex^a e por me ter permitido este aparte, quan-
do mal iniciou o seu pronunciamento.

O SR. VALMIR CAMPELO - Agradeço as pa-
lavras de V. Ex^a.

Fico muito feliz porque o pronunciamento que
estou iniciando está exatamente na linha do pensa-
mento de V. Ex^a. Trata-se de mais uma coincidência
saudável.

O Sr. Pedro Simon - V. Ex^a me permite um
aparte?

O SR. VALMIR CAMPELO - Ouço, com pra-
zer, o nobre Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon - Assim como o meu queri-
do Senador de Mato Grosso, pegarei em breve um
avião para Porto Alegre. Estamos aqui por causa da
Ordem do Dia, mas já sabemos que não haverá vo-
tação. Esta sessão está sendo realizada apenas
para que conte prazo para a emenda constitucional.
Quero, no entanto, felicitar V. Ex^a por abrir o debate
a respeito dessa matéria. Não há nenhuma dúvida
de que a única coisa que não pode acontecer é o
Congresso não discutir essa matéria; não se justifi-
ca o Congresso Nacional não debater um problema que
é palpitante no seio da sociedade. O mundo inteiro
está discutindo a respeito das drogas. No Brasil, to-
dos os segmentos da sociedade estão discutindo
esse assunto e posicionando-se a favor ou contra. A
Primeira-Dama manifestou-se de forma interroga-
tiva, mas temos que discutir o problema. V. Ex^a está
sendo extraordinariamente oportuno. Não há lógica
sem explicação para o fato de, até agora, não ter-
mos debatido essa matéria. Vamos ter coragem de
debatê-la, vamos analisá-la, vamos ouvir as várias
propostas. Há quem diga, por exemplo, que não se
pode dar o mesmo tratamento ao viciado e ao trafi-
cante, tese com a qual concordo. Há os que dizem
"Vamos liberar o viciado". Mas há outros que dizem
"Liberar, não. Por que não fazer com que ele tenha
uma espécie de reeducação, de reformação?" Colo-
car um viciado na prisão talvez não seja a solução,
mas reeducá-lo e reestudá-lo pode ser um caminho.
Não sei. Estou apenas argumentando. Temos que
ter a coragem de discutir - e V. Ex^a inicia esse deba-
te. Felicito V. Ex^a do fundo do coração. Espero que
V. Ex^a seja o primeiro a iniciar um longo debate, tão

sério e tão profundo quanto é séria e profunda a crise na mocidade brasileira. Manifesto a minha profunda admiração a V. Ex^a pelo importante pronunciamento que faz nesta manhã.

O SR. VALMIR CAMPELO - Muito obrigado, Senador Pedro Simon. Fico muito feliz com suas palavras. Realmente estamos abrindo esse debate, que é muito importante para toda a sociedade brasileira.

Continuando, Sr. Presidente, por análises objetivas, entendo desde o estudo laboratorial dos elementos que constituem cada uma das drogas, os efeitos físicos e psicológicos que provocam no organismo humano, na família e na sociedade, até a análise das razões que conduzem as pessoas a se drogarem. No que se refere ao público, é de extrema gravidade o fato de que é constituído predominantemente de jovens, em particular de adolescentes. Trata-se, portanto, da força exuberante e aberta à criatividade do amanhã. Invada-se essa abertura da alma jovem com vício - e os mercenários dos ganhos fáceis conhecem e sabem fazê-lo -, substitua-se a exuberância da sua criatividade pelo vazio de valores e ter-se-á uma visão prévia do que será a Nação do futuro.

Dizem que entre os atenienses o ser moço "valia uma casa cheia de ouro": não se trocaria "por todas as riquezas asiáticas". Respeitava-se profundamente os jovens: não se permitiria que "um infeliz" nublasse a "alegre juventude", como escreveu Rui Barbosa em 1879. Conheciam os atenienses o valor da juventude para o amanhã da pátria.

Preocupam-se com isso os que se dizem favoráveis à descriminação da maconha?

Que futuro vislumbram para os jovens, para suas famílias e para a nação?

Afirmam os adeptos da descriminação que a maconha não tem a nocividade das outras formas de tóxico, especialmente as denominadas drogas pesadas. De acordo com o conhecimento hoje disponível, no entanto, confirma-se que a "maconha possui uma ampla gama de efeitos biológicos e psicológicos, alguns dos quais danosos à saúde humana".

O Instituto de Medicina e a Academia Nacional de Ciência dos Estados Unidos manifestaram-se também nesse mesmo sentido. Pesquisas feitas pela Academia Nacional de Ciências daquele país e pela Fundação de Pesquisa do Vício, do Canadá, sob o patrocínio da Organização Mundial de Saúde, estabeleceram as seguintes conclusões: "Entre os efeitos crônicos conhecidos ou suspeitos do uso da maconha estão:

- bloqueio da memória, a curto prazo, e aprendizado mais lento;
- impedimento da função pulmonar semelhante ao encontrado nos fumantes de tabaco. Há indicação de que efeitos mais graves podem surgir após o uso prolongado;
- diminuição da contagem espermática e do movimento dos espermatozoides;
- interferência na ovulação e desenvolvimento pré-natal;
- possíveis efeitos adversos na função coronariana;
- subprodutos da maconha permanecem no tecido adiposo por diversas semanas, com consequências desconhecidas. O armazenamento desses subprodutos aumenta as possibilidades de efeitos crônicos, bem como de efeitos residuais no desempenho, mesmo após ter sido enfraquecida a reação aguda ao tóxico.

Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, "não existem mais drogas inocentes" - afirma o Sr. Ricardo Feix, do Centro de Dependentes Químicos do Hospital Parque Belém, de Porto Alegre. "Todas elas vêm-se aperfeiçoando para atender o mercado representado pelos dependentes".

Hoje, dispõe-se até mesmo da maconha geneticamente modificada e contrabandeada para o Brasil e para o mundo inteiro. Essa variedade concentra e potencializa o denominado THC (tetra-hidro-cannabinol), principal princípio ativo da erva, em até vinte vezes, ampliando consideravelmente os efeitos alucinógenos da droga, podendo estendê-los por dias e até meses após o consumo.

Em tais condições, Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, é impossível negar a nocividade da maconha. Por isso, qualquer discurso permissivo sobre essa questão é absolutamente inadmissível. Entregar-se à maconha é colocar em risco a saúde física, a saúde psíquica, além de abrir caminho para as drogas mais pesadas. Sabem muito bem disso os pais que viveram ou que vivem a tragédia do filho ou da filha viciados!

Especialistas há que afirmam ser a nossa uma cultura tóxica. Essa cultura deu à droga proporções globais. A droga, em nossos dias, não mais está ligada a indivíduos prisioneiros da toxicomania, no fim da aventura pessoal de viver. A droga assumiu dimensão social, caracterizando-se como patologia da sociedade inteira. Não está mais reservada a alguns estetas que nela se refugiam em nome da arte, nem é oferecida apenas a pessoas portadoras de perturbações psíquicas. Está em todos os lugares, penetra

em todas as camadas sociais, invade escolas, salões de festa, clubes, residências e locais públicos, convidando para "viagens" para fora de um mundo implacável que já não acredita na vida, sem distinção de situação econômica, social, sexual e de idade.

Nessas circunstâncias, os primeiros atingidos são os jovens, cuja vulnerabilidade é diretamente proporcional à sua sensibilidade ferida. A mocidade, solicitada pelo ambiente, onde a droga circula sem restrições, sedenta de experiências novas, em um mundo que exaure sem pena toda a sua sensibilidade, é obrigada a enfrentá-la em todo lugar, em uma idade na qual dificilmente é capaz de posicionamentos existenciais definitivos.

O momento presente de nossa história é rigoroso para com os mais novos. Diante deste momento e do futuro, "muitos jovens têm medo de sua juventude e de tudo aquilo que ela significa em termos de felicidade, de verdade, de beleza", escreveu Oliviero Rossi, ex-Embaixador da Itália no Brasil, no **Correio Braziliense** de 19 de agosto de 1994. Turbam-se perante a injustiça, sentem-se ameaçados pelo desemprego ou pelo trabalho inadequado e pela falta de perspectivas. "É tudo isso - continuava Rossi - os leva a sentirem-se desiludidos, angustiados, frustrados, a pensarem que a vida é pobre de significado. É assim que alguns desses jovens fogem das responsabilidades, refugiando-se nos mundos ilusórios do álcool e da droga, na indiferença, no cinismo e na violência.

Diante dessa realidade, Sr. Presidente, a família, a sociedade e o Estado não podem dar caminho a uma sensação de derrota. Devem, sim, envidar todos os esforços para concretizar uma pedagogia de prevenção, inclusive com medidas restritivas, porque se trata de proteger a sobrevivência. Formação e educação não acontecem sem referenciais e sem tomadas de decisão.

A imprensa do País - em especial, menciona as reportagens do **Correio Braziliense** publicadas durante os meses de janeiro e fevereiro do ano em curso - vem-se ocupando quase que constantemente do tema, registrando opiniões, debates, experiências e resultados. Em todas essas reportagens, encontram-se depoimentos extremamente sérios, de pessoas atingidas na própria carne pelo flagelo da droga. Hoje, "não vivemos apenas crise política, econômica e social. Vivemos uma crise de valores da vida" - afirmou a Sr^a Maria Abadia, mãe de uma filha morta por overdose. Vencer essa crise é tarefa de toda a sociedade e do Estado.

Ademais, o Brasil começa a ser tachado no exterior de "paraíso de lavagem do dinheiro sujo do narcotráfico", exatamente em função da extrema liberalidade da nossa legislação antidrogas.

O próprio Comitê Internacional de Controle de Narcotráficos, órgão ligado à Organização das Nações Unidas, faz um veemente apelo ao Governo Brasileiro no seu último relatório pedindo ao País que "desenvolva, adote e implemente o mais rapidamente possível" uma legislação mais adequada, mais rígida e mais eficaz para impedir a lavagem do dinheiro sujo e coibir o tráfico e o abuso de drogas.

Péricles criou a sua Atenas com o entusiasmo sagrado de uma mocidade cheia de ideais, forte e obediente. Entre os atenienses, corrompiam-se os adultos. Na sociedade moderna da cultura tóxica, corrompe-se a juventude, interferindo e pondo em risco a própria existência da nação.

A droga é realmente uma droga, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, mesmo que não pareça ou não queira ser droga.

Por essas razões, posiciono-me contra a descriminação do uso da maconha.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Valmir Campelo, o Sr. Teotônio Vilela Filho, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ney Suassuna, Suplente de Secretário.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma breve comunicação de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra para uma comunicação de liderança. S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT-SE. Para uma comunicação de liderança.) - Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores, através de seu Presidente e de seus Líderes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, emitiu ontem a seguinte nota oficial:

"Escândalo do Nacional: CPI já.

As graves revelações sobre o escândalo do Banco Nacional aumentam as suspeitas sobre a atuação do Banco Central e sugerem que:

1. Há muito tempo existe cumplicidade entre a cúpula do Banco Central e o sistema financeiro privado e que é cada vez mais claro que as fraudes cometidas pelo Banco Nacional eram do conhecimento de ministros e de presidentes do Banco Central.

2. Esta situação exige uma investigação rigorosa capaz de apurar responsabilidades e de criar fundamentos para a reestruturação das relações dos órgãos do Estado com o sistema financeiro privado, democratizando-as e submetendo-as ao controle social.

3. Por isso reafirmamos a necessidade inadiável da criação e da instalação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), que vem sendo proposta desde agosto do ano passado, destinada a investigar a atuação do Banco Central nos vários episódios de intervenção deste órgão, em entidades do sistema financeiro público e privado, já que só a CPMI poderá cotejar os depoimentos orais dos responsáveis com a documentação existente, que freqüentemente é sonegada da apreciação dos Parlamentares e da opinião pública, através do suspeito manto protetor do sigilo bancário.

4. Reafirmamos ainda a necessidade da suspensão de todas as operações do Proer (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional) pelas evidências de que este programa tem inspirações duvidosas e está servindo para disfarçar operações criminosas.

5. Chamamos a atenção, para a responsabilidade pessoal do Presidente da República quando instituiu o Proer através de medida provisória que, na prática, excluiu o Congresso Nacional do debate.

Diante disso, apelamos aos Senadores, principalmente àqueles que retiraram sua assinatura do requerimento de criação da CPMI dos bancos, no sentido de que reconsiderem esta posição e colaborem para dar transparência ao sistema financeiro, protegendo assim a economia nacional e os interesses da população contra manobras que ameaçam a credibilidade do sistema financeiro.

A opinião pública exige que os Senadores que ainda não assinaram o pedido da CPMI dos bancos, que o façam, mostrando que têm responsabilidade diante do Brasil e da História.

Brasília, 29 de fevereiro de 1996.

José Dirceu - Presidente do PT,

Sandra Starling - Líder do PT na Câmara dos Deputados

José Eduardo Dutra - Líder do PT no Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Concedo a palavra ao nobre Senador José Roberto Arruda. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB-PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na última terça-feira fiz uma análise sobre a queda de safra que o Brasil sofrerá em função da falta de planejamento e da absoluta falta de visão a respeito desse assunto em nosso País, é verdade que há muitos anos, mas agora de forma acentuada. Prenunciava-se preços altos de grãos no mundo inteiro porque os estoques eram baixos. Isto foi dito aqui muitas vezes por mim e por outros Colegas do Senado, ou seja, que a soja teria estoques baixos no mercado internacional e, portanto, preços altos neste ano, como está acontecendo, pois os estoques são 25% inferiores à média dos últimos dez anos e, por isso mesmo, os preços estão elevados. O mesmo ocorre com o milho, e o alerta também foi feito com relação ao trigo.

O Governo, ao anunciar a política de apoio ao plantio da safra de verão do ano passado, errou drasticamente quando deixou de estimular, por exemplo, o plantio da soja, não liberando linhas de crédito para os produtores, que estavam sem dinheiro, porque os preços da comercialização da safra passada foram baixos e que estavam descapitalizados e impossibilitados de investir no plantio da soja. O mesmo erro que o Governo praticou em relação à cultura da soja para o plantio da safra de verão está cometendo agora com a cultura do trigo.

Quero, inclusive, aproveitar aqui a presença da Senadora Emilia Fernandes, representante do Rio Grande do Sul, que, a exemplo do Paraná, tem uma participação muito importante na produção de trigo nacional, para que possamos, juntos, fazer um apelo ao Governo Federal no sentido de rever as medidas anunciadas para o plantio da safra de inverno deste ano.

Ora, o preço de garantia do trigo, no ano passado, era de U\$134 a tonelada. O Governo - está certo - aumentou para U\$157 a tonelada. No entanto, o mercado mundial aponta para preços muito superiores a U\$200 a tonelada, preço, aliás, que já estamos comercializando com o trigo americano, com o canadense e o argentino. O Governo chegou a ver o trigo argentino, canadense e americano ingressa-

rem no País, neste ano que passou, a um custo de cerca de US\$300 no final do ano passado. Ora, temos todas as condições para voltarmos a produzir aquilo que produzimos em 1987 e 1988, quando atendemos ao nosso consumo interno. Chegamos a produzir quase 7 milhões de toneladas, atendendo, naquele ano, ao consumo. Hoje, o consumo nacional está em torno de 8 milhões de toneladas. E o Brasil, com essa política anunciada, não produzirá 2 milhões de toneladas. Portanto, com um déficit de 6 milhões de toneladas, que terão que ser importadas. Se fizermos uma conta rápida e colocarmos 6 milhões de toneladas a US\$250 em média, que, tenho certeza, chegará o trigo este ano no mercado internacional, inclusive com os custos de transporte, portuários e tributários, vamos chegar a um valor de R\$1,5 bilhão de importação. O dinheiro que o Governo está anunciando para financiar o plantio dessa safra é de R\$340 milhões. Ora, ao se preferir jogar R\$1,5 bilhão daqui para fora e impedir que empregos sejam gerados aqui, porque cada 15 hectares plantados de trigo gera um emprego, o que vemos é o Governo estimular os plantadores de trigo do Canadá, dos Estados Unidos e da Argentina. Os dois primeiros com um grau de subsídio que chega a 40%, e vamos pagar esse subsídio, porque o preço do trigo que chegará aqui não será inferior a US\$250 e, evidentemente, isso será repassado aos consumidores. Quando digo que o Plano Real, que se escolheu na agricultura no ano passado, sofre um grave risco de não ter mais essa escora da agricultura este ano, o digo com números. Vamos importar 6 milhões de toneladas de trigo, vamos importar 5 milhões de toneladas de milho, 1 milhão de toneladas de arroz e cerca de 200 mil toneladas de feijão, o que significa que ultrapassaremos 12 milhões de toneladas de importação apenas no ano de 1996, com um custo que não ficará abaixo de US\$3 bilhões, o que poderia, evidentemente, estar circulando na economia interna, caso o Governo tivesse vislumbrado este movimento que ocorreu no mercado internacional, onde a China, de exportadora de farelo de soja em 1994, passou a importadora, em 1995, de 15 milhões de toneladas e vai importar, este ano, mais 20 milhões de toneladas de farelo de soja, em função da abertura econômica, que permitiu maior consumo de alimentos, principalmente de pequenos animais, que são consumidores de farelos.

Pois bem, não enxergando esses movimentos, impediu-se que a nossa safra pudesse ser superior até a do ano passado; ela será inferior. O Governo diz em 12%. Eu não acredito que a perda será só

essa. Penso que teremos uma safra inferior a do ano passado em cerca de 15%, 16%, o que significa uma redução de receita no campo em torno desse mesmo índice, portanto, de R\$5 bilhões, uma perda que se somada a do ano passado de R\$9 bilhões, chega em dois anos, Senador Gerson Camata, a R\$14 bilhões. Portanto, vai demorar muito tempo para que a agricultura recupere essas perdas. Falta planejamento? É evidente que sim. Porque não se planeja o plantio de uma safra olhando apenas para o mercado interno. Temos que olhar a dinâmica do mercado internacional e ela apontava, evidentemente, para essa redução de safra.

O que ocorreu com a safra de verão - repito - está ocorrendo com a safra de inverno: o Governo, ao anunciar a política ontem, me decepcionou, porque eu vinha conversando com os técnicos do Governo e havia uma expectativa de um estímulo ao plantio do trigo, para voltarmos, pelo menos, a 4 milhões de toneladas, e daí, no próximo ano, 5, 6 e voltarmos a produzir a nossa auto-suficiência.

Então, Senador Gerson Camata, creio que esse erro vai custar caro não apenas aos consumidores, mas ao Governo, porque o impacto no plano real é inevitável.

O Sr. Gerson Camata - Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador?

O SR. OSMAR DIAS - Concedo, com satisfação, o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Gerson Camata - Senador Osmar Dias, no interior, o nosso homem do campo costuma dizer que quem tem olho fundo começa a chorar cedo. V. Ex^a, pela sua dedicação, pelo seu empenho em favor da agricultura brasileira e pelo profundo conhecimento que tem dos problemas agrícolas brasileiros, é motivo de orgulho para o Senado; ou seja, temos aqui um técnico, um político que na verdade, em matéria de agricultura, é um dos melhores técnicos brasileiros. V. Ex^a está continuamente advertindo o Governo dos problemas que a agricultura vai enfrentar; não dos problemas que está enfrentando, mas dos que vão acontecer. Por isso, pelos seus conhecimentos, digo que tem olho fundo e começa a chorar cedo. O Governo, que devia estar chorando há uns dois anos, ainda está rindo, não começou a chorar diante desse drama que vai abater-se sobre o País e que V. Ex^a vem, há mais de um ano, profetizando aqui, falando continuamente sobre ele. Uma das suas preocupações é que vai acontecer um outro fato muito triste e exótico, ou seja, o Brasil vai importar café para beber. A produção de café do Brasil deste ano não vai suprir o mercado interno. O maior

País exportador de café do mundo, o maior produtor do mundo vai importar café para beber. Se V. Ex^a observar, vai verificar que, nos últimos trinta dias, o preço do café já subiu 70% no mercado internacional, porque está faltando o produto. O Brasil vai importar caro. É triste o fato de chegarmos a uma condição como essa. Essa advertência vem sendo feita desde o Governo passado, advertência sobre o que ia acontecer e que agora já está acontecendo. V. Ex^a vem também advertindo o Governo sobre os problemas do trigo, da soja, dos grãos. Mas parece que há uma insensibilidade com relação a isso - não a vejo tanto no Ministério da Agricultura. Os Ministérios do Planejamento e da Fazenda não têm preocupação com isso. Parece que estão sentados em um tesouro do qual só pode sair dinheiro para fora do Brasil; para produzir e criar empregos aqui - o que é importante - não pode. Acredito vamos ter que um dia, sob a liderança de V. Ex^a, chamar aqui não o pessoal do Ministério da Agricultura mas os Ministros da Fazenda e do Planejamento e adverti-los, cobrando deles aquilo que foi dito, profetizado em contrapartida ao que está acontecendo, infelizmente, uma vez que não começaram no tempo oportuno a chorar cedo porque não têm o olho fundo.

O SR. OSMAR DIAS - Senador Gerson Camata, agradeço as suas palavras e acrescento que ontem eu estava aqui ouvindo um pronunciamento do Senador José Roberto Arruda sobre problemas atinentes à educação, como repetência, por exemplo, ocasião em que S. Ex^a dizia que apenas 4,5% dos alunos que ingressam numa escola primária dela saem sem uma repetência; 95,5%, portanto, repetem uma ou duas vezes. Sobre isto fui buscar as razões.

Leio muitos relatórios da FAO, cujas indicações são no sentido de que uma das principais razões para esse alto índice de repetência é exatamente a subnutrição na idade de formação da inteligência, evidentemente a primeira idade, de zero a dois anos. Entendo que estamos aqui com uma grande possibilidade de resolver esse problema.

Quando faço críticas, não é simplesmente para ficar contra o Governo. Não sou contra o Governo. Quero contribuir, porque, lendo, estudando, estou enxergando a grande oportunidade que o Brasil está tendo em colocar os pés na agricultura, para saltar num desenvolvimento muito acelerado, aproveitando a dinâmica do comércio internacional. Esta dinâmica já vinha sendo apontada, não no ano passado, mas desde 93, quando a China anunciou uma abertura, que a colocará como o grande ponto de referência

para o mercado internacional, porque passou de exportadora para importadora de grãos. E isso vai mexer nos preços das **commodities** em todo o mundo.

Fiz uma análise aqui, outro dia, provando que, se tirássemos o protecionismo dos países do primeiro mundo, que tem sido prejudicial e, nos últimos 30 anos, tem significado uma redução de preço de 0.5% das **commodities** agrícolas em média no mundo, o que significa uma redução acumulada de 20%, o que é muito significativa, poderíamos compensar agora esse protecionismo com a entrada da China. Quando se fala em 20 milhões de toneladas, para alguém que não acompanha os números da agricultura, pensa que isto é pouco. Mas não é. Vinte milhões de toneladas de farelo significam quase a produção do Brasil de grãos de soja, que vai ser de 22 milhões de toneladas, e o Brasil tem 20% do mercado internacional de soja. Portanto, é altamente significativo este dado. Para isso tinha que haver um grupo de técnicos do Governo - tenho sugerido isso - para estudar esses movimentos. Porque não me digam que o Brasil tem estoques para abastecer, porque este ano vamos ter um problema muito sério de abastecimento alimentar no País, já que os estoques que estão sendo anunciados - aposto - não existem, são papéis para a aquisição de EGF de muita gente que usou desonestamente esse empréstimo do Governo Federal. E esse estoque de 11 milhões de toneladas não existe. Vai faltar comida e 12 milhões de toneladas serão importadas.

O Sr. Edison Lobão - Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Osmar Dias?

O SR. OSMAR DIAS - Ouço o aparte do nobre Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão - Senador Osmar Dias, ouvindo o discurso de V. Ex^a, lembro-me que em 1976, quando fiz uma visita ao Embaixador Antônio Delfim Netto, em Paris, que acabava de sair do Ministério do Planejamento do Brasil, encontrei-o cercado de livros sobre agricultura - uma vasta literatura. Eram dezenas e dezenas de livros empilhados pelo gabinete do Embaixador. Perguntei: - Mas, Delfim, por que esses livros sobre agricultura? Ele me respondeu: "Lobão, estou hoje persuadido de que o caminho do Brasil ainda é o da agricultura. Antes eu não tinha essa visão; tenho hoje" - ele me dizia - "e estou lendo tudo sobre agricultura". Eram livros em francês, em inglês, em espanhol. E me disse mais: que estava visitando os campos agrícolas da Europa. Um ano depois, assume o ex-Presidente Figueiredo e ele vem como Ministro da Agricultura, e começou então a tentativa de promover uma revolução

nesse setor. Em seguida, teve que ser retirado da Agricultura para o Planejamento, de volta. Quero com isso dizer que as elites brasileiras, somente de maneira tardia, se dão conta de que a agricultura é essencial, é fundamental para a economia brasileira, e até para o social no Brasil. Se não nos dermos conta coletivamente desta verdade inteira, vamos passar por um sofrimento atroz, como registram V. Exª e o Senador Gerson Camata. Vamos ver o que acontece, por exemplo, na França, na questão do açúcar. Na Europa é assim: V. Exª sabe que o açúcar usado por eles é o de beterraba, que custa o dobro do açúcar de cana. Mas, eles subsidiam a beterraba e a agricultura de um modo geral porque levam essa questão a sério. Os Estados Unidos, ainda hoje, são a maior nação agrícola do mundo. É preciso que o Brasil tenha essa consciência. V. Exª, que permanentemente aborda este assunto, está prestando um grande serviço ao nosso País. Meus cumprimentos a V. Exª.

O SR. OSMAR DIAS - Agradeço a V. Exª, nobre Senador Edison Lobão.

Gostaria de aproveitar a presença aqui do Vice-Líder do Governo, para fazer a comunicação de um dado na esteira desse seu aparte. A Europa, principalmente a França que é o país da União Européia que lidera a agricultura, vê o subsídio à agricultura como uma questão muito natural. Ela não é defendida pelo Governo e criticada pelos consumidores; é defendida pelos consumidores que, num cálculo rápido, doam 7% do seu salário, da sua remuneração mensal, na forma de tributos, para o subsídio agrícola. Esse é um cálculo da União Européia: 7% do que ganha um trabalhador vão para o subsídio à agricultura.

Há 30 anos, iniciou esse subsídio mais forte, o protecionismo nos blocos econômicos que foram se formando e a União Européia foi liderando esse subsídio. E, num cálculo não tão rápido, enquanto, no passado, na União Européia, a alimentação participava com 50% da receita, ou seja, da despesa em relação à receita de um trabalhador, hoje, ela significa 20%. E os subsídios tiveram muita influência nisso.

Então, se estamos falando em socialdemocracia, em distribuição de renda, não há outra maneira mais eficaz de se distribuir a renda do que tornar o alimento mais barato e acessível para o consumidor, mas não às custas do sacrifício do produtor.

Já fiz um alerta aqui, de que estão fechando as granjas de suínos e aves, e a produção leiteira está precária em relação às necessidades da população.

Hoje, a Organização Mundial da Saúde diz que uma pessoa deve consumir 196 litros de leite por

ano. No Brasil, consumimos 95 litros, o que representa 50% do recomendado por aquela Organização - muito abaixo, portanto.

Isso acontece não porque não queiramos tomar o leite, mas porque ele não existe.

Estamos produzindo 17 bilhões de litros de leite, e é fácil fazer-se a conta. Alguma coisa se transforma em derivado e não sobra leite, realmente, para a população. E mesmo se sobrasse, falta poder aquisitivo para que a camada inferior da população possa consumi-lo de forma adequada.

Pois bem, será que não poderíamos dobrar essa produção em curto espaço de tempo? Mas como vamos fazê-lo se o cidadão senta-se na frente da televisão e ouve o Presidente dizendo: "Olha, a agricultura ajudou o Plano Real, principalmente o frango, que está barato."?

Mas o que está acontecendo com o déficit acumulado todo mês por esse produtor de frangos, que está fechando a granja, assim como o de suínos?

O produtor de leite recebe R\$0,14 por litro. Meus Deus do céu! O custo de produção é de R\$0,22, nunca menos que isso!

Para a vaca produzir dez litros de leite, precisa apenas se alimentar com capim - o custo é baixo. Mas produtores especializados - pois temos que competir com a Argentina especialmente - , que precisam produzir eficientemente acima de dez litros, têm que dar ração concentrada. E aí vem o custo do farelo de soja, de milho, etc. Assim, estamos vendo o produtor de leite vendendo a sua vaca, fechando as suas instalações e partindo para outra atividade. Isso é o caos, porque ele é especializado na produção de leite. Destruindo-se o modelo de pequena propriedade, nós estaremos inviabilizando qualquer proposta de reforma agrária neste País, porque o número daqueles que necessitam da terra se multiplica em progressão geométrica, já que estão sendo abandonados. E vemos a reforma agrária caminhar dentro das possibilidades do Governo. Não estou criticando talento, mas não há condições de se andar mais rápido. Só que a reforma agrária às avessas está caminhando rapidamente e nós, evidentemente, não vamos atingir o equilíbrio.

A Srª Emilia Fernandes - Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. OSMAR DIAS - Ouço V. Exª com muito prazer, nobre Senadora Emilia Fernandes.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Nobre Senador Osmar Dias, a Presidência deseja informar V. Exª de que o seu tempo já está esgotado.

A Srª Emilia Fernandes - Sr. Presidente, farei um breve aparte, até para que o orador possa concluir o seu pronunciamento. Mas não poderia deixar de, mais uma vez, cumprimentar V. Exª, nobre Senador Osmar Dias, por esta avaliação lúcida, objetiva e com dados concretos, que tem caracterizado os trabalhos de V. Exª e de muitos outros Senadores aqui nesta Casa. Neste sentido, vozes têm se levantado, clamando e mostrando ao Governo, inclusive aos seus setores competentes, a necessidade de se buscar uma política agrícola que não existe neste País. O problema não é deste Governo; ele vem se arrastando através de vários governos, mas tem se acentuado de forma perigosa e gradativa a cada ano que passa. Nós, no Rio Grande do Sul, ainda estamos aguardando as decisões mais coerentes de Brasília. O Presidente afirma que o setor produtivo tem sido o sustentáculo do Plano Real. Sabemos disso, o Governo também sabe, mas precisamos de medidas mais urgentes. Não podemos continuar assistindo à redução acentuada da produção de arroz, feijão, milho, soja e de todos os setores produtivos do País. E vemos - e o Presidente foi testemunha disso também no Rio Grande do Sul - os pequenos e médios produtores dizendo que as saídas anunciadas pelo Governo são importantes. Há um princípio de sensibilidade em relação ao Governo, mas é insuficiente. Os juros são demasiados e os prazos curtos. O Presidente presenciou, na sua visita a Caxias do Sul, os produtores de uvas derrubando os seus parreirais, diminuindo em 50% a área plantada no nosso Estado, como também tantos outros produtos. E o que defendemos? Os grandes países, os países desenvolvidos apostaram no subsídio da agricultura, da produção de alimentos. Por que o Brasil não se dá conta de que esse pode ser o caminho, que, até hoje, foi traçado de forma equivocada, neste País? Temos muito medo de que a desatenção, o atraso das medidas que deveriam ser tomadas com urgência, cada vez mais, acentue os grandes problemas sociais do País e, principalmente, dos centros urbanos, que já estão em situação de sofrimento. O País todo se encontra numa situação de grande risco. Parabéns pelo seu pronunciamento!

O SR. OSMAR DIAS - Muito obrigado, Senadora Emilia Fernandes.

O Sr. José Roberto Arruda - Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador Osmar Dias?

O SR. OSMAR DIAS - Sr. Presidente, sei que o meu tempo está esgotado, mas gostaria de ouvir o nobre Senador José Roberto Arruda.

O Sr. José Roberto Arruda - Nobre Senador Osmar Dias, primeiramente, gostaria de cumprimentar o Estado do Paraná, que já deu ao Brasil o atual Ministro da Agricultura e ao Congresso Nacional, mais precisamente ao Senado, o brilhantismo da inteligência e da experiência de V. Exª, que foi Secretário de Agricultura do Paraná durante oito anos. Temos o testemunho de toda a sociedade paranaense do brilhante trabalho que V. Exª realizou nessa área, num Estado que tem a tradição agrícola e, talvez, seja o mais vocacionado e experiente nessa atividade. Em segundo lugar, gostaria também de cumprimentar o nosso Partido. O PSDB não só está de parabéns por tê-lo em suas fileiras, como, principalmente, por ser um partido que pratica a democracia interna. V. Exª, com essas críticas que são eminentemente construtivas - e sei, inclusive, que já levou um trabalho escrito ao Presidente da República - , mostra que não está aqui apenas para tomar a bênção de um projeto do País, ao contrário, está aqui para criticá-lo, enriquecê-lo e até modificá-lo no sentido de que esse modelo da socialdemocracia, em que todos acreditamos, seja melhorado. Em terceiro lugar, gostaria de dizer que V. Exª, com o seu discurso permanente no Senado, está mudando o ditado popular que diz que "o povo sempre paga o pato" para "o produtor é que paga o frango". Todos nós reconhecemos que a estabilidade econômica brasileira está assentada num sacrifício realmente muito grande para o agricultor, principalmente para o pequeno agricultor, enquanto as reformas fundamentais da sociedade não se completam. Para mudar isso, seria extremamente útil um encontro de V. Exª com os Ministros da área econômica. E se V. Exª estiver de acordo, até para dar sequência ao encontro que já teve com o Presidente, teremos o maior prazer em fazer com que isso aconteça. Penso que isso seria muito bom para o País.

O SR. OSMAR DIAS - Muito obrigado, Senador José Roberto Arruda.

Sr. Presidente, vou encerrar meu pronunciamento, lamentando que, no caso da agricultura, não possamos usar o **pipeline**. Não dá para retroagir nem um ano, quanto mais dez, infelizmente, e recuperar o que já foi perdido.

Gostaria de deixar apenas uma mensagem: a segurança alimentar, neste País, tem que ser um projeto do Governo; não pode ser apenas o discurso do Governo. Lembro também a **alugris** ministros, que a comida não nasce dentro dos supermercados. Muito obrigado a V. Exª.

O SR. EDISON LOBÃO - Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Com a palavra o Senador Edison Lobão. V.Exª dispõe de 5min.

SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso) - Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, é com grande prazer que estou formalizando hoje, nesta Casa, um projeto de lei visando promover o desenvolvimento e o aproveitamento das energias alternativas, que encontram em nosso País um fantástico campo de aplicação, infelizmente negligenciado.

O objetivo da minha proposição é o de estimular a produção das energias termossolar, fotovoltaica e eólica; incentivar a utilização das energias fotovoltaica e eólica em sistemas isolados de pequeno porte; incentivar a utilização da energia termossolar em aquecimento de água para reduzir o consumo de eletricidade e incentivar o estabelecimento de cooperativas de produtores e usuários de energias solar e eólica.

Venho me dedicando há um ano, Sr. Presidente, ao estudo dessa matéria e minhas conclusões, após pesquisas e debates com os mais qualificados técnicos no assunto, estão consubstanciadas na proposição que ofereço um exame do Congresso Nacional.

O espírito da pretendida lei é o de valorizar a opção solar, visto que o nosso país tropical dispõe da condição essencial, que é um céu claro, com mais de 2.500 horas de sol por ano, requisito mínimo para o emprego econômico da energia solar.

Busca-se, com o projeto, a minimização do impacto ambiental, a redução dos desequilíbrios regionais e o acesso de vinte milhões de brasileiros, excluídos até agora do desenvolvimento, a formas adequadas de energia. Estimula-se, também, a valorização da qualidade no suprimento de produtos e serviços. Incentiva-se, ainda, o desenvolvimento tecnológico.

A substituição do chuveiro elétrico - vilão responsável pela maior parcela da conta de energia das populações urbanas de baixa renda - pelo aquecimento solar, além de proporcionar redução de gasto ao usuário, propiciará significativa economia para a empresa concessionária, permitindo melhorar o perfil da curva de demanda, ao diminuir o pique das 18 horas.

Não foi olvidada a conveniência do incentivo ao cooperativismo, sobretudo na área rural, nem esquecida a necessidade do estímulo à produção independente de energia eólica.

Na justificação do meu projeto, lembro que a história da energia representa um campo importante

de pesquisa, tanto no que se refere à sistematização e análise das políticas públicas e gestão governamental para o setor, quanto ao levantamento criterioso das inovações tecnológicas. A história da energia, por outro lado, corre paralela ao próprio desenvolvimento econômico e social da humanidade.

Até o século XVIII, era mínimo o consumo de combustíveis fósseis, embora fossem eles conhecidos desde a Antiguidade. O carvão, o petróleo e o gás são provenientes de fotossíntese ocorrida há milhões de anos, porém não são considerados formas de energia solar. Esses combustíveis fósseis, além de poluentes, são recursos energéticos finitos, ao passo que as fontes alternativas de energia solar são renováveis e não poluentes.

O modelo de expansão do setor elétrico brasileiro, baseado nos investimentos estatais, apresenta nítidos sinais de exaustão. O planejamento centralizado, voltado primordialmente ao atendimento das grandes demandas, falhou sob o aspecto social, deixando milhões de brasileiros sem os benefícios propiciados pela eletricidade para a satisfação das necessidades mínimas de uma vida digna - água encanada, iluminação e conservação de alimentos.

Esse planejamento, Sr. Presidente, contribuiu, por omissão, para o agravamento das disparidades sociais e regionais. Colaborou, involuntariamente, para incentivar a migração dos rurícolas para os grandes centros urbanos, já congestionados e incapazes de absorver essa mão-de-obra pouco qualificada.

O estímulo ao uso de fontes alternativas de energia, como o sol e os ventos, está sendo feito de uma forma tímida pelo Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios - Prodeem, instituído por Decreto de 27 de dezembro de 1994.

Estudo por nós encomendado concluiu que as formas de energia solar mais promissoras em termos de desenvolvimento tecnológico e comercial, capazes de contribuir para a melhoria das condições econômicas e sociais de significativa parcela da população brasileira e para a diminuição dos desníveis regionais, são a energia solar direta, obtida por captação termossolar e aplicada sobretudo em aquecimento de água, e a eletricidade produzida por conversão fotovoltaica, que, juntamente com a energia eólica, constituem as modalidades energéticas renováveis e não poluentes que merecem ser estimuladas.

Acompanhamos de perto, em 1995, o II Encontro para Definição de Diretrizes para o Desenvolvimento de Energias solar, Eólica e de Biomassa no Brasil, do qual resultou a Declaração de Brasília,

que estabeleceu as seguintes metas, a serem alcançadas no ano 2005, para energias solar e eólica: 50Mw de potência instalada em geração fotovoltaica e 3 milhões de metros quadrados de captação termossolar; e 1.000Mw de potência instalada em geração eólica.

O momento é propício à apresentação deste projeto de lei, pois, após longos anos de discussão e certa estagnação, o setor elétrico está sendo reformulado, diminuindo-se a participação do Estado, eliminando-se monopólios e abrindo-se novas perspectivas de atuação para o capital privado, nacional e estrangeiro.

Começa a ser desenhado novo cenário, no qual o Governo reduz sua atuação como executor de empreendimentos de geração de energia elétrica, mas vê aumentada sua responsabilidade como poder concedente, controlador e fiscalizador. O planejamento da produção energética deixa de ser impositivo para assumir um caráter indicativo.

A presente proposição legislativa insere-se perfeitamente dentro desse contexto.

Verificarão os nobres senhores Legisladores que os objetivos relacionados nos dispositivos do projeto são procurados não de forma coercitiva, mas, sim, orientativa, e sempre de maneira transparente e democrática, assegurando-se ampla publicidade às decisões do Conselho Diretor, constituído paritariamente entre governo e sociedade, com representação de todos os segmentos envolvidos.

Ressalte-se que o projeto não propõe nenhum aumento de custo, buscando-se os recursos em fontes já existentes. Faz-se apenas o seu justo e oportuno remanejamento. Assim, a Reserva Global de Reversão - RGR será utilizada para o financiamento de pequenos projetos descentralizados, de real interesse para as comunidades.

Enfim, este é o trabalho que ofereço ao Poder Legislativo de nosso país, um país tropical, abençoado pelo sol farto e pelos ventos que sopram incessantes todo o litoral brasileiro, que criam e movem nossas montanhas e dunas.

Nesse sol e nesses ventos, um privilégio divino, está o convite-desafio da natureza para que os aproveitemos economicamente, deles extraíndo, sem agressões ao meio ambiente, os tantos benefícios que darão a milhões de brasileiros uma melhor qualidade de vida.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Em seguida à leitura do expediente, concederei a palavra a V. Ex^a, como Líder.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ademir Andrade.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 27, DE 1996

Cria o Programa de Incentivos a Energias Renováveis - PIER - e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica criado o Programa de Incentivos a Energias Renováveis - PIER - visando a promover o desenvolvimento das energias termossolar, fotovoltaica e eólica, com os seguintes objetivos:

I - estimular a produção das energias termossolar, fotovoltaica e eólica;

II - incentivar a utilização das energias fotovoltaica e eólica em sistemas isolados de pequeno porte;

III - incentivar a utilização da energia termossolar em aquecimento d'água para reduzir o consumo de eletricidade;

IV - incentivar o estabelecimento de cooperativas de produtores e usuários de energias solar e eólica.

Art. 2º Para a consecução de seus objetivos, o PIER contará com:

I - recursos orçamentários a serem especificamente destinados;

II - recursos de empréstimos a serem obtidos junto a agências nacionais e internacionais de fomento;

III - recursos da Reserva Global de Garantia - RGR - instituída pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, no montante de quarenta por cento das parcelas mensais da quota anual de reversão, estipulada para cada concessionário de energia elétrica pelo poder concedente, nos termos da legislação em vigor.

IV - recursos provenientes da alienação de empresas de energia elétrica sob controle acionário, direto ou indireto, da União, ou de ativos patrimoniais das mesmas, no montante de dez por cento do apurado em cada parcela.

V - recursos provenientes do retorno das aplicações feitas sob a forma de empréstimos.

Art. 3º A gestão das aplicações dos recursos do PIER, em conformidade com esta lei, será feita pelo Conselho Diretor, composto por doze membros, sendo seis indicados pelo Poder Executivo, das

áreas de ciência e tecnologia, de meio ambiente, de energia elétrica, de indústria e comércio, de assuntos estratégicos e de habitações populares; e seis representantes da sociedade, indicados por entidades representativas dos segmentos interessados: de proteção ambiental, de promoção do desenvolvimento científico e tecnológico, dos concessionários privados de energia elétrica, dos fabricantes de equipamentos de energia solar, dos fabricantes de equipamentos de energia eólica e das empresas de construção civil.

Parágrafo único. O Poder Executivo regulamentará, no prazo de trinta dias da publicação desta lei, o funcionamento do Conselho Diretor do PIER, cujos membros terão mandatos de três anos.

Art. 4º A destinação dos recursos far-se-á de acordo com a seguinte distribuição percentual:

I – 20% (vinte por cento) para programas de pesquisa, desenvolvimento e demonstração do uso de energias termossolar, fotovoltaica e eólica;

II – 30% (trinta por cento) para projetos de energias fotovoltaica e eólica destinados a sistemas isolados de pequeno porte;

III – 30% (trinta por cento) para projetos de energia termossolar destinados ao aquecimento d'água em habitações populares;

IV – 15% (quinze por cento) para projetos de energias termossolar, fotovoltaica e eólica a ser desenvolvidos por cooperativas de produtores ou usuários, em área rural;

V – 5% (cinco por cento) para o Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios – PRODEEM – instituído pelo Decreto de 27 de dezembro de 1994.

§ 1º As aplicações enquadradas no inciso I do caput são destinadas a entidades de pesquisa, privadas ou governamentais, independentes ou vinculadas a instituições de ensino ou a fabricantes de equipamentos, e podem ser classificadas em dois tipos:

a) empréstimos reembolsáveis, a juros baixos e prazos longos, sem ou com carência para início de pagamento;

b) operações a fundo perdido, dada a grande relevância do trabalho desenvolvido para o interesse nacional e sua inviabilidade de oferecer condições de retorno imediato.

§ 2º. As aplicações do inciso II destinam-se a empresas concessionárias ou autoprodutores de energia elétrica, como empréstimos reembolsáveis a juros baixos e prazos longos, sem ou com carência para início de pagamento.

§ 3º. As aplicações classificadas no inciso III são dirigidas para cooperativas habitacionais ou empresas

construtoras de habitações destinadas à população de baixa renda, sendo disponíveis na modalidade de empréstimo reembolsável a juros baixos e prazos longos, sem ou com carência para início de pagamento.

§ 4º. As aplicações consideradas no inciso I dirigem-se a cooperativas de produtores ou usuários de energia termossolar, fotovoltaica ou eólica, localizadas em área rural, sendo possíveis como empréstimos reembolsáveis a juros baixos e prazos longos, sem ou com carência para início de pagamento.

§ 5º. As aplicações previstas no inciso V são operações a fundo perdido, consideradas doações ao Prodeem.

§ 6º. Nas aplicações que envolvam fornecimento de materiais ou equipamentos relativos a energia solar ou eólica, será exigida a observância das normas técnicas adequadas e dos padrões de qualidade dos produtos que deverão ser certificados pelos órgãos competentes.

Art. 5º O Conselho Diretor fica obrigado a divulgar de maneira ampla e completa, mensalmente, suas decisões a respeito das aplicações solicitadas.

Art. 6º O Pier constitui-se em fundo de natureza contábil, tendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – como agente financeiro.

Art. 7º A regulamentação das aplicações do fundo será feita pelo primeiro Conselho Diretor empossado, com o apoio técnico do BNDES, dentro de 60 (sessenta) dias da publicação desta lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A história da energia representa um campo importante de pesquisa, tanto no que se refere à sistematização e análise das políticas públicas e gestão governamental para o setor, quanto ao levantamento criterioso das inovações tecnológicas. A história da energia, por outro lado, ocorre paralela ao próprio desenvolvimento econômico e social da humanidade.

Até o século XVIII, era mínimo o consumo de combustíveis fósseis, embora fossem eles conhecidos desde a Antiguidade. O carvão, o petróleo e o gás são provenientes de fotossíntese ocorrida há milhões de anos, porém não são considerados fontes de energia solar. Esses combustíveis fósseis, além de poluentes, são recursos energéticos finitos, a passo que as fontes alternativas de energia solar são renováveis e não poluentes.

O modelo de expansão do setor elétrico brasileiro, baseado nos investimentos estatais, apresenta nítidos sinais de exaustão. O planejamento central

zado, voltado primordialmente ao atendimento das grandes demandas, falhou sob o aspecto social, deixando milhões de brasileiros sem os benefícios propiciados pela eletricidade para a satisfação das necessidades mínimas de uma vida digna – água encanada, iluminação e conservação de alimentos. Contribuiu, por omissão, para o agravamento das disparidades sociais e regionais. Colaborou, involuntariamente, para incentivar a migração dos rurícolas para os grandes centros urbanos, já congestionados e incapazes de absorver essa mão-de-obra pouco qualificada.

O estímulo ao uso de fontes alternativas de energia, como o Sol e os ventos, está sendo feito de forma tímida pelo Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios – PRODEEM – , instituído por Decreto de 27 de dezembro de 1994.

Estudo por nós encomendado conclui que as formas de energia solar mais promissoras em termos de desenvolvimento tecnológico e comercial, capazes de contribuir para a melhoria das condições econômicas e sociais de significativa parcela da população brasileira e para a diminuição dos desníveis regionais, são a energia solar direta, obtida por captação termossolar e aplicada sobretudo em aquecimento de água, e a eletricidade produzida por conversão fotovoltaica, que, juntamente com a energia eólica, constituem as modalidades energéticas renováveis e não poluentes que merecem ser estimuladas.

Acompanhamos de perto, em 1995, o II Encontro para Definição de Diretrizes para o Desenvolvimento de Energias Solar, Eólica e de Biomassa no Brasil, do qual resultou a Declaração de Brasília, que estabeleceu as seguintes metas, a serem alcançadas no ano 2005, para energias solar e eólica: 50 MW de potência instalada em geração fotovoltaica e 3 milhões de metros quadrados de captação termossolar; 1000 MW de potência instalada em geração eólica.

O momento é propício à apresentação deste projeto de lei, pois, após longos anos de discussão e certa estagnação, o setor elétrico está sendo reformulado, diminuindo-se a participação do Estado, eliminando-se monopólios e abrindo-se novas perspectivas de atuação para o capital privado, nacional e estrangeiro. Começa a ser desenhado novo cenário, no qual o Governo reduz sua atuação como executor de empreendimentos de geração de energia elétrica, mas vê aumentada sua responsabilidade como poder concedente, controlador e fiscalizador. O planejamento da produção energética deixa de ser impositivo para assumir um caráter indicativo. A presente proposição legislativa insere-se perfeitamente dentro desse contexto.

O espírito da lei proposta é o de valorização a opção solar, visto que o nosso país tropical dispõe da condição essencial que é um céu claro, permitindo mais que 2.500 horas de sol por ano, requisito mínimo para o emprego econômico da energia solar. Busca-se a minimização do impacto ambiental, a redução dos desequilíbrios regionais e o acesso de vinte milhões de brasileiros, excluídos até agora do desenvolvimento, a formas adequadas de energia. Estimula-se, também, a valorização da qualidade no suprimento de produtos e serviços. Incentiva-se, ainda, o desenvolvimento tecnológico. A substituição do chuveiro elétrico, vilão responsável pela maior parcela da conta de energia das populações urbanas de baixa renda, pelo aquecimento solar, além de proporcionar redução de gasto ao usuário, propiciará significativa economia para a empresa concessionária, permitindo melhorar o perfil da curva de demanda, ao diminuir o pique das 18 horas. Não foi olvidada a conveniência do incentivo ao cooperativismo, sobretudo na área rural, nem esquecida a necessidade do estímulo à produção independente de energia eólica.

Os objetivos relacionados no parágrafo anterior são procurados não de forma coercitiva, mas sim orientativa, e sempre de maneira transparente e democrática, assegurando-se ampla publicidade às decisões do Conselho Diretor, constituído paritariamente entre governo e sociedade, com representação de todos os segmentos envolvidos.

Por último, cumpre lembrar que não é propósito nenhum aumento de custo, sendo os recursos obtidos de fontes já existentes, fazendo-se apenas o seu remanejamento. Assim, a Reserva Global de Reversão – RGR será utilizada para o financiamento de pequenos projetos descentralizados, de real interesse para as comunidades.

Queremos destacar, nesta oportunidade – além do excelente trabalho de pesquisa levado a efeito pela Consultoria Legislativa do Senado –, a colaboração técnica recebida do Foro Permanente de Energias Renováveis, em especial dos Srs. Caspar Erich Stemmer – Secretário de Desenvolvimento Científico do Ministério da Ciência e Tecnologia – e Ailton Ricaldoni Lobo, Gerente do Departamento Energético da Cemig.

Por todos esses motivos expostos, o presente projeto de lei certamente merecerá a aprovação dos nossos ilustres Pares do Congresso Nacional, cônscios de suas responsabilidades perante o futuro deste País.

Sala das Sessões, 1º de março de 1996. – Senador **Edison Lobão**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO Nº 41.019, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1957.**Regulamenta os serviços de energia elétrica.**
.....**DECRETO Nº 50.479, DE 19 DE ABRIL DE 1961.****Dá nova redação ao art. 176 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, e dá outras providências.**
.....**DECRETO Nº 73.080, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1973.****Altera o artigo 47, do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, que regulamenta os serviços de energia elétrica.**
.....**DECRETO Nº 83.269, DE 12 DE MARÇO DE 1979.****Altera os artigos 136 a 144 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, que regulamenta os serviços de energia elétrica.**
.....**DECRETO Nº 86.463, DE 13 DE OUTUBRO DE 1981.****Altera o Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, que regulamenta os serviços de energia elétrica, e o Decreto nº 62.724, de 17 de maio de 1968, que estabelece normas gerais de tarifação para as empresas concessionárias de serviços públicos de energia elétrica, e dá outras providências.**
.....

DECRETO Nº 97.280, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1988.

Altera o art. 47 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, com a redação dada pelo art. 1º do Decreto nº 73.080, de 5 de novembro de 1973.

.....

DECRETO Nº 98.335, DE 26 DE OUTUBRO DE 1989.

Altera os arts. 136 a 144 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, que regulamenta os serviços de energia elétrica.

.....

DECRETO Nº 68.419, DE 25 DE MARÇO DE 1971.

Aprova o Regulamento do Imposto Único sobre Energia Elétrica, Fundo Federal de Eletrificação, Empréstimo Compulsório em favor da ELETROBRAS, Contribuição dos Novos Consumidores e Coordenação dos Recursos Federais vinculados a obras e serviços de energia elétrica, e altera o Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957.

.....

DECRETO DE 27 DE DEZEMBRO DE 1994.

Cria o Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios - PRODEEM, e dá outras providências.

.....

3 e 2 { Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos
qq Econômicos e de Infra-Estrutura, cabendo a esta última o caráter de
decisão terminativa}

.....

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O projeto será publicado e remetido às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ademir Andrade.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 162, DE 1996

Senhor Presidente,

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o previsto no art. 50, § 2º da Constituição Federal, requero seja encaminhada ao Ministro da Fazenda, Pedro Sampaio Malan a seguinte solicitação de informações:

1. Qual a posição oficial do Banco Central do Brasil, em relação à quantidade de paládio dos garimpeiros da Serra Pelada que fora depositado na Casa da Moeda do Brasil, à sua ordem (à disposição da Justiça), e que segundo a avaliação do Prof. Edson Franco Suszczynski, em 1985, havia 5.700 quilos do referido metal? O Banco Central tomou conhecimento oficialmente desta avaliação?

2. Qual o destino dado ao paládio dos garimpeiros? Que quantidades continuam guardadas? Que quantidades foram comercializadas e para quem? Houve remessa de alguma quantidade do metal para refino? Que quantidade? Para quem?

3. Além do paládio, algum outro metal contaminante do ouro (platina, prata e qualquer outro) e que pertenciam aos garimpeiros da Serra Pelada, foram guardados ou mandados guardar pelo BC? Em que quantidades? Que valores representam? Que destino tiveram?

4. Houve algum pagamento referente a esses metais à Cooperativa dos Garimpeiros de Serra Pelada? Quais? Em que datas? Quem recebeu?

5. Houve algum outro tipo de pagamento referente a esses metais? A quem? Referente a quê?

6. Especificamente em relação à Construtora Brasil, que executou serviços para a Cooperativa dos Garimpeiros de Serra Pelada, houve algum pagamento a ela? Em que montante? Referente a quê? Com base em algum contrato? Este contrato foi cumprido integralmente, por parte da referida construtora? Quem eram os subscritores do contrato? Quem assinou a ordem de pagamento? De que forma foi efetuado o pagamento? O dinheiro usado para o pagamento era proveniente de que fonte?

7. O Banco Central tem intenção de pagar os valores correspondentes aos citados metais aos garimpeiros?

Justificação

O presente requerimento por si só se justifica, em razão da necessidade de se abrir para conhecimento da opinião pública uma antiga caixa-preta, que é pequena fortuna pendente de pagamento aos garimpeiros da Serra Pelada, já que a compra de ouro era feita pela Caixa Econômica, na própria sede do garimpo. O ouro era entregue ao posto da CEF pelos garimpeiros, com outros metais ainda mais preciosos agregados e que não eram avaliados ou pagos.

Depois de uma longa batalha, a Cooperativa dos Garimpeiros de Serra Pelada conseguiu, há quase 10 anos, o reconhecimento desse direito, com a conseqüente determinação judicial de pagar os valores correspondentes à diferença entre os outros metais e o que foi pago como ouro. A Caixa Econômica recorreu 20 vezes e nas 20 vezes perdeu a questão.

Com essas informações, será possível fazermos encaminhamentos políticos e legais da questão, além de podermos dar ciência aos garimpeiros e à opinião pública em geral sobre as posições do Banco Central em relação ao assunto, bem como do destino que se dará a esses recursos.

Brasília/DF, 1º de março de 1996. – Senador Ademir Andrade.

(À Mesa, para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 163, DE 1996.

Senhor Presidente,

Requeiro à respeitável Mesa do Senado Federal, nos termos do Art. 50, parágrafo 1º da Constituição Federal, sejam prestadas a esta Casa, as seguintes informações, pelo Exmº Sr. Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento, Dr. José Serra, tendo em vista a extrema relevância do assunto para o País.

I – Informações requeridas:

a) Relação dos bancos ou instituições financeiras que participaram do processo de privatização de empresas públicas brasileiras, durante o período de janeiro de 1990 a dezembro de 1995, ou seja, durante os Governos Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso.

II – Requeiro, ainda, seja especificada em pecúnia atinente a dólar norte-americano, a participa-

ção de cada um deles na aquisição dessas empresas privatizadas;

III – Solicito, também, indiquem-se, em números percentuais, a participação de cada adquirente, de per si, quanto ao montante pecuniário apurado na privatização das empresas anexas.

Brasília, 1º de março de 1996. – Senador **João Rocha**.

Resultado das privatizações desde o governo Collor

NO GOVERNO COLLOR

Empresa	Valor apurado* (em US\$ milhões)	Mês do leilão**
Usiminas	1.941,2	Outubro de 91
Celma	91,1	Novembro de 91
Mafersa	48,8	Novembro de 91
Cosinor	15,0	Novembro de 91
SNBP	12,0	Janeiro de 92
Indag	6,8	Janeiro de 92
Aços Finos Piratini	106,6	Fevereiro de 92
Petroflex	234,1	Abril de 92
Copesul	861,5	Maior de 92
CNA	81,4	Julho de 92
CST	353,6	Julho de 92
Nitriflex	26,2	Agosto de 92
Fosfertil	182,0	Agosto de 92
Polisul	56,8	Setembro de 92
PPH	59,4	Setembro de 92
Total arrecadado 4,076 bilhões		

NO GOVERNO ITAMAR FRANCO

Empresa	Valor apurado* (em US\$ milhões)	Mês do leilão**
Goiásfertil	13,1	Outubro de 92
Acesita	465,4	Outubro de 92
CBE	10,9	Dezembro de 92
Poliolfinas	87,1	Março de 93
CSN	1.495,3	Abril de 93
Ultrafertil	205,6	Junho de 93
Cosipa	585,7	Agosto de 93
Açominas	598,5	Setembro de 93
Oxiteno	53,9	Setembro de 93
PQU	287,5	Janeiro de 94
Arafertil	10,8	Abril de 94
Caraíba	5,8	Julho de 94
Acrinor	12,1	Agosto de 94
Coperbo	25,9	Agosto de 94
Polialden	16,7	Agosto de 94
Ciquini	23,7	Agosto de 94
Politeno	44,9	Agosto de 94
Embraer	192,2	Dezembro de 94
Total arrecadado 3,645 bilhões		

NO GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Empresa	Valor apurado* (em US\$ milhões)	Mês do leilão*
Escelsa	385,7	Julho de 95
Copege	270,4	Agosto de 95
CPC	99,6	Setembro de 95
Salgema	139,2	Outubro de 95
CQR	1,6	Outubro de 95
Nitrocarbono	29,5	Dezembro de 95
CBP	36,3	Dezembro de 95
Pronor	62,0	Dezembro de 95
Total arrecadado 1,024 bilhão		

* Os valores incluem o resultado da venda de ações em leilão, aos empregados e ao público

** Mês do leilão de venda das ações ordinárias. Em algumas empresas, houve também leilão de preferenciais e de sobras, em datas diferentes

Fonte: BNDES e pesquisa

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

Concedo a palavra ao Senador José Roberto Arruda, como Líder. S. Exª dispõe de 5min.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB-DF. Como Líder. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria de usar esses cinco minutos, com V. Exª presidindo a sessão, para dizer que, ontem, o Senador Eduardo Suplicy, fez-lhe uma homenagem, ao fazer o seu pronunciamento, sentado exatamente no lugar de V. Exª, na bancada. Mas devo dizer-lhe que pela sua atuação, no dia de ontem e nos últimos meses, estudando com dedicação o assunto das patentes, V. Exª é que faz homenagem ao Senado, sentando hoje na cadeira da Presidência da Casa.

Neste momento, fazendo mais do que um trocadilho, fazendo-lhe efetivamente uma sincera homenagem, eu queria dizer-lhe que muitas vezes nós, Deputados e Senadores, ouvimos da sociedade, através da imprensa e das suas lideranças, críticas, muitas vezes severas, ao desempenho do Poder Legislativo. Mais do que isso, nós mesmos, na maioria das vezes, nos autocriticamos. E, mais do que isso, reconhecemos que essas críticas, ainda que severas, são positivas para o sistema democrático. Fico imaginando quantos trabalhadores neste País - eu diria que muito poucos - têm na sua mesa de trabalho luzes, como nós temos, holofotes, câmeras de

televisão e toda a imprensa assistindo ao nosso trabalho diário. Eu diria que fora os operadores de Bolsas de Valores, só ficam realmente os Parlamentares na sua atividade congressual. Mas isso não é ruim. Isso é bom, porque, se escolhemos a vida pública e somos aqui representantes da sociedade, temos que permanentemente ter o nosso trabalho acompanhado, seguido e vigiado pela sociedade que nos elegeu.

Ora, este mesmo Congresso Nacional que, a exemplo da sociedade brasileira tem os seus defeitos, tem as suas mazelas, mas tem também as suas qualidades, viveu ontem e tem vivido nos últimos tempos momentos extremamente importantes.

Apenas para citar o exemplo de ontem, Sr. Presidente. A sessão começou às 14h30min e se estendeu até 23h10min. Nela, foi votado o Projeto da Lei de Patentes que estava no Congresso Nacional há cinco anos. O reclamo da sociedade pela votação da lei que define a doação de órgãos, também em regime de urgência, foi realizada ontem. O Fundo de Estabilização Fiscal, elemento fundamental como âncora provisória de sustentação do Plano de Estabilização Econômica, até que as reformas constitucionais se consolidem, também foi votado aqui ontem.

Tínhamos, ontem, nesta Casa, às 23h, um **quorum** superior a 60 Senadores. Apesar de não termos a companhia do funcionário do ar-condicionado, nós, Srs. Senadores, permanecemos aqui. Aqueles que tinham compromissos nos seus Estados adiaram suas viagens, garantindo, assim, o **quorum** para deliberação nesta Casa, inclusive por parte daqueles que poderiam, usando esse artifício, prejudicar uma votação cujo resultado poderia desagradar partidária e ideologicamente.

Portanto, Sr. Presidente, usando este tempo da Liderança, penso ser justa a homenagem que fazemos ao Poder Legislativo, ao Congresso Nacional e, particularmente, ao Senado, que nesta quadra da vida brasileira pode ter seus defeitos, corporativismos e mazelas. Mas, com certeza, o Senado Federal e o Congresso Nacional têm dado ao País uma demonstração inequívoca de que está absolutamente pronto para discutir os grandes temas nacionais, para votar os grandes projetos e, principalmente, para ser o grande fórum de discussão e decisão desse projeto de reforma da sociedade brasileira.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou absolutamente convencido de que vivemos um momento de profundas mudanças na sociedade brasileira, mudanças estas que, se de um lado têm a cir-

cunstância de acompanhar a evolução mundial, por outro, têm o amadurecimento da sociedade brasileira. Não tínhamos essa liberdade há dez, quinze anos. A nossa geração conquistou-a; não tínhamos democracia; depois de anos e anos, reconquistamos-la; não tínhamos estabilidade econômica, e é forçoso reconhecer que, hoje, nós a temos. Além disso, temos um Congresso Nacional que trabalha muito, que convive abertamente com as suas discordâncias e com seus próprios defeitos, mas que, democraticamente, de forma transparente e clara, passa aqui dias e noites nas discussões honestas, francas e nas votações democráticas para a mudança do perfil da nossa sociedade. Este projeto de país que todos sonhamos, mais justo, menos desigual que tenha liberdade de receber os investimentos no setor privado, nos setores produtivos da economia que passe por uma reformulação do Estado, que tenha mecanismos próprios de ação no Estado e na erradicação da miséria e nas políticas públicas de interesse da sociedade. O Congresso Nacional está contribuindo decisivamente para a montagem do perfil deste projeto de país.

Sr. Presidente, aproveitando o ensejo em que V. Ex^a está justamente na imprensa de hoje colocando como exemplo de um dos parlamentares mais operosos desta Casa, no momento em que V. Ex^a está na cadeira de Presidente do Senado, ocupo a tribuna para dizer que o trabalho de V. Ex^a é de certa forma o reflexo do trabalho de toda esta Casa, de todo o Congresso Nacional, que poucas vezes, nesses cem anos de República, esteve tão operoso, tão presente, tão preparado para discutir, tão preparado para conviver nas divergências e tão disposto a decidir e votar o projeto de mudança da sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Com a palavra o nobre Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB-PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, bom mesmo seria que essa **TV Senado** pudesse ser assistida pelo cidadão comum deste nosso País e não apenas por aqueles que têm acesso à rede Internet. Seria muito bom que o Brasil acompanhasse de perto a definição, a posição política de cada integrante do Congresso Nacional.

Venho, aqui, hoje, Sr. Presidente, dar uma satisfação ao povo do meu Estado e dizer da minha decepção, de certa forma, do meu inconformismo em registrar aqui a nossa impotência para resolver os problemas do povo.

Penso que o Senado está trabalhando muito, mas, a meu ver, não para atender às necessidades do povo deste nosso País.

Antes de entrar na questão específica do Estado do Pará, eu gostaria de dizer que aqui vivemos reclamando do Governo. Vejo Senadores governistas virem à tribuna do Senado Federal fazer discursos que parecem de oposição; no entanto, na prática, não fazem nada para mudar a situação de dificuldade do povo, não contribuem para corrigir os erros que eles mesmos criticam.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, como exemplo, cito o caso das medidas provisórias que o Governo, o Poder Executivo, continua legislando como quer e bem entende. Já votamos seis emendas constitucionais em um ano e dois meses, todas de interesse do Poder Executivo. A emenda que define a questão das medidas provisórias não consegue entrar em pauta para a votação.

Como consequência dessa emenda, está aí o Proer. Hoje, a CNBB lança nota nacional, criticando o Governo, por causa do Proer. O Proer é uma medida provisória. Inúmeros Senadores desta Casa vêm à tribuna e criticam o Governo porque ele está gastando dinheiro - US\$15 bilhões - para recuperar o sistema financeiro, para salvar bancos falidos. Quinze bilhões de dólares! Mas não vejo esses Senadores buscarem fazer com que a medida provisória do Proer seja rejeitada ou seja corrigida de acordo com o interesse da sociedade. O Governo continua livre para fazer o que quer e o que bem entende.

Com isso, Sr. Presidente, registrada a nossa decepção com o fato de que a maioria do Senado vota de acordo com o que manda o Governo e não de acordo com os argumentos que aqui são colocados - olhe o caso da lei apreciada ontem, olhe o caso do Fundo de Estabilização Fiscal e tantos outros - , quero abordar o problema da Amazônia, mais especialmente o caso do Estado do Pará.

Eu e o Governador Almir Gabriel, que é do Partido do Presidente da República, corremos todo o Estado do Pará prometendo algumas coisas ao povo, assumindo compromissos públicos com aquela gente.

Entre os inúmeros compromissos que assumimos, três são considerados por nós os mais importantes: um é a recuperação e o asfaltamento da rodovia Santarém-Cuiabá, a BR-163; outro, a recuperação e pelo menos em parte o asfaltamento da rodovia Transamazônica, a BR-230; e o terceiro e mais importante, a extensão da energia da hidrelétrica de Tucuruí ao baixo Amazonas e ao baixo Tocantins.

Temos no nosso território a maior hidrelétrica inteiramente nacional, e essa obra foi construída basicamente para atender os megaprojetos mineralúrgicos voltados à exportação, ou seja, a Albras S/A no Norte, a Alcoa no Maranhão e Carajás no Estado do Pará.

Essa usina foi construída exclusivamente para atender esses três grandes projetos. Para que se tenha uma idéia, no nosso Estado existem ainda 69 Municípios que não receberam energia da hidroeétrica de Tucuruí, algumas delas cidades que estão a menos de 50 quilômetros da hidroeétrica, ao passo que o linhão para essas grandes indústrias seguiu de imediato.

Ora, o Presidente Fernando Henrique Cardoso esteve no nosso Estado, esteve em Santarém, em Belém, e assumiu de público, durante a sua campanha política, o compromisso de atender as necessidades dessas três obras. Prometeu que, no seu Governo, asfaltaria a rodovia Transamazônica, asfaltaria a Santarém-Cuiabá e prometeu que a energia da hidroeétrica de Tucuruí chegaria a todos os cantos do Estado do Pará e seria levada a outros Estados da Amazônia. Diga-se de passagem, a energia da hidroeétrica de Tucuruí serve ao Pará e ao Nordeste, mas a nenhum outro Estado do Norte deste País.

Pois bem. O que nós estamos a observar? Logo no Orçamento de 1995, que não foi feito no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, embora Sua Excelência fosse já Ministro da Fazenda, foram alocados alguns poucos recursos para a Transamazônica e para a Santarém-Cuiabá e exatamente R\$8 milhões para iniciar o linhão da hidroeétrica de Tucuruí até Altamira.

O Ministro José Serra, no início do Governo, vetou todos aqueles recursos. Eram cerca de R\$33 milhões para essas três obras no Estado do Pará que foram completamente vetados pelo Ministro. Começou então uma guerra. Começou a reunião da Bancada Parlamentar da Amazônia, mais especialmente a Bancada do Estado do Pará. Pela primeira vez na história deste Congresso - e eu já fui Deputado Federal duas vezes - os dezessete Deputados Federais e os três Senadores do Pará reuniram-se para priorizar dez emendas para o nosso Estado no Orçamento da União.

Ora, nós chegamos a elencar 45 prioridades. E fizemos uma votação para que, numa cédula eleitoral, cada Parlamentar escolhesse 10 projetos. E os 10 mais votados foram escolhidos para serem defendidos no Orçamento de 1996.

Ora, do dinheiro de 1995, com toda a luta que empreendemos, conseguimos no "Jumbão", no pro-

jeto PL-32, recuperar o dinheiro que havia sido vetado e mais um pouco. Chegamos a R\$44 milhões. Iviás, por exemplo, para o linhão de Tucuruí não ficou nem R\$1,00 dos R\$8 milhões inicialmente prometidos. Terminou o ano sem absolutamente nada. O dinheiro saiu já no final de 1995 e, portanto, não deu para fazer absolutamente nada nessas rodovias. O dinheiro está lá, mas não foi ainda aplicado porque estamos no inverno.

Agora inicia-se a fase de conclusão da aprovação do Orçamento de 1996. A Bancada do Pará trabalhou unida, Deputados Federais e Senadores. Estamos chegando ao final desse trabalho. Essas três obras foram votadas, sem exceção, por todos os Parlamentares do Estado do Pará. Entre os dez projetos mais votados pela Bancada do Estado do Pará, e que tiveram unanimidade dos seus 20 Parlamentares, estão a Transamazônica, a Santarém/Cuiabá e o linhão de Tucuruí.

Nas negociações preliminares com o Relator da Comissão de Orçamento, o que constatamos? Quero aqui falar aos companheiros da Amazônia e tenho certeza de que a nossa voz chegará aos Prefeitos da região Transamazônica, aos políticos do Estado do Pará e também da nossa Bancada. O Executivo, o Senhor Presidente da República, que prometeu asfaltar a rodovia Transamazônica, uma rodovia de quase 3 mil quilômetros e que não tem um centímetro de asfalto, feita há 22 anos pela ditadura militar - só no meu Estado são 1.560 quilômetros -, com 25 Municípios às suas margens, destinou R\$2 milhões para a rodovia Transamazônica. Talvez não dê para fazer duas pontes na rodovia Transamazônica dentro do meu Estado, Senador Bernardo Cabral.

A Bancada trabalhou muito para atender outras reivindicações. E nas negociações sabe o que aconteceu? Tenho aqui o resultado preliminar. Estou tentando localizar o Deputado Iberê Ferreira, mas ninguém consegue achá-lo. Ninguém! S. Ex^a está, naturalmente, resguardado em algum lugar, trabalhando o relatório final do Orçamento de 1996. O Executivo votou R\$2 milhões para a Transamazônica. Não dá para fazer duas pontes. Só no Estado do Pará são 1.560 quilômetros. O que aconteceu? O Relator, naturalmente negociando, acrescentou em outras obras tirando R\$1 milhão da Transamazônica. Um milhão de reais para a conservação de 1.560 quilômetros da Transamazônica dentro do Estado do Pará. Isso é uma vergonha, isso é um acinte, isso é um desaforo ao nosso Estado! Vou dirigir-me a todos os Prefeitos da Transamazônica, a todos os De-

putados Federais e Senadores do Estado do Pará para alertá-los sobre esse crime que se está cometendo contra nós.

E quanto as outras duas obras? No caso do linhão de Tucuruí, o Executivo não destinou nenhum centavo. É uma obra prioritária, é um compromisso do Presidente da República.

A vida inteira, Senador Bernardo Cabral, comendamos a ditadura militar, porque fazia obras para atender projetos voltados à exportação, como foi o caso da Eletronorte.

Temos tido Governos democráticos, primeiro com o Presidente José Sarney e agora com o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Sua Excelência prometeu levar essa energia. É uma vergonha termos uma hidrelétrica dessa, a maior do Brasil, no nosso Estado e não dispormos da energia produzida por ela. A energia é toda termoeletrônica. Temos 6 Municípios servidos por energia termoeletrônica. Temos uma fábrica de cimento em Itaituba, construída para produzir 400 mil sacas de cimento por dia, que está parada há onze anos, pois foi feita com dinheiro da Sudam e a energia até hoje não chegou a ela.

O Presidente prometeu, mas no Orçamento enviado pelo Executivo não há um centavo destinado a essa obra. Os Parlamentares, com muito sacrifício, conseguiram negociar e aprovar R\$14 milhões para essa obra, o que não dá nem para começar, pois para levar energia até Itaituba cerca de R\$200 milhões são necessários.

Com relação à rodovia Santarém-Cuiabá acontece algo interessante, pois o asfalto chega até onde começa o Pará. Depois que se entra no Pará e por mil quilômetros, até se chegar em Santarém, a estrada é de chão e está completamente abandonada. Abandonada pelo Governo, pois a região está cheia de colonos, de produtores rurais, de gente que está trabalhando e fazendo alguma coisa.

Pois bem, para a Santarém-Cuiabá, a BR-163, o Governo, o Poder Executivo destinou R\$3,5 milhões. Os Parlamentares, com muito sacrifício, conseguiram destinar mais R\$4,5 milhões, totalizando, portanto, R\$8 milhões, o que não dá para absolutamente nada.

Não vou falar, Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, das outras prioridades arroladas pela Bancada do Estado do Pará, vou ficar nessas três, que são as mais importantes e que foram definidas pela unanimidade da Bancada. Todavia, o que é estranho é que o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, prometeu, no meu Estado, durante a campanha eleitoral, e o Governador Almir Gabriel, me-

companheiro de chapa, meu aliado, dizia em todos os comícios que fizemos naquele Estado - sem exceção de um comício apenas, e fizemos mais de 120 comícios - , que Fernando Henrique Cardoso havia prometido destinar R\$2 bilhões, durante o seu Governo, para ajudar o Pará. Seriam R\$2 bilhões em 4 anos, o que significaria R\$500 milhões por ano.

Ora, o Pará, Sr^{as} e Srs. Senadores, contribui para a balança comercial brasileira com R\$2 bilhões por ano. Exportamos, em riqueza mineral, em riqueza madeireira, em produtos da atividade extrativista, em pimenta-do-reino, em cacau - aliás, o Pará produz 27% do cacau deste País - US\$2 bilhões por ano. Exportamos praticamente 6 a 7% de tudo o que exporta este País. Não importamos nem a metade disso, ou seja, contribuimos, para o superávit da balança comercial com mais de US\$1,3 bilhão por ano.

Ora, o Presidente prometeu US\$2 bilhões, durante o seu Governo, o que significaria US\$500 milhões por ano. E o que ele está dando ao Estado do Pará? Nada. Ele retirou todo o dinheiro que havia no Orçamento da União, para o Pará, no ano passado.

No Orçamento enviado pelo Executivo agora, para o Estado do Pará inteiro há R\$14,78 milhões. No ano passado, o Governo retirou tudo, deixou o Estado sem nada. Nós brigamos o ano inteiro e conseguimos para o Pará R\$44 milhões. Em um ano de luta, um ano de briga, um ano de reuniões, um ano de cobranças, conseguimos colocar de volta no "Jumbão" R\$44 milhões. Este ano o Presidente da República destina ao Estado, que tem, proporcionalmente, o maior superávit comercial deste País, R\$14 milhões.

Com muito sacrifício, com muita luta, conseguimos agora negociar com o Relator da Comissão de Orçamento e acrescentar R\$102 milhões, totalizando R\$117 milhões os recursos destinados a investimento no nosso Estado.

Sinceramente, considero isso um crime. Não sei como vou enfrentar aquele povo. Não sei como o Governador Almir Gabriel vai enfrentar o povo do Estado do Pará, porque o que o povo mais anseia, o que o povo mais esperou e foi a razão da nossa vitória - nós derrotamos Jarbas Passarinho, um candidato que no começo da campanha estava com 62% nas pesquisas do Ibope, do Vox Populi, etc.; o nosso candidato, Almir Gabriel, tinha apenas 12% dos votos na campanha eleitoral - , foi ter ele acreditado que faríamos essas obras, que representam o desenvolvimento.

V. Ex^{as} já pensaram o que é asfaltar 1.560 quilômetros da rodovia Transamazônica? Já pensaram em quanto o Brasil poderá aumentar a sua produção agrícola? E vemos no Orçamento da União para 1996 apenas um milhãozinho de reais destinados a 1.560 quilômetros da rodovia Transamazônica.

Não sei mais o que fazer. Tenho lutado com todas as minhas forças nesta Casa. Tenho tido inúmeras audiências com o Ministro dos Transportes, com o Ministro das Minas e Energia, com o Presidente da Eletronorte - foram três só no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso - , tenho tido audiências com o Presidente da República e o resultado é o que estou relatando a V. Ex^{as}.

Não sei mais o que dizer ao povo do meu Estado. Não sei também como o Governador Almir Gabriel, que, aliás, é do mesmo Partido do Presidente da República, irá enfrentar essa situação de dificuldade, de desconsideração com o nosso Estado.

Não sei o que vamos dizer a esse povo, pois vemos o Banco Central, o Governo Federal destinar R\$15 bilhões ao Proer para socorrer bancos falidos e nós não temos R\$20, R\$30 milhões para cuidar de uma rodovia essencial ao nosso desenvolvimento.

O que posso fazer é mostrar essas coisas ao povo do meu Estado, mostrar a nossa luta e o nosso empenho. Quem sabe, todos juntos, não deveríamos buscar uma forma de radicalizar o nosso comportamento, de tomar uma posição extremada, para chamar a atenção desta Nação, para chamar a atenção do Presidente Fernando Henrique Cardoso? Não dá mais para aceitar esse tipo de coisa.

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes) - Alerto o Senador que está na tribuna que o seu tempo está esgotado.

O SR. ADEMIR ANDRADE - Agradeço a V. Ex^a, Sr^a Presidente. Eu já estava encerrando. Espero, até o início da semana, conseguir negociar com o Deputado Iberê Ferreira. Vamos trabalhar até o fim, na Comissão de Orçamento, para conseguir os nossos objetivos, mas a solução desse problema passa pelas mãos do Presidente da República do Brasil, que deveria reconhecer a importância da nossa região e os compromissos que ele assumiu com ela.

Muito obrigado.

*DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. ADEMIR ANDRADE EM SEU DISCURSO:*

ORÇAMENTO DA UNIÃO - 1996
SITUAÇÃO FINAL DAS EMENDAS DO PARÁ

SUBPROJETO	VALOR DO PL (GOVERNO)	ACRÉSCIMO RELATORES	TOTAL	OBSERVAÇÃO
1. BR-316 Duplicação do trecho PA-391 à Castanhal (adequação)	3.000.000 —	3.500.000 —	6.500.000	Fica mantido o valor de 3.200.000 referente a restauração da BR-316 proposto pelo Governo
2. BR-222 Construção do trecho Marabá/BR-010	2.000.000	6.000.000	8.000.000	Existem recursos do PL 32/95 no valor de 8.000.000 para a rodovia
3. BR-158-PA Restauração do trecho Div.MT-PA - Redenção-Marabá		10.000.000	10.000.000	-
4. Eliminação de pontos críticos (Transição)	360.000	6.640.000	7.000.000	O subprojeto fica em aberto para que os recursos sejam aplicados em várias rodovias
5. BR-163 - Construção do trecho Santarém Div.MT	3.500.000	4.500.000	8.000.000	Existem recursos de Crédito Especial PL32/95 no valor de 9.000.000,00
6. BR-230 Construção de obras de arte especiais	2.000.000	(-) 1.000.000	1.000.000	Existem recursos de Crédito Especial PL32/95 no valor de 5.200.000,00
7. Complexo Portuário: Santarém Vila do Conde	575.000 50.000	4.425.000 9.950.000	5.000.000 10.000.000	- -

SUBPROJETO	VALOR DO PL (GOVERNO)	ACRÉSCIMO RELATORES	TOTAL	OBSERVAÇÃO
8. Linha de transmissão de energia elétrica Tucuruí-Altamira-Itaituba	-	14.000.000	14.000.000	
9. Implantação do Sistema de Escoamento de gás natural	-	2.000.000	2.000.000	-
10. Implantação do Sistema de energia elétrica Tucuruí-Baixo Tocantins	-	7.500.000	7.500.000	-
11. Hidrovia Araguaia-Tocantins	3.300.000	6.700.000	10.000.000	-
12. Conclusão do Hospital das Clínicas	-	5.000.000	5.000.000 ^x	-
13. Saneamento Básico no Estado	-	15.000.000	15.000.000	O valor de 11.982.987,00 para redução da mortalidade infantil é mantido
14. Canais em Marajó	-	1.000.000	1.000.000	-
15. Estradas alimentadoras (INCRA)	-	7.000.000	7.000.000	-
TOTAL	14.785.000	102.215.000	117.000.000	37.382.987

Durante o discurso do Sr. Ademir Andrade, o Sr. Ney Suassuna, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Srª Emília Fernandes.

O SR. NEY SUASSUNA – Srª Presidente, peço a palavra como Líder.

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna, por cinco minutos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – BP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, hoje a imprensa traz dezenas de artigos, dos melhores articulistas, sobre o sistema bancário, sobre o sistema financeiro.

Carlos Heitor Cony publica um artigo muito bem escrito em que faz uma comparação entre o PC, no tempo do Collor, e o Banco Central, e mostra que o prejuízo naquele evento foi muito menor do que o atual. Joelson Beting escreveu um artigo muito interessante, cujo título é Ficção Contábil. O articulista Fernando Rodrigues, da **Folha de S. Paulo**, publica um artigo cujo título é Banespa outra bomba. A Igreja se manifesta dizendo que um Poer não salva as almas; a CNBB diz que o programa que ajuda os bancos só favorece os ricos; e há dezenas de outros. Mas há uma declaração do Ministro Pedro Malan dizendo que o Banco Central não deve ser achincalhado.

Srª Presidente, Srs. Senadores, na terça-feira, as duas comissões, a do Proer e a do Fortalecimento da Legislação do Sistema Financeiro, vão reunir-se. Estamos aguardando o Presidente do Banco Central, que deverá trazer toda a sua diretoria, e esperamos – mas esperamos, eu diria até com ênfase: esperamos em Deus – que todos os esclarecimentos sejam dados.

Corre pelas duas Casas a solicitação de uma CPI, através dos partidos de oposição. Acreditamos que o fórum deverá ser essas duas comissões, e não a CPI. Em dois ou três dias de escândalo, as Bolsas foram a zero. Só ontem, o índice registrado de queda das Bolsas do Rio de Janeiro e de São Paulo foi de pouco mais de 4%.

Se tivéssemos aqui instaladas uma CPI, por cinco meses, com certeza as ações das empresas brasileiras ficariam tão baixas que, aí sim, poderia ocorrer uma privatização ao inverso: qualquer um poderia comprar essas ações e passar a ser proprietário até das estatais que não queremos privatizar.

Portanto, a nossa esperança é exatamente no sentido de que, na próxima terça-feira, o Banco Central traga todas as informações. Ao mesmo tempo,

todos os Parlamentares que quiserem comparecer terão direito à voz – não terão direito a voto, porque este só cabe aos membros das duas comissões. Mas gostaríamos que esse assunto fosse exaurido através desse remédio normal, da relatoria das duas comissões, e não através de uma CPI.

Temos certeza de que, se todas as informações forem dadas, isso não ocorrerá. Tememos que se continuar havendo más informações ou, pelo menos, não as necessárias, poderemos – tendo em vista as inúmeras cobranças da sociedade nesse sentido – ter dias tumultuados em relação ao projeto do Plano Real.

É muito grande, portanto, a responsabilidade do Banco Central. Esperamos que as autoridades competentes da referida entidade aproveitem o final de semana para colher todas as informações e trazerem-nas ao Congresso Nacional, a fim de desinfeccionar uma área que é importantíssima.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ – Srª Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes) – Eu gostaria de alertar V. Exª para o fato de que já avançamos muito no horário previsto para o início da Ordem do Dia. Portanto, vamos iniciá-la e, logo após, seguiremos com a lista dos oradores inscritos. Nesse período, concederei a palavra a V. Exª

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes) – Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1994 (nº 3.417/92, na Casa de origem), que dispõe sobre direitos do cônjuge sobrevivente e dos herdeiros necessários na sucessão, tendo

Parecer, sob nº 831, de 1995, da Comissão Diretora, oferecendo a redação do vencido.

Em discussão. (Pausa.)

A Presidência esclarece ao Plenário que poderão ser oferecidas emendas à proposição até o encerramento da discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão sem a apresentação de emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284, do Regimento Interno.

A matéria volta à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a matéria aprovada:

**SUBSTITUTIVO DO SENADO AO PROJETO
DE LEI DA CÂMARA Nº 38, DE 1994
(Nº 3.417/92, na Casa de origem)**

Modifica o art. 1.017 do Código de Processo Civil, acrescentando-lhe os § 5º e 6º, para atribuir ao cônjuge sobrevivente e aos herdeiros necessários, direito de levantamento de importâncias depositadas em nome do falecido.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1.017 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil – passa a vigorar com acréscimo dos seguintes parágrafos:

"Art. 1.017.
.....

§ 5º O cônjuge sobrevivente e os herdeiros necessários, dependentes do falecido, poderão levantar as quantias necessárias à sua sobrevivência, depositadas ou aplicadas em instituições financeiras, desde que os levantamentos não prejudiquem os credores do espólio.

§ 6º O cônjuge sobrevivente, não sendo herdeiro, poderá exercer o direito previsto no parágrafo anterior, até o limite do que lhe couber por meação ou usufruto."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes) - Item nº 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 161, de 1993 (nº 3.059/92, na Casa de origem), que torna obrigatório o uso de tarja com expressão que ressalte a importância do aleitamento materno nas embalagens e propagandas dos produtos utilizados no aleitamento artificial, tendo

Pareceres, sob nºs 535 e 900, de 1995, da Comissão

- de **Assuntos Sociais**; 1º pronunciamiento: favorável ao Projeto; 2º pronunciamiento (em virtude de requerimento de reexame): favorável, com emenda que apresenta.

Ao projeto não foram oferecidas emendas, nos termos do art. 235 do Regimento Interno.

Passa-se à discussão do projeto e da emenda, em turno único.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes) - Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Srª Presidente, Srs. Senadores, não existe número para se votar as matérias. Parece-me que, no item anterior, a discussão foi encerrada e que a matéria seria remetida à Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes) - A votação será adiada, Senador José Eduardo Dutra. Estava concluindo o encaminhamento em turno suplementar.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - No item anterior, salvo engano - pode ser confirmado nas notas taquigráficas - , a Mesa disse que a matéria voltaria à Câmara dos Deputados. Gostaria de um esclarecimento sobre o assunto.

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes) - V. Exª se refere ao item anterior.

O art. 284 do Regimento Interno - que posso ler para V. Exª - , diz o seguinte: "Não sendo oferecidas emendas na discussão suplementar, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação".

Portanto, foi o que designei, e a matéria, então, volta à Câmara dos Deputados, cumprindo o Regimento.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Estou esclarecido. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes) - Continua em discussão o Item 2. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada, por falta de quorum.

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes) - Item 3:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1995 (nº 3.970/89, na Casa de origem), que dispõe sobre a participação das partes interessadas nas reuniões de órgãos colegiados da administração pública direta, tendo

Parecer, sob nº 790, de 1995, da Comissão

- de **Constituição, Justiça e Cidadania**, favorável, nos termos de substitutivo que oferece.

Ao projeto não foram oferecidas emendas, nos termos do art. 235 do Regimento Interno.

Em discussão o projeto. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada, por falta de **quorum**.

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes) -
Item 4:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1995 (nº 3.991/89, na Casa de origem), que acrescenta dispositivos ao art. 791 da Consolidação das Leis do Trabalho tendo

Parecer favorável, sob nº 824, de 1995, da Comissão
- de **Constituição, Justiça e Cidadania**.

Ao projeto não foram oferecidas emendas, nos termos do art. 235 do Regimento Interno.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação do projeto fica adiada, por falta de **quorum**.

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes) -
Item 5

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 1995 (nº 4.039/93, na Casa de origem), que altera a redação do § 4º do art. 24 de Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias, tendo

Parecer favorável, sob nº 791, de 1995, da Comissão
- de **Constituição, Justiça e Cidadania**.

Ao projeto não foram oferecidas emendas, nos termos do art. 235.

Em discussão o projeto. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a votação é adiada, por falta de **quorum**.

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes) -
Item 6:

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1996 (nº 48/95, na Câmara dos Deputados), que dá nova redação ao inciso II do artigo 192 da Constituição Federal, tendo

Parecer favorável, sob nº 20, de 1996, da Comissão
- de **Constituição, Justiça e Cidadania**.
(Quarto dia de discussão)

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco dias úteis consecutivos, em fase de discussão, quando poderão ser oferecidas emendas, assinadas por 1/3, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre hoje o 4º dia de discussão.

Em discussão a proposta. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão para prosseguimento da discussão.

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes)
Item 7:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 73, de 1995, de iniciativa da Comissão Diretora, que regulamenta o credenciamento de profissionais da área de comunicação social; dispõe sobre o Comitê de Imprensa do Senado Federal e dá outras providências, tendo

Pareceres, sob nºs:

- 883, de 1995, da Comissão de **Constituição, Justiça e Cidadania**, favorável ao Projeto e contrário à emenda;

- 884, de 1995, da Comissão Diretora, contrário à emenda.

Em discussão o projeto e a emenda, em turno único. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a votação fica adiada por falta de **quorum**.

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes)
Item 8:

Discussão, em turno único, do Parecer nº 330, de 1993, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Consulta nº 1, de 1993, do Presidente do Senado Federal, concluindo pela remessa e utilização de documentos sigilosos por comissão parlamentar de inquérito diversa da solicitante em vista do interesse público.

Em discussão o Parecer em turno único. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação é adiada por falta de **quorum**.

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes)
Item 9:

Discussão, em turno único, do Parecer nº 732, de 1995, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o processo

Diversos nº 24, de 1994, do Senador Gilberto Miranda, solicitando seja formulada consulta por essa Comissão ao Plenário do Tribunal de Contas da União sobre o alcance da incompatibilidade do art. 54, II, "a", da Constituição da República, visando o reexame da Decisão nº 558/93-TCU-Plenário, concluindo pelo descabimento da consulta.

Em discussão o Parecer em turno único. (Pausa)
Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação é adiada por falta de quorum.

O SR. ROMERO JUCÁ - Srª Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) - Concedo a palavra ao nobre Senador Romero Jucá. S. Exª dispõe de 5 minutos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PFL-RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o que me traz à tribuna nesta manhã é um fato que, além de causar estranheza, me causou extrema preocupação, uma vez que, de certa forma, representa a volta da censura no nosso País. Na semana passada, a Justiça Federal, acatando proposição da Procuradoria-Geral da República, proibiu e mandou confiscar a venda de um disco do grupo musical "Pipoquinha de Normandia", de Roraima. Nesse disco, havia uma faixa que trata da questão da demarcação de terras indígenas do Estado.

Não quero entrar no mérito da questão. Há quem defenda a demarcação de dois milhões de hectares para a área Macuxi, há quem defenda demarcação menor. O que está em jogo, no entanto, não é a questão de ser contrário ou favorável à demarcação, e sim o fato de que, tomando partido, a Justiça Federal e a Procuradoria-Geral da República simplesmente mandaram confiscar um disco que diz na sua letra o seguinte:

"Não sou preconceituoso
Mas certas coisas não aceito
Se o índio é igual à gente
Por que ele tem mais direitos?

(...)

Área contínua, não
Área contínua, não
O índio está querendo
É ser nosso patrão

Tem índio vice-prefeito
Tem índio vereador
Se for reparar direito
Tem até índio doutor".

Trata-se de manifestação cultural, manifestação até de revolta de um segmento da população do Estado. Não posso aceitar que a Procuradoria-Geral da República e o Juiz Federal, entendendo que nessa obra há agressão ao índio, mandem confiscá-la.

Vale ressaltar que não vi manifestação nem da Justiça Federal e nem da Procuradoria-Geral da República quando um conjunto de rock brasileiro cantava música que dizia que no Congresso Nacional havia trezentos picaretas. Na verdade, considero descabida a ação da Justiça Federal.

Apelo ao Dr. Geraldo Brindeiro, Procurador-Geral da República, no sentido de que suspenda a decisão, porque entendo que, independentemente da discussão sobre demarcação de área indígena, há a questão da volta da censura. Ressalto que defendo demarcação de área indígena como uma questão importante para o País, mas não posso defender que, motivado por ela, a Justiça Federal venha a apreender qualquer tipo de manifestação cultural.

Já tivemos notícia da tentativa de censura de uma música do conjunto Mamonas Assassinas. Não podemos admitir que retorne ao País uma prática que pensávamos ter sido extinta: a censura.

O Sr. Josaphat Marinho - Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ROMERO JUCÁ - Ouço, com satisfação, o aparte do nobre Senador.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) - Alerto que V. Exª está falando em comunicação inadiável, por 5 minutos, razão pela qual não pode conceder apartes. Solicito o cumprimento do Regimento, pois ainda temos quatro Senadores inscritos.

O Sr. Josaphat Marinho - Agradeço a lembrança. Eu não me havia atentado para o fato de que S. Exª falava em comunicação urgente.

O SR. ROMERO JUCÁ - Encerrando, ressaltando este absurdo: ações como essas não contribuem para pacificar o Estado de Roraima; ao contrário, acirram os ânimos. Se os índios provocam um tipo de manifestação cultural, segmentos da sociedade de Roraima também podem fazê-lo.

Na verdade, qualquer tipo de manifestação cultural não deve ser tratado dessa forma pela censura. A população deve absorver todas as manifestações culturais, tirar suas conclusões e apoiar as que desejar. Muito obrigado.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Bello Parga - Beni Veras - Bernardo Cabral -
Carlos Patrocínio - Coutinho Jorge - Darcý Ribeiro

— Elcio Alvares — Emília Fernandes — Fernando Bezerra — Flaviano Melo — Geraldo Melo — Gerson Camata — Guilherme Palmeira — Humberto Lucena — Iris Rezende — João Rocha — Josaphat Marinho — José Agripino — José Alves — José Bianco — José Fogaça — José Ignácio Ferreira — Levy Dias — Lúcio Alcântara — Lúdio Coelho — Mauro Miranda — Nabor Júnior — Pedro Simon — Ramez Tebet — Roberto Freire — Romero Jucá — Ronaldo Cunha Lima — Sérgio Machado.

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes) — Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardo Cabral. S. Ex^a dispõe de 50 minutos.

O SR. BERNARDO CABRAL (— AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr^a Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, não usarei todo o tempo de que disponho, porque haverá um desdobramento deste meu pronunciamento. Todavia, como amazonense, não posso deixar de registrar que, no dia 27 último, os portões do Teatro Amazonas foram reabertos para as comemorações do seu centenário.

Quem conhece Manaus e imagina um teatro daqueles, inaugurado há 100 anos, há de se permitir o raciocínio de que só o milagre da borracha seria capaz dessa obra, uma vez que — não tenho dúvida em afirmar — aquele é um dos cinco teatros mais belos do mundo — conheço alguns por essa vastidão imensa e posso dar o meu testemunho.

À noite, ali se apresentou o tenor José Carreiras. Em magistral e inesquecível desempenho, mostrou como é possível, em tempos de cultura, reviver os dias de glória do Teatro Amazonas.

Estavam presentes ao ato o Senhor Presidente da República e esposa, o governador do Estado e esposa, prefeito municipal e esposa e a alta sociedade amazonense, além de políticos que ali compareceram, para assistir, além do espetáculo, ao lançamento oficial, feito pelo Presidente dos Correios e Telégrafos, do selo comemorativo dos 100 anos de existência do teatro.

Há uma obra sobre o Teatro, infelizmente desconhecida pela maioria dos brasileiros, em três volumes, de autoria do maior historiador amazonense vivo, hoje com 87 anos de idade: o Professor Cate-drático Mário Ipiranga Monteiro. Ele fez imensa pesquisa sobre o Teatro, durante trinta anos, no Arquivo Público, na Biblioteca Pública do Estado, em jornais, relatórios de governadores e em contratos, e agora vai lançar o quarto volume sobre suas reformas e recuperações, o que é lamentável porque é preciso desmitificar muitas lendas que existem em torno do Teatro Amazonas.

O que pretendo fazer, depois que me chegaram às mãos pesquisas — a maior é a do Professor Mário Ipiranga Monteiro com suas 25 obras publicadas, vertidas para os idiomas alemão, espanhol, italiano, inglês e francês — é mostrar como era a comunidade de Manaus em 1870, qual era a situação econômica da Província do Amazonas, qual foi o primeiro local escolhido para a construção do Teatro Amazonas, quais os contratos firmados, como foi asentada a pedra fundamental. Posteriormente, na segunda fase republicana, a partir de 1892; a seguir, 1893; depois uma história, como diz o Professor Mário Ipiranga, que parece até estória, sobre o plano original do Teatro Amazonas: as rosáceas, as ferragens, as mobílias, a cobertura, as lendas, o estuque, o lajedo, os mosaicos, a acústica, os muros do terraço, as decorações e pinturas, e, por fim, desfazer a célebre história de que ali estiveram cantando Caruso, o que não é verdade, e tantas outras expressões internacionais da época.

A idéia do registro hoje é no sentido de mostrar que quando o Amazonas contribuía, na época da borracha, com 51% do orçamento da Nação, portanto, era o trem principal, os demais Estados eram vagões, e que depois se inverte essa circunstância, mostrando que aquela presença do Teatro era uma espécie de entrevista marcada com a posteridade. Cem anos depois, a posteridade é hoje, é agora, a demonstrar que é preciso que o Governo Federal volte os olhos para a Região, aí não só amazônica, mas da Amazônia.

Ainda há pouco, o Senador Ademir Andrade dizia da sua estupefação por não estarem sendo cumpridos religiosamente os compromissos assumidos pelo Governo Federal com a nossa área. Eu digo mais: é preciso que a Região Norte, e aí incluo o Nordeste também e, por que não dizer, o Centro-Oeste, não sejamos tratados como enteados da Nação. O Teatro Amazonas hoje é um marco para demonstrar ao Brasil que ali se desfraldou uma bandeira ao sabor de todas as intempéries, quando a febre amarela, que matava nessa época, era transportada do Sul para lá, tantas vezes até da Europa, através dos artistas que iam para lá e que faziam a chamada boemia, o traço marcante da sua passagem por aquela cidade.

Refiro-me a esse fato para dizer que aquele marco, quando acenava para o futuro, fazia a confirmação de que é preciso ir buscar no passado o ponto de partida para o futuro; e se esse futuro é hoje, é bom que se diga que estamos sendo invadidos mais uma vez pelas partes lindeiras que cobrem a Re-

gião, que está cada vez mais desértica, queira ou não queira, sofrendo como sempre as investidas daqueles que querem fazer poesia e literatura, sem nunca terem posto os pés ali.

A Região, ao completar o seu maior marco de cultura e de trabalho, que é o Teatro Amazonas, fará com que eu volte a esta Tribuna na semana que vem, já pedindo a V. Ex^ª, que honra a Presidência desta sessão nesta manhã, Senadora Emilia Fernandes, que garanta a minha inscrição para a semana vindoura, a fim de que eu possa voltar a essa matéria.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) - Concedo a palavra ao nobre Senador Lauro Campos. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Senador José Alves.

O SR. JOSÉ ALVES (PFL-SE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr^ª Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, desde ontem as manchetes dos jornais do País divulgam e chamam a atenção da sociedade para mais um escândalo na área do sistema financeiro, que, paradoxalmente, é um setor onde a base de sustentação é apoiada nas relações de confiança, credibilidade e lisura das operações.

Segundo a imprensa, nas informações que levantou, e que se vêm confirmando em seus desdobramentos, o Banco Nacional, por iniciativa de seus diretores, mantinha cerca de 700 contas com saldos fictícios, no valor de cerca de R\$5 bilhões, camuflando um rombo de R\$4 bilhões, o que contribuía para mascarar a realidade de seus balanços.

Segundo entrevista do Chefe de Fiscalização do Banco Central, somente em outubro do ano passado ele teria recebido informações da Presidência do Banco de que o Nacional vinha operando irregularmente e que mascarava um imenso rombo.

Um dos piores males de nosso País, Sr^ª Presidente, é a impunidade, resultante, muitas vezes, da inércia dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

Ora, Sr^ª Presidente, o Banco Nacional deveria ter sido investigado com rigor desde o início de 1994, pois, já em 19 de maio desse ano, certamente depois de algumas perícias e sindicâncias, ou por tomada oficial de conhecimento, o então Presidente do Banco Central, Dr. Pedro Malan, atual Ministro da Fazenda, formalizava comunicação à Procuradoria da República, denunciando que dois diretores do Nacional "praticaram operações irregulares com a não-contabilização de valores referentes a comissões (descontos) auferidos no período de janeiro a outubro de 1988 nas negociações envolvendo conversões informais da dívida externa", crime previsto em

lei, Lei do Colarinho Branco, pedindo a atuação do Ministério Público para autuação dos responsáveis.

O Ministério Público acionou a Polícia Federal, que abriu inquérito, solicitou informações e documentos complementares ao Banco Central e convocou os acusados para deporem. Aconteceu, entretanto, que a investigação não chegou em tempo aos seus objetivos, sendo retardada por falta dos documentos solicitados, por expedientes do banco acusado e todo um processo protelatório dos depoimentos e diligências que resultaram no seu arquivamento, o que provocou uma tomada de posição recente da Procuradoria da República, no Rio de Janeiro, que reabriu o caso.

Esse assunto, Sr^ª Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, parece muitíssimo grave, porque a venda do Nacional, imposta sob pretexto de salvação do próprio sistema financeiro, para evitar maiores repercussões na estabilidade monetária, envolveu recursos da União, pois o Proer comprometeu vultosos recursos na operação, mais R\$5 bilhões, em cuja recuperação, especula-se, poderá ficar para o Banco Central uma perda estimada em R\$1 bilhão, inclusive pelo aceite, como garantia, do que se tem chamado de papéis, sem lastro real, o que vem a lançar suspeição sobre a venda do banco, pois a instituição que o adquiriu, o Unibanco, só ficou com a parte sã do seu patrimônio.

A gravidade dessa questão, Sr. Presidente, não é apenas a falsificação de balanços e descumprimento de formalidades da burocracia oficial bancária, mas sim as repercussões contra o patrimônio social e público, contra a economia popular, pois nisso vai, indiscutivelmente, dinheiro do contribuinte, dos acionistas e investidores e depositantes e atinge a economia do País como um todo.

Na salvação desses bancos, que tiveram o privilégio de durante anos auferir vultosos lucros com a inflação e a política protecionista do sistema financeiro, em detrimento dos orçamentos familiares dos assalariados, sempre corroídos pela instabilidade da moeda, até agora já se foram R\$13 bilhões do Proer, incluindo a operação do Banespa e do Econômico.

No final de contas termina sendo dinheiro do contribuinte, do salário honesto do trabalhador e do lucro suado do pequeno empresário que irá suprir as perdas que certamente ocorrem na recuperação desses recursos.

Essas operações terminam por acobertar falcatruas, refletem-se no aumento do déficit público e do Tesouro e na falta de recursos para as obrigações fundamentais da União, Estados e Municípios.

E há na equipe econômica do Governo quem defenda com entusiasmo a venda de uma empresa como a Vale do Rio Doce, uma das mais importantes expressões do patrimônio e da competência do País e do trabalhador brasileiro, motivo de orgulho nacional, para amealhar, segundo estimam, uns R\$8, R\$10 ou R\$12 bilhões, recursos estes que ainda correm o risco de servir para cobrir, direta ou indiretamente, rombo de bancos.

O que me parece, à vista dessas últimas notícias, é que o Banco Econômico era apenas um principiante, uma novilha, no aprendizado dessas abomináveis práticas de certos bancos.

Esse tipo de irregularidade ocorrida no Banco Nacional, que já vinha sendo praticada há quase 10 anos e que, desde o ano passado, se tornou do conhecimento oficial da Presidência do Banco Central, é da maior gravidade, pois atinge a credibilidade e a imagem de solidez do sistema como um todo.

O Sr. José Eduardo Dutra - V. Ex^a me permite um aparte, Senador José Alves?

O SR. JOSÉ ALVES - Com muito prazer, Senador José Eduardo Dutra.

O Sr. José Eduardo Dutra - Senador José Alves, congratulo-me com o pronunciamento de V. Ex^a. Realmente, estamos chegando a uma situação que, infelizmente, coloca o Brasil quase como o paraíso dos bancos. V. Ex^a citou dois dados que, ao serem comparados, mostram a irresponsabilidade que estamos vendo da equipe econômica do Governo Federal. Não temos os dados concretos com relação ao volume de recursos que estão sendo injetados para cobrir rombos provocados pela incompetência de banqueiros, mas com certeza, se somarmos o Banco Econômico e o Banco Nacional, teríamos, por baixo, dando barato, no mínimo R\$6 bilhões. E V. Ex^a comparou com a Vale do Rio Doce, quando, na melhor das hipóteses, se for vendida pelo preço de bolsa, será por R\$12 bilhões. Se considerarmos que o Governo vai vender apenas as ações da União, e R\$12 bilhões é o valor total da Companhia Vale do Rio Doce - a União tem 51% das ações - serão arrecadados R\$6 bilhões com a sua venda. Ou seja, o rombo desses dois bancos corresponde a uma Vale do Rio Doce, o que a meu ver demonstra a necessidade daquilo que eu já disse aqui ao ler a nota oficial assinada pelo Presidente do PT e pelos Líderes do nosso Partido no Senado e na Câmara: a necessidade de instaurarmos uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Temos visto o comportamento das autoridades econômicas ao comparecerem às comissões permanentes desta

Casa, um comportamento, no mínimo, de - talvez usar a palavra desprezo seja um pouco forte - des-caso por parte das autoridades econômicas com relação a essas comissões permanentes do Congresso Nacional. Por diversas vezes, seja o Ministro da Fazenda, Pedro Malan, seja o Presidente do Banco Central, Dr. Gustavo Loyola, ao serem indagados por Senadores, responderam com evasivas, muitas vezes se utilizando do recurso do sigilo bancário para não responderem às perguntas. E o que é pior: muitas vezes, dois dias depois, vemos as respostas a essas perguntas publicadas na imprensa. V. Ex^a também faz referência à contabilidade paralela do Banco Nacional. Perguntamos: nesse momento de globalização, nesse momento de profunda inter-relação entre o sistema financeiro, onde inclusive as falcatruas são socializadas, será que apenas o Banco Nacional se utiliza desse expediente? É possível que sim, mas nos deixa suspeitas muito sérias. Por isso, acreditamos que é necessário que o Congresso Nacional tome uma posição, traga para si essa discussão, que, no nosso entendimento, deveria iniciar-se com a instalação dessa Comissão Parlamentar de Inquérito. Congratulo-me com o pronunciamento de V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ ALVES - Agradeço as palavras de V. Ex^a e incorporo com muita satisfação ao nosso modesto pronunciamento.

O Banco Nacional emitiu moedas frias, meios de pagamentos falsos, quando adulterou os balanços suprimindo de créditos fictícios contas inativas, e assim lesou milhares de acionistas minoritários, induziu a erro o mercado financeiro e terminou por causar prejuízos sociais, porque o Governo teve que injetar recursos do Proer para, em defesa dos correntistas e do sistema como um todo, salvá-lo de uma quebra oficial, com as suas consequências.

O artifício usado pelo referido banco era absolutamente perverso, pois o rombo era tampado por valores fictícios lançados como crédito de empréstimos sobre contas inativas, o que mascarava a realidade contábil do banco, dando a entender que o problema era de inadimplência, por contas a receber. Isso não refletia tanto na distribuição dos dividendos aos acionistas, dentre os quais, os donos do banco, que tinham 78% das ações, mas agora, com os fatos recentemente ocorridos, 130 mil acionistas ficam com suas ações sem valor algum.

Outra maquiagem da realidade precária por que vinha atravessando o Nacional, e que intrigava os analistas, era que, apesar dos boatos a respeito de suas dificuldades que vazaram para o mercado fi-

nanceiro, o Banco não vinha recorrendo ao rescaldo do Banco Central (a UTI financeira dos que estão fracos das pernas), porque estava sendo socorrido pelo empréstimo interbancário com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, pois o Nacional sempre foi uma instituição de prestígio.

Felizmente, no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, as irregularidades continuam sendo descobertas, a imprensa tem tido acesso para vasculhar os porões da contabilidade nebulosa e sofisticada de algumas áreas financeiras. Entretanto é fundamental, para o bem do Brasil e da sociedade brasileira, que se punam os culpados e os omissos, qualquer que seja o seu poder ou hierarquia.

O povo empobrecido, a sociedade, constituída em sua maior parte de assalariados, uma classe média esmagada pelo peso dos impostos, salários defasados e o fantasma do desemprego, empresários e produtores rurais em dificuldades, suando para manter seus negócios e propriedades, não podem continuar bancando o prejuízo da impunidade.

O Senado Federal, dentro das atribuições de sua competência, após apreciação de vários requerimentos de Senadores, poderá convocar o Ministro da Fazenda e o Presidente do Banco Central para que se expliquem perante o Estado e a Nação, enquanto a Comissão de Assuntos Econômicos, antecipando-se a essas audiências, já ouvirá, na próxima quinta-feira, o diretor da área de fiscalização do Banco, o que é também uma providência indispensável para que o Senado não se omita nessa grave questão.

Ao que parece, houve vontade política da equipe econômica, chefiada pelo Ministro Pedro Malan, de salvar o Banco Nacional, mas não de puni-lo, como seria o caso. O contrário ocorreu com o banco baiano, quando a preocupação foi, além de punir, alertar todo o sistema financeiro, o que terminou por desequilibrar outros bancos que já vinham fraquejando devido à evasão de correntistas e depósitos para lugares mais seguros. Isso inspirou o Proer para evitar um **crack** na área financeira e, assim, salvar também o Banespa com R\$15 bilhões.

Com essa quantia, irrigar-se-iam 2,5 milhões de hectares no Nordeste, gerando-se 5 milhões de empregos diretos, o que também beneficiaria igual número de famílias, ou seja, cerca de 20 milhões de pessoas.

Investimentos desse porte poderiam ser uma solução definitiva para um dos maiores problemas do desenvolvimento nacional, que é a viabilização econômica do potencial agrícola do Nordeste.

veis do Nordeste, gerando renda, emprego e divisas para a economia da região e do Brasil.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes) - Os Srs. Senadores Teotônio Vilela Filho, Mauro Miranda, Lúcio Alcântara e Benedita da Silva enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno. S. Ex^{as}. serão atendidos.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB-AL) - Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, os principais institutos de pesquisa econômica brasileiros coincidiram, nos últimos meses, em apontar índices muito baixos de inflação. Na verdade, em janeiro deste ano, o nível de elevação geral de preços foi o mais reduzido dos últimos 23 anos. Isso demonstra que o Plano Real conseguiu atingir seus objetivos, evidenciando seus acertos e comprova, à farta, sua viabilidade. É um sucesso consagrado pela experiência, pelo tempo e por ter sobrevivido a todos os problemas que se interpuseram em sua trajetória.

Além da estabilização da moeda, os baixíssimos níveis de inflação revelam, também, que os preços de alguns produtos estão caindo significativamente. Os itens da cesta básica estão com seus preços estáveis. A competição entre importados e nacionais está fazendo com que diversos produtos de confecção, de consumo imediato, de comida, artesanatos e até automóveis estejam caindo de preço. O brasileiro, que estava acostumado a conviver com inflação diária, está assistindo a um novo fenômeno: os produtores disputam o cliente por intermédio de preço mais baixo.

A cultura inflacionária está sendo vencida. Os brasileiros já sabem que os preços estão estáveis, que não precisam correr para fazer suas compras e que devem pesquisar antes de assinar o cheque. Esse primeiro momento do Plano Real está mesmo chegando a seu final. Com os instrumentos possíveis de política monetária, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso conseguiu esses magníficos resultados econômicos. O Brasil de hoje, em matéria de economia, é sensivelmente diferente do país que existia há alguns anos.

Alguns dos instrumentos utilizados pelos economistas para alcançar esses resultados precisam, agora, ser substituídos. A política de juros elevados ajudou a conter a inflação, mas provoca um sério problema para empresas endividadas e também para o governo, que vê sua dívida interna expandir-se indefinidamente. A contenção do câmbio é outro

indeterminado. É, portanto, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, chegado o momento de realizar um ajuste fiscal completo e aprovar reformas estruturais profundas.

A continuidade do Plano Real exige a implementação das reformas, dos ajustes e da reengenharia do governo. Os governos precisam ser menores, mais ágeis, mais eficientes. O sistema tributário brasileiro deve ser capaz de recolher os impostos necessários para honrar os pagamentos devidos na reforma da infra-estrutura brasileira e na aplicação de verbas em saúde e educação. O câmbio deve ser justo, na medida adequada que incentive as exportações, mas não signifique um ônus sobre a importação.

O Plano Real e a estabilidade econômica trouxeram para o Brasil uma notoriedade especial no concerto das Nações. Em pouco tempo, por exemplo, oito fabricantes de automóveis, de nacionalidades diversas, anunciaram a intenção de realizar investimentos aqui para iniciar, rapidamente, a produção. Isso significa mais empregos, mais impostos e maior intercâmbio comercial com os países do continente e do resto do mundo. Várias missões comerciais tem visitado o Brasil em busca de oportunidades de negócio.

O presidente Fernando Henrique Cardoso, ciente deste momento especial que o Brasil atravessa, tem procurado estreitar laços diplomáticos com todo o mundo. Visitou diversos países na América, na Europa, e agora prepara-se para ir ao Japão. O Chefe do Governo sabe que o momento é quase único para o Brasil e os brasileiros. É preciso aproveitá-lo em toda sua plenitude. A diplomacia brasileira está na posição de reivindicar um tratamento sintonizado com sua liderança nos organismos regionais.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é fundamental que o Congresso Nacional realize as reformas estruturais necessárias na administração brasileira. E assuma a tarefa de efetivar um ajuste fiscal sério, profundo e definitivo. O Plano Real está entrando na segunda etapa, que vai consolidá-lo de maneira definitiva, independentemente do auxílio dos instrumentos de política monetária. O Congresso Nacional precisa dar à opinião pública uma comprovação de estar sintonizado com o seu tempo.

Muito obrigado!

O SR. MAURO MIRANDA(PMDB-GO) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sem nenhum exagero de fundo retórico, considero a Reforma Ad-

ministrativa uma questão de emergência nacional. Ou temos coragem de fazê-la, a despeito das incompreensões e das reações corporativas, ou o sucesso do Plano Real será uma doce lembrança do passado, num futuro que não estará muito distante. Para mim, a reforma do Estado é uma opção clara em nome da sobrevivência de todos, no futuro. O contrário disso é perpetuar o privilégio de minorias, levando todo o barco à deriva. Definitivamente, não há saída fora do realismo dos fatos. As pesquisas mostram que a Nação aprova a reforma, e não vai perdoar a omissão derivada da covardia. Não podemos tapar os ouvidos para o alarme estridente que foi ligado pelo Tesouro Nacional, ao registrar um déficit de dois bilhões e 800 milhões de reais nas contas públicas de janeiro.

Otimista por natureza, não quero alimentar pessimismos. Somos um grande país, temos a oitava economia do mundo, os investimentos externos estão chegando com velocidade e volume crescentes, e o parque industrial passa por transformações que vão elevar a capacidade de competição do país nos complexos caminhos da globalização. A estabilidade que conseguimos com o sucesso do Plano Real é o pano de fundo para estabelecer confiança, sustentar o desenvolvimento, gerar empregos e fortalecer o Estado nas suas missões fundamentais de garantir saúde, educação, saneamento, Habitação e obras de infra-estrutura. Sem a Reforma Administrativa, porém, permaneceremos como reféns do déficit público, que é o grande fantasma para a sustentação da estabilidade econômica. Temos um grande problema, mas também temos soluções, como a Reforma Administrativa.

O meu partido, o PMDB, tem uma grande responsabilidade na compreensão deste momento. Teremos que assumir esse desafio de frente, com a mesma disposição que foi revelada na aprovação das reformas econômicas. Nossos sete governadores lutam para sensibilizar o Congresso, asfixiados que estão por administrações deficitárias. As folhas de pagamento esgotam as finanças estaduais e impedem os investimentos sociais. Há um sentimento geral de impotência que dramatiza também a vida dos municípios. O que os Estados e Municípios estão pedindo ao Congresso é uma carta de alforria para a governabilidade. Cabe ao Congresso e, particularmente, ao PMDB, como partido majoritário, libertá-los das alimmas. É um grave equívoco histórico perse-

verar no modelo do Estado paternalista do passado. Estado empreguista é Estado que se empobrece na sua capacidade de gerar e multiplicar empregos, através de investimentos.

Em Goiás, o governador Maguito Vilela está assumindo corajosamente a dianteira, propondo à Assembléia Legislativa uma série de medidas para conter o déficit público e libertar a administração de vícios clientelistas históricos. Ele sabe que vai enfrentar as minorias corporativas, mas tem o apoio da grande massa de trabalhadores que estão à margem dos serviços essenciais que são devidos pelo Estado. O Governador está propondo a extinção de empresas estatais, a criação de incentivos para a demissão voluntária, a instituição de um fundo de previdência e a supressão de diversos tipos de privilégios funcionais. Ignorando a gritaria de uns poucos, Maguito Vilela está investindo no futuro, certo de que o julgamento final de toda a população lhe será favorável no médio e longo prazos.

Com o seu exemplo, o Governador de Goiás está assumindo a verdade, em nome dos interesses da população como um todo. Estou certo de que os nossos deputados estaduais vão respaldar os objetivos do governador, diante de suas imensas responsabilidades junto aos municípios que representam. Mas é indispensável que o respaldo final, para decisões de caráter conjuntural, como as que foram adotadas em Goiás, além de outras de natureza estrutural, sejam aprovadas pelo Congresso, reformando a Constituição. Pessoalmente, dirijo um apelo aos companheiros do PMDB na Câmara para que agilizem o cronograma da reforma e garantam a sua rápida aprovação no Plenário. Estendo esse apelo ao relator, deputado Moreira Franco, nosso companheiro de partido.

Creio que não me cabe, neste rápido pronunciamento, enfatizar todos os pontos positivos da reforma, já sobejamente conhecidos pela Opinião Pública. Mas, numa visão mais ampla, é certo que a correção das inúmeras disfunções e das anomalias acumulados durante décadas e décadas de descalabro administrativo, além da construção de uma nova mentalidade de profissionalização do Serviço Público, terão efeitos duradouros na eficiência do Estado como promotor do bem-estar social. Considero injustificável o temor de que serão praticadas injustiças em nome do enxugamento do Estado. Somos um país maduro, temos uma sociedade organizada e consciente de seus direitos, e os critérios de justiça não serão violentados.

São estas as ponderações que gostaria de trazer a este Plenário, seguro de que estou refletindo as preocupações majoritárias do Senado e principalmente de meu partido. Somos uma Casa composta na sua maioria por ex-governadores, testados em administrações bem-sucedidas e conhecedores das angústias vividas hoje por Estados e Municípios. Creio que a aprovação da Reforma Administrativa é o grande teste de afirmação que nos espera, perante o povo. Mais que uma simples necessidade, ela é uma emergência, e eu creio que é assim que ela deve ser entendida.

Muito obrigado

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na revista **VEJA** de 17 de janeiro, o sociólogo americano Herbert Gans faz uma afirmativa forte. Ele opina que "as chances de os pobres das sociedades pós-industriais vencerem a miséria sem a ajuda do Governo, é a mesma que uma pessoa tem de erguer-se do chão puxando-se pelos cadarços dos sapatos".

Ele também acredita que "os Governos podem atuar de modo que as pessoas disponham de uma existência digna. Essa é uma tarefa dos Governos. Ele não vê como colocar este encargo nos ombros das empresas, obrigadas que são a sobreviver num mercado cada vez mais competitivo".

Concordo que é uma fantasia neoliberal, sem fundamento na vida prática, imaginar que o mercado por si só vai retirar as pessoas da situação de pobreza em que se encontram.

O Governo do Estado do Ceará está imbuído desta filosofia de apoiar os menos favorecidos e elaborou o Projeto São José, que foi examinado e obteve o apoio financeiro do Banco Mundial.

A execução do São José é tão simples quanto participativa. As comunidades do interior do Estado se reúnem em associações e definem suas prioridades. Estas, por sua vez, são levadas aos Conselhos Municipais, formado em sua maioria por lideranças comunitárias. Com as prioridades aprovadas, elas se transformam em projetos, elaborados por técnicos do Governo, que, para isso, vão às comunidades para aprofundar com elas as discussões e colher dados para a formulação dos projetos.

O projeto então é levado, conforme sua finalidade, aos órgãos competentes, para ser analisado quanto a sua viabilidade técnica, econômica e social.

O objetivo é tornar o homem do interior livre de mediação política e fazê-lo descobrir o valor do exercício da cidadania.

O projeto tem certa magnitude, pois somente em 1995, chegou a 176 municípios, dos 184 existentes, com 2.798 projetos no valor de 57 milhões de reais, assistindo 2.658 comunidades formadas por 835 mil pessoas ou 167 mil famílias.

O Projeto São José contempla infra-estrutura econômica e social, como é o caso da eletrificação rural e abastecimento d'água, creches, reformas de escolas e atividades produtivas como casas de farinha, fábricas de doces e outros.

Gostaria de ressaltar que as comunidades são obrigadas a participar com o mínimo de 10% do valor de cada projeto, sob a forma de trabalho, de material de construção ou mesmo de aporte de recursos.

Este é um exemplo de como a força do trabalho solidário vem mudando a vida de comunidades em todo o interior do Ceará. De longe, as iniciativas patrocinadas podem parecer pequenas, inexpressivas até, mas têm um impacto considerável junto às famílias de agricultores pobres e desassistidos, os quais em grande parte dos casos, vivem em localidades historicamente esquecidas.

No ano passado, antes de implementar programa semelhante no México, o Banco Mundial solicitou às autoridades mexicanas o envio de uma missão de observação ao Ceará.

Como se pode notar, o esquema é muito bem desenhado e seus fins mais do que nobres. Acontece que têm sido realizadas freqüentes denúncias de desvios de recursos e de intermediação política clientelista.

Na verdade, os líderes comunitários não podem ser santificados. A política comunitária é exercida por seres humanos e não há nenhum postulado que determine "a priori" que eles devam ser justos, honestos, sábios.

Apesar das denúncias não chegarem a 1,5% do total de projetos, foi constituída uma Comissão Tripartite - Secretaria do Planejamento, Secretaria de Segurança Pública e Procuradoria Geral do Estado para investigar e punir os desvios. Adotou-se também como prioritários aqueles projetos cujos resultados podem ser melhor mensurados, como é o caso de água e energia, para diminuir a possibilidade de fraudes.

O Governo está consciente de que o Projeto São José, por se constituir uma iniciativa nova, que exige transformação cultural e mudança de mentali-

dade, enfrenta dificuldades. E o governo está convocando a população a ajudá-lo no combate às fraudes e às distorções.

A Secretaria do Planejamento do Ceará pondera que o São José traz desconforto aos que denominam "sócios da miséria". Se em programas anteriores, 70% dos recursos não chegavam ao destinatário final, pois eram apropriados pela malha burocrática (não somente a oficial), hoje praticamente a totalidade chega às comunidades. As estruturas de Governo que apóiam a implementação do projeto utilizam seus próprios recursos disponíveis, acabando com a sociedade espúria que predominava.

S^{as} e Srs. Senadores:

Por outro lado, a tese negativista de que as coisas não darão certo, é típica daqueles que perderam o controle da situação. Ao invés de propor medidas de melhoria, se apegam a um discurso derrotista. Por mais que se faça, são sempre contrários.

Os que acusam a manipulação político-eleitoral, por sua vez, temem perder votos com a atual política de domínio pelas comunidades das prioridades, seleção e execução de seus projetos de desenvolvimento. A eles não interessa o fortalecimento da organização popular e comunitária e a gradativa perda de tutela sobre elas. Agora, sendo um projeto do Governo Tasso Jereissati, isso será possivelmente lembrado na época das eleições.

Quanto à falta de critérios, a Secretaria do Planejamento elaborou manuais de procedimentos onde está minuciosamente detalhada o que pode e o que não deve. Esses critérios têm sido rigorosamente seguidos, apesar do recebimento de pressões contrárias.

Entretanto, apesar desses percalços e das atitudes tomadas, pode-se ainda enumerar outras medidas, sugeridas aliás, pela Igreja Católica. Segundo ela, para melhor caminhada do São José, as dificuldades citadas poderiam ser superadas através de um amplo projeto de capacitação para gerenciar o projeto, através de cursos e treinamentos.

Uma segunda medida seria o estabelecimento de critérios mais rígidos e eficazes quando da constituição e de funcionamento dos Conselhos que aprovam os projetos. Além disso, há de se executar um trabalho de conscientização das comunidades no sentido de que elas sejam capazes de gerar e operacionalizar os projetos, rejeitando qualquer intervenção manipuladora. Por último, o Governo montaria um esquema de resistência a alguns políticos cooptadores, criando ao mesmo tempo mecanis-

mos de valorização dos políticos que respeitam a filosofia libertadora do São José.

Na verdade, não se pode e nem deve impedir que os políticos acompanhem os pleitos das comunidades que os elegeram. Esta é uma de suas tarefas.

O São José está lastreado não só no resgate da cidadania através do combate à pobreza e no estabelecimento de uma parceria efetiva entre o Governo e a Sociedade. Ele se baseia na participação ativa das comunidades nas ações que lhe dizem respeito. Não se trata de receber de forma passiva os serviços, mas implica na participação da seleção e elaboração dos projetos, na parceria com os órgãos executores e no fornecimento de contra-partida em forma de serviços e materiais. O homem não é visto como um mero brinquedo, mas capaz de agir de forma racional.

Os valores ligados à cidadania são os que vinculam as pessoas ao seu próprio bem-estar material, ao bem-estar da família, da Sociedade e do próprio Estado. Estou convicto que o São José cumpre este papel, apesar dos incômodos que desencadeia.

Era o que tinha a dizer.

Muito Obrigado.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, a cidade do Rio de Janeiro faz o seu aniversário. sede do Brasil colonial e capital da Monarquia e República até 1960, o Rio de Janeiro escreveu uma história tão rica que marcou a fisionomia do país e a psicologia do brasileiro.

A natureza foi pródiga ao acolher a cidade numa baía cercada de montanhas e de frente para o mar, formando um ambiente diversificado, que deslumbrava quem o vê, como foi o caso de Michael Jackson, que prorrogou sua estadia no Rio, impressionado com a beleza da cidade.

Criado no centro político e cultural do país e cercado de belezas naturais, o carioca se tornou um tipo que combina a competência do trabalhador e a responsabilidade do cidadão consciente com a criatividade do sambista e a descontração e alegria do banhistas.

Com raízes em todos os Estados brasileiros, é o cidadão carioca, verdadeiro criador do Rio, que quero homenagear no dia do aniversário da cidade.

Foi o carioca quem puxou os grandes acontecimentos nacionais que dotaram o país da infra-estrutura necessária para o seu desenvolvimento, como a siderúrgica de Volta Redonda e a Petrobrás, entre outras. foi também o carioca que foi às ruas para

pressionar a entrada do Brasil na guerra contra as potências do Eixo, para lutar por diretas já e exigir o impeachment de Collor.

Foi o carioca quem criou a riquíssima produção cultural que inspira todo o país e contribui decisivamente para a afirmação da unidade nacional. A capacidade de organização do cidadão comum demonstrada na atuação das escolas de samba é uma prova da eficiência e disciplina do brasileiro. Essa mesma capacidade constatamos na maneira criativa da população de baixa-renda de resolver o problema da moradia e a sua sobrevivência cotidiana. Os governos ainda não souberam (ou não quiseram) canalizar todo esse potencial de trabalho e de iniciativa empreendedora na solução dos problemas sociais e na construção da cidadania popular.

Não é por acaso que o Rio de Janeiro é o coração do Brasil e onde mais elevado chegou o nível de consciência política do conjunto da população.

Quero render minha homenagem à coragem de ousar do carioca pois somente ousando ser livre e independente é que o povo brasileiro vai construir uma nação verdadeiramente democrática sem exclusão social nem discriminação racial. O aniversário de uma cidade libertária como o Rio de Janeiro pode ser uma oportunidade para se refletir nesse sentido.

Muito obrigada!

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes) - Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de segunda-feira, a realizar-se às 14h30min, a seguinte

ORDEM DO DIA

- 1 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 161, DE 1993

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 161, de 1993 (nº 3.059/92, na Casa de origem), que torna obrigatório o uso de tarja com expressão que ressalte a importância do aleitamento materno nas embalagens e propagandas dos produtos utilizados no aleitamento artificial, tendo

Pareceres, sob nºs 535 e 900, de 1995, da Comissão

- de **Assuntos Sociais**; 1º pronunciamento: favorável ao Projeto; 2º pronunciamento (em virtude de requerimento de reexame): favorável, com emenda que apresenta.

- 2 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, DE 1995

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1995 (nº 3.970/89, na Casa de origem), que dispõe sobre a participação das partes interessadas nas reuniões de órgãos colegiados da administração pública direta, tendo

Parecer, sob nº 790, de 1995, da Comissão

- de **Constituição, Justiça e Cidadania**, favorável, nos termos de substitutivo que oferece.

- 3 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, DE 1995

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1995 (nº 3.991/89, na Casa de origem), que acrescenta dispositivos ao art. 791 da Consolidação das Leis do Trabalho tendo

Parecer favorável, sob nº 824, de 1995, da Comissão

- de **Constituição, Justiça e Cidadania**.

- 4 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 1995

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 1995 (nº 4.039/93, na Casa de origem), que altera a redação do § 4º do art. 24 de Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias, tendo

Parecer favorável, sob nº 791, de 1995, da Comissão

- de **Constituição, Justiça e Cidadania**.

- 5 -

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 73, DE 1995

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 73, de 1995, de iniciativa da Comissão Diretora, que regulamenta o credenciamento de profissionais da área de comunicação social; dispõe sobre o Comitê de Imprensa do Senado Federal e dá outras providências, tendo

Pareceres, sob nºs:

- 883, de 1995, da Comissão de **Constituição, Justiça e Cidadania**, favorável ao Projeto e contrário à emenda;

- 884, de 1995, da Comissão **Diretora**, contrário à emenda.

- 6 -

PARECER Nº 330, DE 1993

Votação, em turno único, do Parecer nº 330, de 1993, da Comissão de **Constituição, Justiça e Cidadania**, sobre a Consulta nº 1, de 1993, do Presidente do Senado Federal, concluindo pela remessa e utilização de documentos sigilosos por comissão parlamentar de inquérito diversa da solicitante, em vista do interesse público.

- 7 -

PARECER Nº 732, DE 1995

Votação, em turno único, do Parecer nº 732, de 1995, da Comissão de **Constituição, Justiça e Cidadania**, sobre o processo Diversos nº 24, de 1994, do Senador Gilberto Miranda, solicitando seja formulada consulta por aquela Comissão ao Plenário do Tribunal de Contas da União sobre o alcance da incompatibilidade do art. 54, II, a, da Constituição da República, visando o reexame da Decisão nº 558/93-TCU-Plenário, concluindo pelo descabimento da consulta.

- 8 -

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 1, DE 1996

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1996 (nº 48/95, na Câmara dos Deputados), que dá nova redação ao inciso II do artigo 192 da Constituição Federal, tendo

Parecer favorável, sob nº 20, de 1996, da Comissão

- de **Constituição, Justiça e Cidadania**.

(Quinto e último dia de discussão)

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes) - Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11h30min.)

**Resenha das matérias apreciadas
de 15 a 29 de fevereiro de 1996**

(Art. 269, II, do Regimento Interno)

PROJETOS APROVADOS E ENVIADOS À PROMULGAÇÃO

De iniciativa da Câmara dos Deputados ...	21
De iniciativa do Senado Federal	2
Total	23

Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 1995 (nº 408/94, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Obrigação Alimentar, concluída em Montevideu, em 15 de julho de 1989.*

Promulgado em 28.2.96 - **Decreto Legislativo nº 1, de 1996.**

Sessão: 27.02.96

Projeto de Decreto Legislativo nº 151, de 1995 (nº 143/95, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Co-Produção Audiovisual, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá, em Brasília, em 27 de janeiro de 1995.*

Promulgado em 28.2.96 - **Decreto Legislativo nº 2, de 1996.**

Sessão: 27.02.96

Projeto de Decreto Legislativo nº 152, de 1995 (nº 74/95, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação para Redução da Demanda, Prevenção do Uso Indevido e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, em Brasília, em 29 de agosto de 1994.*

Promulgado em 28.2.96 - **Decreto Legislativo nº 3, de 1996.**

Sessão: 27.02.96

Projeto de Decreto Legislativo nº 155, de 1995 (nº 60/95, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Protocolo, celebrado em Brasília, em 12 de julho de 1994, Suplementar à Convenção destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Capital, assinada em Brasília, em 21 de agosto de 1980, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Noruega.*

Promulgado em 28.2.96 - **Decreto Legislativo nº 4, de 1996.**

Sessão: 27.02.96

Projeto de Decreto Legislativo nº 156, de 1995 (nº 92/95, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, em Pequim, em 11 de julho de 1994*

Promulgado em 28.2.96 - **Decreto Legislativo nº 5, de 1996.**

Sessão: 27.02.96

Projeto de Decreto Legislativo nº 157, de 1995 (nº 145/95, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Protocolo Interpretativo do artigo 44 do Tratado de Montevideu, assinado entre Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela, em 13 de junho de 1994, no âmbito do Tratado de Montevideu, que criou a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI).*

Promulgado em 28.2.96 - **Decreto Legislativo nº 6, de 1996.**

Sessão: 27.02.96

Projeto de Decreto Legislativo nº 158, de 1995 (nº 182/95, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do acordo de Cooperação Cultural e Educacional, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, em Brasília, em 10 de abril de 1995.*

Promulgado em 28.2.96 - **Decreto Legislativo nº 7, de 1996.**

Sessão: 27.02.96

Projeto de Decreto Legislativo nº 159, de 1995 (nº 146/95, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo Relativo ao Uso de Peritos em Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), em Brasília, em 21 de fevereiro de 1995.*

Promulgado em 28.2.96 - **Decreto Legislativo nº 8, de 1996.**

Sessão: 27.02.96

Projeto de Resolução nº 145, de 1995, que *autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de doação, junto ao Governo do Japão, destinada à assistência técnica no âmbito do projeto de descentralização de transportes urbanos em cidades de médio porte, no valor equivalente a cento e trinta e seis milhões e quatrocentos mil ienes japoneses.*

Promulgado em 28.2.96 - **Resolução nº 9, de 1996.**

Sessão: 27.02.96

Projeto de Resolução nº 6, de 1996, que *autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor de sessenta e oito milhões, setecentos e noventa mil, cento e trinta e seis francos franceses e noventa e três centavos junto ao Banco Paribas, destinada ao financiamento integral do custo de importação de equipamentos e serviços a serem fornecidos pela empresa francesa Aérospatiale.*

Promulgado em 28.2.96 - Resolução nº 10, de 1996.

Sessão: 27.02.96

Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 1994 (nº 372/93, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e uso de Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas existentes no mundo, assinada pelo Brasil em 13 de janeiro de 1993.*

Sessão: 28.02.96

Projeto de Decreto Legislativo nº 86, de 1995 (nº 58/95, na Câmara dos Deputados), que *aprova o complemento ao texto, traduzido para o português, da Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso de Armas Químicas e sobre a Destruição de Armas Químicas Existentes no Mundo, assinada pelo Brasil, no dia 13 de janeiro de 1993.*

Sessão: 28.02.96

Projeto de Decreto Legislativo nº 79, de 1994 (nº 391/94, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato renova a permissão outorgada à RÁDIO CULTURA DE ALEGRETE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul.*

Sessão: 28.02.96

Projeto de Decreto Legislativo nº 97, de 1995 (nº 52/95, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à REDE ATLÂNTICO SUL DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Brusque, Estado de Santa Catarina.*

Sessão: 28.02.96

Projeto de Decreto Legislativo nº 100, de 1995 (nº 54/95, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CULTURA DE JOINVILLE LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.*

Sessão: 28.02.96

Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 1995 (nº 15/95, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO A TRIBUNA DE SANTOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Santos, Estado de São Paulo.*

Sessão: 28.02.96

Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 1995 (nº 12/95, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CAIUÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Paranavaí, Estado do Paraná*

Sessão: 28.02.96

Projeto de Decreto Legislativo nº 123, de 1995 (nº 304/93, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO EXECUTIVA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Goiânia, Estado de Goiás*

Sessão: 28.02.96

Projeto de Decreto Legislativo nº 142, de 1995 (nº 114/95, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO TELEVISÃO DE SERGIPE S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.*

Sessão: 28.02.96

Projeto de Decreto Legislativo nº 150, de 1995 (nº 84/95, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO VALE DO RIO GRANDE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Miguelópolis, Estado de São Paulo.*

Sessão: 28.02.96

Projeto de Decreto Legislativo nº 48, de 1994 (nº 355/93, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga permissão à ZILINSKI, PROPAGANDA E RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Gaspar, Estado de Santa Catarina.*

Sessão: 29.2.96

Projeto de Decreto Legislativo nº 62, de 1995 (nº 354/93, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO PANEMA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Andirá, Estado do Paraná.*

Sessão: 29.2.96

Proposta de Emenda à Constituição nº 68, de 1995 (nº 163/95, na Câmara dos Deputados), *de iniciativa do Presidente da República, que altera os arts. 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzidos pela Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 1994.*

Sessão: 29.2.96

PROJETOS APROVADOS E ENVIADOS À CÂMARA DOS DEPUTADOS

De iniciativa do Senado Federal.....	3
Total.....	3

Projeto de Lei do Senado nº 220, de 1995, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que *dispõe sobre a realização de referendo para confirmação ou revogação de dispositivo constitucional ou legal*.

(Decisão terminativa)

Sessão: 23.02.96

Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 6, de 1995, de autoria do Senador José Eduardo Dutra, que *estabelece o princípio da doação e extirpação de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante, post mortem, salvo expressa disposição em contrário, em vida*.

Sessão: 29.02.96

Projeto de Lei do Senado nº 121, de 1995, de autoria do Senador Romero Jucá, que *dispõe sobre a exploração e o aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas, de que tratam os arts. 176, § 1º, e 231, § 3º, da Constituição, e dá outras providências*.

(Decisão terminativa)

Sessão: 29.02.96

MATÉRIAS REJEITADAS E ENCAMINHADAS AO ARQUIVO

De iniciativa da Câmara dos Deputados.....	1
De iniciativa do Senado Federal.....	2
Total.....	3

Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 1995 (nº 2.377/91, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivos à Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração*.

(Arquivado nos termos do art. 254 do Regimento Interno)

Sessão: 23.02.96

Projeto de Lei do Senado nº 173, de 1995, de autoria da Senadora Marluce Pinto, que *altera a Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983, que define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências*.

(Decisão terminativa)

Sessão: 29.2.96

Projeto de Lei do Senado nº 181, de 1995, de autoria do Senador Júlio Campos, que *dispõe sobre a busca e apreensão de bem alienado fiduciariamente, alterando o art. 3º do Decreto-lei nº 911, de 1º de outubro de 1969.*

(Decisão terminativa)

Sessão: 29.2.96

OUTRAS DELIBERAÇÕES

Requerimento nº 109, de 1996, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando, nos termos regimentais, sejam prestadas homenagens de pesar pelo falecimento do cantor Taiguara Chalar da Silva.

Sessão: 15.02.96

Requerimento nº 111, de 1996, do Senador Edison Lobão, solicitando, nos termos regimentais, sejam prestadas homenagens de pesar pelo falecimento do Pastor Estevam Ângelo de Souza.

Sessão: 16.02.96

Requerimento nº 137, de 1995, do Senador Romeu Tuma e outros senhores Senadores, solicitando, nos termos regimentais, que o tempo detinado aos oradores da Hora do Expediente da Sessão do Senado, de 19 de março próximo, seja dedicado a comemoração especial do Centenário de Nascimento do Engenheiro Francisco Prestes Maia, ex-prefeito da cidade de São Paulo.

Sessão: 29.2.96

Requerimento nº 141, de 1996, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando, nos termos regimentais, sejam prestadas homenagens de pesar pelo falecimento do prefeito de Campinas José Roberto de Magalhães Teixeira.

Sessão: 29.2.96

Requerimento nº 142, de 1996, dos Senadores Pedro Piva e Romeu Tuma, solicitando, nos termos regimentais: a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Roberto Magalhães Teixeira, Prefeito de Campinas; apresentação de condolências à família do falecido e representação nos funerais e cerimônias.

Sessão: 29.2.96

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL

(15 a 29 de fevereiro de 1996)

Matérias aprovadas:

Projetos aprovados e enviados à promulgação.....	23
• Acordos internacionais	10

- Concessões de rádio e TV 10
- Operações de crédito 2
- Proposta de Emenda à Constituição 1

Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados 3

- Projeto de Lei apreciado em Plenário 1
- Projetos de Lei apreciados nas comissões, em decisão terminativa 2

Total de matérias aprovadas 26

Matérias enviadas ao arquivo:

Matérias rejeitadas e encaminhadas ao arquivo 3

- Projeto de Lei arquivado nos termos do art. 254 do Regimento Interno .. 1
- Projetos de Lei apreciados nas comissões, em decisão terminativa 2

Total de matérias enviadas ao arquivo 3

CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nº DO OFÍCIO	DESTINATÁRIO	ASSUNTO
SF 172 a 181/96	Líderes partidários	Encaminha, a título de subsídio, quadro comparativo da proporcionalidade partidária das Sessões Legislativas Ordinárias de 1995 e 1996.
SGM 35/96	Diretor-Geral	Encaminha processo (pedido de retirada de cadeiras da galeria do Plenário, com vistas a adequá-lo às transmissões da TV a cabo), para que se proceda ao acompanhamento dos trabalhos, no sentido de que não se incorra em desfiguramento do projeto arquitetônico do Plenário.

**CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL
(15-2-96 A 29-2-96)**

Nº do ofício	Destinatário	Assunto
Of. nº 103/96-CN	Presidente da Câmara dos Deputados	Encaminha um exemplar original da Mensagem Presidencial enviada ao Congresso Nacional por ocasião da abertura dos trabalhos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura.
Of. nº 105/96-CN	Presidente da Câmara dos Deputados	Encaminha um exemplar original da Mensagem Presidencial enviada ao Congresso Nacional por ocasião da abertura dos trabalhos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura.
Of. nº 106/96-CN	Primeiro Secretário da Mesa da Câmara dos Deputados	Encaminha os originais dos Requerimentos nºs 1 a 8/96-CR e de três requerimentos de informações a Ministros de Estado, sem número de autoria do Dep. José Fritsch, não apreciados pela Comissão Representativa do Congresso Nacional.
Of. nº 107/96-CN	Presidente da Câmara dos Deputados	Solicitando a indicação dos membros da Câmara dos Deputados que deverão integrar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na presente sessão legislativa.
Ofs. nºs 108 a 117/96-CN	Líderes de partidos políticos com assento no Senado Federal	Encaminhando a proporcionalidade partidária e solicitando a indicação dos membros que deverão integrar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na presente sessão legislativa.
Of. nº 118/96-CN	Presidente da Câmara dos Deputados	Consultando sobre a viabilidade de realização de sessão solene do Congresso Nacional destinada a recepcionar o Dr. Eduardo Frei Ruiz-Tagle, Presidente da República do Chile.
Of. nº 119/95-CN	Presidente da Câmara dos Deputados	Comunica a leitura das Mensagens nºs 39 a 41 e 82 a 87/96-CN, encaminhando Vetos Presidenciais.
Of. nº 120/96-CN	Presidente da Câmara dos Deputados	Consultando sobre a viabilidade de realização de sessão solene do Congresso Nacional destinada a homenagear o Dia Internacional da Mulher.

ATO DO DIRETOR - EXECUTIVO DO PRODASEN

Nº 18, DE 1996

O Diretor - Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 14, inciso XIV, combinado com o Art. 40, § 1º e 2º, do Regulamento do PRODASEN, aprovado pelo Ato nº 19 de 1976 da Comissão Diretora do Senado Federal, com as alterações posteriores, **RESOLVE** :

I - Constituir Comissão Especial destinada a proceder ao levantamento dos bens deste Órgão a serem alienados, bem como implementarem as providências que se fizerem necessárias, na forma do disposto no artigo 12 do Ato da Comissão Diretora nº 17/95 e artigo 53 da Lei 8.666/93.

II - Designar para compor a referida Comissão os servidores **PAULO FERNANDO DOS SANTOS MONIZ**, ocupante do cargo de Analista de Informática Legislativa e, **MIGUEL PEREIRA DA COSTA FILHO**, **JUAREZ DE OLIVEIRA** e **VALMIR MARQUES DE FARIA**, ocupantes do cargo de Técnico de Informática Legislativa.

III - Designar o servidor **MIGUEL PEREIRA DA COSTA FILHO** para presidir a Comissão e **PAULO FERNANDO DOS SANTOS MONIZ** para substituí-lo em seus impedimentos.

IV - Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para que a Comissão conclua seus trabalhos.

V - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no quadro de avisos do PRODASEN.

Brasília, 27 de fevereiro de 1996


Marco Antônio Pais dos Reis
Diretor-Executivo do PRODASEN

**ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO
DO PRODASEN
Nº 19 , DE 1996**

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN no uso das atribuições regulamentares, e de acordo com o disposto nos Atos do Primeiro-Secretário do Senado Federal nºs 09/92 e 03/95, **RESOLVE:**

Art. 1º - Designar os servidores **ERALDO PAIVA MUNIZ**, matrícula 520, e **EUZÉBIO DALVI**, matrícula 486, para Gestores Titular e Suplente, respectivamente, do contrato celebrado entre este Órgão e a empresa abaixo relacionada:

- a) **Contrato nº 008/1996 Processo: PD 429/95-3**
Contratado: IBM BRASIL - Indústria, Máquinas e Serviços Ltda
Objeto: Aquisição, com prestação de serviços de instalação e assistência técnica através de manutenções preventivas e corretivas, com fornecimento de peças novas e originais, de 493 microcomputadores, marca IBM, modelo 6586-35S.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação nos Quadros de Aviso do PRODASEN, revogado o Ato nº 011/96.

Brasília, 27 de fevereiro de 1996

MARCO ANTONIO PAIS DOS REYS
Diretor-Executivo

MESA**Presidente**

José Samey – PMDB – AP

1º Vice-Presidente

Tectonio Vilela Filho – PSDB – AL

2º Vice-Presidente

Júlio Campos – PFL – MT

1º Secretário

Odacir Soares – PFL – RO

2º Secretário

Renan Calheiros – PMDB – AL

3º Secretário

Levy Dias – PPB – MS

4º Secretário

Emandes Amorim – PMDB – RO

Suplentes de Secretário

Antonio Carlos Valadares – PSB – SE

José Eduardo Dutra – PT – SE

Luiz Alberto de Oliveira – PTB – PR

Ney Suassuna – PMDB – PB

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma – PSL – SP

Corregedores Substitutos

(Eleitos em 16-3-95)

1º) Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º) Senador Joel de Hollanda – PFL – PE

3º) Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Ornelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – PT – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

Luiz Alberto de Oliveira – PTB – PR

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Ronaldo Cunha Lima

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvan Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Joel de Hollanda

Romero Jucá

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PT**Líder**

José Eduardo Dutra

Vice-Líder

Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

Vice-Líder

Arlindo Porto

LIDERANÇA DO PDT**Líder**

Júnia Marise

LIDERANÇA DO PPS**Líder**

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

Ademir Andrade

LIDERANÇA DO PSL**Líder**

Romeu Tuma

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Eleito em 19-4-95)

Presidente: Casildo Maldaner – PMDB – SC

Vice-Presidente: José Alves – PFL – SE

Titulares

Suplentes

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

PFL

1. Elcio Alvares
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. Pedro Piva

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

PPB

1. Epitácio Cafeteira

1. Lucídio Portella

PTB

1. Emília Fernandes

1. Arlindo Porto

PP

1. Osmar Dias

1. Antônio Carlos Valadares

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. Darcy Ribeiro

1. Sebastião Rocha

Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO

Ramais: 3490 - 3491 Fãx: 1095

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)
CARLOS GUILHERME FONSECA (Ramal: 3510)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPCÃO CRUZ

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492

Secretários: ANTONIO CARLOS P. FONSECA (Ramal: 4604)
CELSON ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
IZAIAS FARIA DE ABREU (Ramal: 3935)
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/62	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3- WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	7-HUGO NAPOLEÃO	PI- 1504/05
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-VAGO	
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
PEDRO PIVA	SP-2351/52	3-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
PPR			
ESPERIDIÃO AMIN *3	SC-4200/06	1-EPITÁCIO CAFETEIRA *5	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA *4	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA *6	PI-3055/56
PT			
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPLYCY	SP-3213/15	2- ADEMIR ANDRADE *1	PA -2101/02
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-VAGO	
ARLINDO PORTO	MG-2321/22	2-LUIZ ALBERTO OLIVEIRA	PR-4059/60
PP			
JOÃO FRANÇA *7	RR-3067/3068	1-BERNARDO CABRAL *8	AM-2081/82
OSMAR DIAS *2	PR-2121/22	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA *9	DF-2011/12
PDT			
JÚNIA MARISE	MG-4751/52	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46

*1 - ADEMIR ANDRADE(PSB) - vaga cedida pelo PT

*2 - OSMAR DIAS - desligou-se do PP em 22/06/95

*3 - ESPERIDIÃO AMIN - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

*4 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

*5 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*6 - LUCÍDIO PORTELLA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*7 - JOÃO FRANÇA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*8 - BERNARDO CABRAL - desligou-se do PP e também do PPB, em 25/10/95

*9 - JOSÉ ROBERTO ARRUDA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.

SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255

FAX: 311-4344

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS

VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON

(29 TITULARES E 29 SUPLENTE)

TITULARES**SUPLENTE****PMDB**

CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
GILVAN BORGES	AP-2151/57	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/50
PEDRO SIMON	RS-3230/32	3-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	

PFL

ROMERO JUCA	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/17
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	4-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
BELLO PARGA	MA-3069/72	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	6-JOEL DE HOLANDA	PE-3197/99
VAGO		7-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67

PSDB

BENI VERAS	CE-3242/43	1-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-GERALDO MELO	RN-2371/77
CARLOS WILSON	PE-2451/57	3-JEFFERSON PERES	AM-2081/67
VAGO		4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87

PPR

LEOMAR QUINTANILHA *2	TO-2071/77	1-ESPERIDIÃO AMIN *4	SC-4206/07
LUCÍDIO PORTELLA *3	PI-3055/57	2-EPITÁCIO CAFETEIRA *5	MA-4073/74

PT

MARINA SILVA	AC-2181/87	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	2-VAGO	

PP

ANTÔNIO CARLOS VALADARES *6	SE-2201/04	1-JOÃO FRANÇA *7	RR-3067/68
OSMAR DIAS *1	PR-2121/27	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA *8	DF-2011/17

PTB

EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-VAGO	
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	2-LUIZ ALBERTO OLIVEIRA	PR-4059/60

PDT

DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31	1-JUNIA MARISE	MG-7453/4018
---------------	------------	----------------	--------------

PSB / PL / PPS

VAGO	1-VAGO
------	--------

*1 - OSMAR DIAS - desligou-se do PP em 22/06/95

*2 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

*3 - LUCÍDIO PORTELLA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*4 - ESPERIDIÃO AMIN - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

*5 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*6 - ANTONIO CARLOS VALADARES - desligou-se do PP, em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*7 - JOÃO FRANÇA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*8 - JOSÉ ROBERTO ARRUDA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.

SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ

FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3519

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE

VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA

(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES**SUPLENTES****PMDB**

IRIS REZENDE	GO-2031/37	1-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	2-PEDRO SIMON	RS-3230/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-GILVAN BORGES	AP-2151/57
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	4-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/06
JADER BARBALHO	PA-3051/53	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/47

PFL

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
ELCIO ALVARES	ES-3130/32	4-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17

PSDB

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27	1-SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	3-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36

PPR

ESPERIDIÃO AMIN *3	SC-4206/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA *4	MA-4073/74
--------------------	------------	-------------------------	------------

PT

JOSÉ EDUARDO OUTRA	SE-2391/97	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
--------------------	------------	---------------------	------------

PP

BERNARDO CABRAL *5	AM-2081/87	1-ANTÔNIO CARLOS VALADARES*6	SE-2201/04
--------------------	------------	------------------------------	------------

PTB

LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA	PR-4059/60	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/27
--------------------------	------------	-----------------	------------

PDT

DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-JUNIA MARISE	MG-4761/52
---------------	------------	----------------	------------

PSB

ADEMIR ANDRADE	PA-2101/07	1- EDUARDO SUPPLY *1	SP-3215/16
----------------	------------	----------------------	------------

PL

ROMEU TUMA *2	SP-2051/57	1- VAGO	
---------------	------------	---------	--

PPE

ROBERTO FREIRE	PE-2161/67	1- VAGO	
----------------	------------	---------	--

- *1 - EDUARDO SUPPLY (PT) - vaga cedida pelo PSB
- *2 - ROMEU TUMA - desligou-se do PL em 07/06/95
- *3 - ESPERIDIÃO AMIN - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95
- *4 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95
- *5 - BERNARDO CABRAL - desligou-se do PP e também do PPB em 25/10/95
- *6 - ANTONIO CARLOS VALADARES - desligou-se do PP, em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311- 4315

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES
(27. TITULARES E 27 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
IRIS REZENDE	GO-2031/32	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	4-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
GERSON CAMATA	ES-3203/04	5-vago	
JADER BARBALHO	PA-2441/42	6-vago	
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	7-vago	
PFL			
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	1-vago	
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	2-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	5-BELLO PARGA	MA-3069/70
vago		6-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
vago		7-vago	
PSDB			
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32	1-BENI VERAS	CE-3242/43
PEDRO PIVA	SP-2351/52	2-JEFFERSON PERES	AM-2081/82
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
vago		4-vago	
PPR			
EPITÁCIO CAFETEIRA *4	MA-4073/74	1-LUCÍDIO PORTELLA *6	PI-3055/56
LEOMAR QUINTANILHA *5	TO-2071/72	2-ESPERIDIÃO AMIN *7	SC-4208/07
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/82	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/72
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	2-ROBERTO FREIRE *1	PE-2161/67
PP			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA *8	DF-2011/12	1-OSMAR DIAS *2	PR-2121/22
VAGO		2-BERNARDO CABRAL *9	AM-2081/82
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/22
MARLUCE PINTO *3	RR-1101/1201	2-VALMIR CAMPELO	DF-1348/1248
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46

- *1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - vaga cedida pelo PT
- *2 - OSMAR DIAS - desligou-se do PP em 22/06/95
- *3 - MARLUCE PINTO - desligou-se do PTB em 1º/06/95
- *4 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95
- *5 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95
- *6 - LUCÍDIO PORTELLA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95
- *7 - ESPERIDIÃO AMIN - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95
- *8 - JOSÉ ROBERTO ARRUDA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95
- *9 - BERNARDO CABRAL - desligou-se do PP e também do PPB, em 25/10/95

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
 FAX: 311-3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES
(17 TITULARES E 09 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-GILVAN BORGES	AP-2151/52
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
FLAVIANO MELO	AC-3493/94		
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/56		
EDISON LOBÃO	MA-2311/12		
PSDB			
CARLOS WILSON	PE-2451/52	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85		
PPR			
EPITÁCIO CAFETEIRA *1	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA *2	TO-2071/72
PT			
EDUARDO SUPLICY	SP-3215/16	1-LAURO CAMPOS	DF-2341/42
PP			
ANTÔNIO CARLOS VALADARES*3	SE-2202/02	1-JOÃO FRANÇA *4	RR-3067/68
PTB			
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30		
PSB / PL / PPS			

vago

- *1 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95
- *2 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95
- *3 - ANTONIO CARLOS VALADARES - desligou-se do PP, em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95
- *4 - JOÃO FRANÇA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS
SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
FAX: 311-1095

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPIÑO MAIA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ARLINDO PORTO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/3106
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467	5-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	6-VAGO	
PFL			
FREITAS NETO	PI-2131/2137	1-CARLOS PATROCINIO	TO-4068/4069
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3-JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132	5-WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
VAGO		6-JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-PEDRO PIVA	SP-2351/2353
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387	2-GERALDO MELO	RN-2371/2377
VAGO		3-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
PPR			
LUCÍDIO PORTELLA *3	PI-3055/3057	1-LEOMAR QUINTANILHA *5	TQ-2071/2077
PP			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA *4	DF-2011/2017	1-OSMAR DIAS *1	PR-2121/2127
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247	1-DARCY RIBEIRO	RJ-4229/4231
PTB			
ARLINDO PORTO	MG-2321/2321	1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/2334
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397	1-MARINA SILVA	AC-2181/2187
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107	1-VAGO	
PL			
ROMEU TUMA *2	SP-2051/2052	1-VAGO	
PPS			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162	1-VAGO	

*1 - OSMAR DIAS - desligou-se do PP em 22/06/95

*2 - ROMEU TUMA - desligou-se do PL em 07/06/95

*3 - LUCÍDIO PORTELLA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*4 - JOSÉ ROBERTO ARRUDA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*5 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)

FAX: 311-3286

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

(19 TITULARES E 19 SUPLENTE(S))

TITULARES		SUPLENTE(S)	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2481/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
PEDRO SIMON	RS-3230/31	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1- JONAS PINHEIRO	MT-2271/77
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA -2191/97	2- BELLO PARGA	MA-3069/72
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-JOÃO ROCHA	TO-4071/72
JOSÉ AGRIPIÑO	RN-2361/67	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
PSDB			
GERALDO MELO	RN-2371/77	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36	2-CARLOS WILSON	PE-2451/57
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-PEDRO PIVA	SP-2351/53
PPR			
EPITÁCIO CAFETEIRA *2	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA *3	TO-3055/57
PT			
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	1-MARINA SILVA	AC-2181/87
PP			
BERNARDO CABRAL *4	AM-2081/87	1-ANTONIO CARLOS VALADARES*5	SE-2201/04
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/22
PDT			
SEBASTIAO ROCHA	AP-2241/47	1-DARCY RIBEIRO	RJ-3188/89
PSB / PL / PPS			
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57	1-ADEMIR ANDRADE	PA-2101/07

*1 - ROMEU TUMA - desligou-se do PL em 07/06/95

*2 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*3 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

*4 - BERNARDO CABRAL - desligou-se do PP e também do PPB, em 25/10/95

*5 - ANTONIO CARLOS VALADARES - desligou-se do PP, em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
FAX: 311-3546

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)
(Designada em 25-4-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN

Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER

Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO

Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PMDB	
José Fogaça		Marluce Pinto ¹
Cassildo Maldaner		Roberto Requião
	PFL	
Vilson Kleinübing		Joel de Holanda
Romero Jucá		Júlio Campos
	PSDB	
Lúdio Coelho		Geraldo Melo
	PPB	
Esperidião Amin		
	PTB	
Emília Fernandes		

Osmar Dias²

PP

PT

Benedita da Silva
Eduardo Suplicy
Lauro Campos

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

Bloco Parlamentar PFL/PTB

Luciano Pizzatto		Antônio Ueno
Paulo Bornhausen		José Carlos Vieira
	PMDB	
Paulo Ritzel		Elias Abrahão
Valdir Colatto		Rivaldo Macari
	PSDB	
Franco Montoro		Yeda Crusius
	PPB	
Fêtter Júnior ^{3 4}		João Pizzolatti
	PP	
Dilceu Sperafico		Augustinho Freitas
	PT	
Miguel Rossetto		Luiz Meinardi

¹ Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95

² Filiado ao PSDB em 22-6-95

³ Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95

⁴ Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 14-2-96

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

nº 128 · abril/junho – 1995

Leia neste número:

Uma visão crítica do Direito – André Franco Montoro

Processo orçamentário federal: problemas, causas e indicativos de solução – Osvaldo Maldonado Sanches

Expropriação dos bens utilizados para fins de tráfico ilícito de entorpecentes – Edilson Pereira Nobre Júnior

Ministério Público do Trabalho: prerrogativas do ofício são comunicáveis à sua atuação como parte? –

José Pitas

Barreira legal nos sistemas eleitorais proporcionais – Ricardo Rodrigues

A imunidade dos fundos de pensão e o mercado de capitais – Arnold Wald

Pena sem prisão: prestação de serviços à comunidade – Fernando da Costa Tourinho Neto

O recurso especial e as decisões interlocutórias desafiadoras por agravo de instrumento – Demócrito Ramos Reinaldo

Consulta e parecer – René Ariel Dotti

A exoneração tributária dos aposentados e pensionistas – Osvaldo Othon de Pontes Saraiva Filho

Evolução do Direito Constitucional brasileiro e o controle de constitucionalidade da lei – Gilmar Ferreira Mendes

Considerações acerca da constitucionalidade na expedição de medidas provisórias versando matéria orçamentária pública (Nota técnica nº 1/95) – Robison Gonçalves de Castro

Requisitos par Ministro e Conselheiro de Tribunal de Contas – Jorge Ulisses Jacoby Fernandes

Os princípios informadores do contrato de compra e venda internacional na Convenção de Viena de 1980 – Judith Martins-Costa

A defesa da concorrência no Mercosul – José Matias Pereira

Ônus sucumbenciais. Situações controversas – Élio Wanderley de Siqueira Filho

Das Disposições Constitucionais Transitórias (uma redução teórica) – Ivo Dantas

Notas sobre a exegese do artigo 102, I, n, da Constituição Federal – Antônio Vital Ramos de Vasconcelos

O civilista Arnoldo Wald – Fernando Whitaker da Cunha

Derecho penal como tecnologia social (Notas sobre las contradicciones del sistema penal) – Juan Marcos Rivero Sanchez

Da codificação à lei civil brasileira – Fernando Braga

O direito eleitoral português – Jorge Miranda

Licitação: pontos polêmicos – Toshio Mukai

A intervenção do Estado brasileiro e a política oligárquica na república velha – Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha

Biblioteca e constituição – Sueli Angelica do Amaral

O princípio da responsabilidade objetiva do Estado e a teoria do risco administrativo – Heleno Taveira Torres

A legitimação do Parlamento para função fiscal – Iris Eliete Teixeira Neves de Pinho Tavares

Liderança: uma nova visão – Tânia Mara Botelho

Agamemnon Magalhães. O estadista do social, o administrador, o pensamento político – Jarbas Maranhão

Da Jurisprudência como ciência compreensiva. A dialética do compreender mediante o interpretar – Miracy Barbosa de Sousa Gustin

ASSINATURA DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Números 125 a 128: R\$ 50,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência APT-Senado. Neste valor já estão incluídos os preços postais referentes à remessa através da ECT.

Nome:

Endereço:

Cidade: UF: Telefone: Fax: Telex:

Data: Assinatura:

Revista de Informação Legislativa

nº 128 – out./dez. 1995

André Franco Montoro – Integração da América Latina em um mundo multipolar

Carlos Augusto Faias – Prescrição no Direito Administrativo

Adilson Abreu Dallari – Arbitragem na concessão de serviço público

Leon Frejda Szklarowsky – A execução fiscal e as recentes alterações do Código de Processo Civil

Gilberto Guerzoni Filho – Burocracia, tecnocracia, pseudoburocracia e a Constituição de 1988: tentativas e perspectivas de formação de uma burocracia pública no Brasil

Paulo Roberto Mendonça Silvério

O instituto jurídico dos direitos adquiridos e a “cláusula pétrea” dos direitos e garantias individuais

Arnoldo Wald – A sociedade e o Estado: o sentido da reforma constitucional e legislativa

Paulo José Leite Farias – Regime jurídico das contribuições previdenciárias

Sérgio Sérvulo da Cunha – Estado, sociedade e participação. Perspectivas socialistas

José H. Fischel de Andrade – O *treaty-making power* das organizações internacionais

Andreas J. Krell – Diferenças do conceito, desenvolvimento e conteúdo da autonomia municipal na Alemanha e no Brasil

Alexandre Lobão Rocha – A garantia fundamental de acesso do pobre à Justiça

Ricardo Rodrigues – Abuso de poder político e manipulação da máquina administrativa com fins eleitorais

Carlos Roberto Pellegrino – Da razão prescricional na transposição de regime de trabalho

José Wilson F. Sobrinho – Por um tribunal constitucional

Newton Paulo dos Santos – Reprografia e reprodução em massa

Luiz Edson Fachin – O estatuto civil da clausura real

Paulo Luiz Neto Lôbo – Responsabilidade por vícios nas relações de consumo

Afonso César – Do poder regulamentar

Werter R. Faria – O quadro institucional da Comunidade Européia

Fernando da Costa Tourinho – Efeito vinculante das decisões do STF: uma solução para o Judiciário

Paulo Modesto – Reforma administrativa e direito adquirido ao regime da função pública

Sílvio Meira – Direito argentino e Direito brasileiro

Diogo de F. Moreira Neto – Mercosul: minilateralismo e metaconstitucionalismo

Carlos Alberto Filho – Lo individual y lo colectivo en la realidad Brasileña

José de Ribamar B. Soares – O papel do Ministério Público no controle da Administração Pública à luz da Constituição de 1988

Marcelo Rocha Sabóia – O município no Brasil: aspectos históricos, jurídicos e econômicos

Clito Fornaciari Júnior – Preocupação do advogado diante da reforma do CPC

Willis Santiago Guerra Filho – Da interpretação especificamente constitucional

Cristiano Paixão – O controle de constitucionalidade e as normas tributárias

Marcelo da Fonseca Guerreiro – Pode o município tributar imóvel público estadual que, em razão de permissão de uso, esteja sendo explorado por sociedade de economia mista federal?

Marisa Alves de Freitas – O Estado legislador responsável

ASSINATURA DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Números 129 a 132: R\$ 40,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência APT-Senado. Neste valor já estão incluídos os preços postais referentes à remessa através da ECT.

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

nº 127 · julho/setembro – 1995

Lêa neste número:

Direitos e garantias fundamentais – Josaphat Marinho

A introdução da Lex Mercatoria no Brasil e a criação de uma nova dogmática – Arnoldo Wald

Justiça Militar: por que sim e por que não? Competência – Álvaro Lazzarini

A Constituição e a educação brasileira – Edivaldo M. Boaventura

A função judicante do Poder Legislativo no Brasil – Paulo Lopo Saraiva

Direito à moradia – Sérgio Sêrvulo da Cunha

Dos efeitos da falência decretada no estrangeiro – Edilson Pereira Nobre Júnior

Apropriação indébita em matéria tributária – Carlos Alberto da Costa Dias

A incidência da Cofins sobre o faturamento de empresas de incorporação de venda de imóveis – Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho

A união estável e a Lei nº 8.971, de 29 de dezembro de 1994 – Otto Eduardo Vizeu Gil

Defesa de direitos coletivos e defesa coletiva de direitos – Teori Albino Zavascki

Revisão do decênio da Reforma Penal (1985-1995). Considerações sobre a “Execução Provisória da Sentença Penal” – Maurício Kuehne

A contribuição da Justiça Eleitoral para o aperfeiçoamento da democracia – José Augusto Delgado

Uma leitura jurídica da prostituição infantil – Josiane Rose Petry Veronese

Contratação direta: dispensa de licitação com base no art. 24, inc. VIII, da Lei nº 8.666/93 – Jorge Ulisses J. Fernandes

Empresa agrária e estabelecimento agrário – Fábio Maria de Mattia

Neoliberalismo e desadministrativização – Gladston Mamede

Prestação de contas – instrumento de transparência da Administração – Flávio Sátiro Fernandes

Regimes de concorrência e políticas de concorrência na América Latina: o caso do Mercosul – José Matias Pereira

A evolução jurisprudencial dos sistemas regionais internacionais de proteção aos direitos humanos – Jete Jane Florati

Contribuições sociais: a certidão positiva de débito com efeito de negativa em face do § 3º do art. 195 da Constituição Federal – Fabiana de Menezes Soares

Invalidação “ex officio” dos atos administrativos pelo juiz – José Américo A. Costa

A discricionariedade administrativa e o controle judicial de seus limites – Amandino Teixeira Nunes Júnior

O contrato com cláusula de risco para exploração de petróleo no Brasil – Thadeu Andrade da Cunha

A Corte Internacional de Justiça e o caso Estados Unidos - Nicarágua – Fredys Orlando Sorto

Lei sobre o Tribunal Constitucional Federal Alemão. (Lei do Tribunal Constitucional Federal) – Luis Afonso Heck

IX Congresso Latino-Americano de Direito Romano (Jalapa-México). Romanismo e indigenismo dos juristas latino-americanos – Silvio Meira

A Responsabilidade do Estado-Juiz – Rogério Marinho Leite Chaves

Da correção monetária dos débitos judiciais trabalhistas – José Pitas

ASSINATURA DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Números 125 a 128: R\$ 50,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência APT-Senado. Neste valor já estão incluídos os preços postais referentes à remessa através da ECT.

Nome:

Endereço:

Cidade: UF: Telefone: Fax: Telex:

Data: Assinatura:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

**COMPACT DISK
CD/ROM**

- Normas jurídicas de hierarquia superior (leis, decretos, decretos-leis etc.) com base no Banco de Dados "NJUT - Normas Jurídicas", de forma referencial contendo texto integral da Constituição, disponível no Sistema de Informação do Congresso Nacional - SICON, do Prodasen.
- O acervo inclui, além de 3.988 documentos anteriores a 1948, dados informativos da legislação posterior àquele ano provenientes das seguintes fontes:
 - Diário Oficial da União (a partir de 1808)
 - Diário Oficial da União (acervo micrográfico do período 1930/1954)
 - Diário do Congresso I - Câmara (a partir de 1888)
 - Diário do Congresso II - Senado (a partir de 1888)
 - Diário da Justiça (a partir de 1925)
- Trimestralmente será editada uma nova versão do CD-ROM NJUT com dados atualizados.
- O pedido deverá ser acompanhado de depósito bancário a ser realizado na Caixa Econômica Federal em nome da FUNDASEN, agência 0005, operação 006, conta nº 950.056-8.

**Valor unitário: R\$ 65,00
Despesas postais: R\$ 5,00**



EDIÇÃO DE HOJE: 72 PÁGINAS